

FACULDADE DE CIÊNCIAS  
ECONÔMICAS - UFBA

Industrialização e incentivos fiscais na Bahia

J. S. Gabrielli Azevedo

18.1 00.27.10

N. cham.: T/UFBA 338.098142 A994

Autor: Azevedo, José Sérgio Gabrielli

Título: Industrialização e incentivos fiscais na



594286

Ac 52187

N. Por: 7316



**Universidade Federal da Bahia - UFBA**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

**Esta obra foi digitalizada no**  
**Centro de Digitalização (CEDIG) do**  
**Programa de Pós-graduação em História da UFBA**

**Coordenação Geral: Marcelo Lima**

**Coordenação Técnica: Luis Borges**



**VIRTUTE SPIRITUS**

**Outubro de 2016**

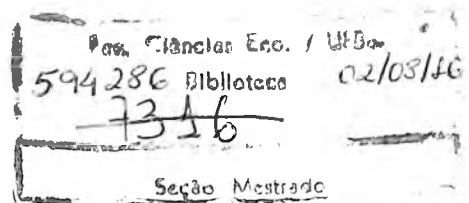
**Contatos: [poshistro@ufba.br](mailto:poshistro@ufba.br) / [lab@ufba.br](mailto:lab@ufba.br)**

José Sérgio Gabrielli de Azevedo

CONSULTA NA BIBLIOTECA

**INDUSTRIALIZAÇÃO E INCENTIVOS FISCAIS NA BAHIA: UMA  
TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA**

Dissertação de Mestrado em Economia



SALVADOR  
1975

"Não poderei ensinar a resolver os problemas de pesquisa de muitos jovens cientistas sociais brasileiros, que se encontram hoje imprensados entre a angústia de sua criticidade e o cientificismo tão em voga; mas não quero deixar de dar apoio ao seu esforço de conhecer o real e de "negá-lo" : Dou testemunho, junto com eles, da necessidade de empreender um esforço coletivo de conhecimento que se oriente pelas seguintes perspectivas:

- soltar as amarras das "inibições metodológicas" e deixar livre a imaginação e o espírito criador, num esforço de interpretação, embora parcial e provisório, da nossa complexa realidade social. Não temer a disciplina do recorte analítico específico e, ao mesmo tempo, ousar enfrentar os problemas em sua dimensão global, sem se deixar levar por "totalizações" fáceis e vazias. Não "neutralizar" as Ciências Sociais, limpando-as de qualquer "desvio" ideológico e tornando-as ciências "positivas"; usar o impulso ideológico no sentido do desmascaramento da própria ideologia contida naquela posição;

- sobretudo para os que são economistas, lembremos que a "Economia Política" avançou muito mais como ciência social enquanto era movida por um "pensamento negativo" do que quando passou a ser denominada Economia Positiva ou simplesmente "Economics". Lembremos que o pensamento dos grandes mestres, de Ricardo a Marx, a Schumpeter e Keynes, foi movido por um poderoso impulso ideológico e que sua interpretação da sociedade em que viveram não estava desligada dos interesses das classes às quais defenderam explicitamente. Nem por isso o caráter científico de suas análises foi posto em dúvida e, pelo contrário, pode afirmar-se que sua força



crítica representou uma alavanca para o avanço do conhecimento científico."

TAVARES, Maria da Conceição , da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Ensaios sobre Economia Brasileira-Zahar Editores - 1972. p.25.

# Í N D I C E

	Páginas
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DE UM PROCESSO DE <u>INDUSTRIALIZAÇÃO</u> INDUZIDA.....	5
- Novo Mundo ou "Mais Problemas para Portugal.....	5
- Nova Forma de Exploração Colonial.....	6
- Diversificação ou os Bons Tempos Voltaram.....	8
- Debates liberiais ou "Começa a Industrialização.....	13
- Cacau ou "ainda somos um país Agrícola.....	15
- Fim da Época de Diversificação.....	18
- Notas.....	20
CAPÍTULO II - INTEGRAÇÃO NACIONAL MAIS QUE INVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....	27
- O Dinamismo do Café e os Entraves ao Crescimento Baiano.....	27
- Ligações Interregionais e Crescimento Industrial....	31
- "Revolução Madrasta" ou Manda o mais forte?.....	40
- Pós-Guerra e Novas Oportunidades.....	43
- Indústria Tradicional ainda Predomina.....	49
- Heterogeneidade Estrutural .....	59
- Notas.....	62
CAPÍTULO III - REDEFINIÇÃO ESPACIAL DA ECONOMIA BRASILEIRA: NOVAS OPORTUNIDADES PARA A BAHIA .....	76
- Transportes e Energia: Dois Grandes Obstáculos.....	77
- Nordeste: Incentivos Fiscais e Elevação da taxa de Lucros.....	81
- Outras Atividades: Indústria ainda é Minoritária....	86
- Notas.....	95
CAPÍTULO IV - INCENTIVOS FISCAIS: APENAS UM COMPLEMENTO DA EXPANSÃO INDUSTRIAL?.....	105
- Notas .....	129
BIBLIOGRAFIA COMENTADA.....	134
APÊNDICE ESTATÍSTICO .....	145



## I N T R O D U Ç Ã O

Esta introdução deveria ser escrita como uma conversa entre o autor e o leitor. Será escrita assim, em linguagem coloquial, diferente do estilo impessoal e distante, na terceira pessoa do singular, encontrado no conjunto desta dissertação de mestrado.

Adotamos esta forma, como tentativa de falar das dificuldades, acertos e obstáculos enfrentados na elaboração deste trabalho, assim como ressaltar algumas omissões importantes que foram efetuadas ao longo de sua realização.

Em primeiro lugar gostaríamos de referir ao tempo em que este trabalho foi executado : pouco mais de três meses, desde a elaboração do projeto de pesquisa inicial até sua redação final, executado com poucas condições infraestruturais e sem dispor de dados organizados e/ou fontes bibliográficas de fácil acesso.

Evidente que as dificuldades externas podem condicionar os resultados de uma pesquisa, mas a responsabilidade fundamental pelos seus erros e acertos é de seu autor. Acreditamos que existem diversas interpretações equivocadas ou precipitadas ao longo do trabalho, mas acreditamos também que a "ousadia" deve ser usada nos momentos em que se procura interpretar a complexa realidade social, colocando questões que são mais provocações para debates futuros, que afirmações categóricas, inflexíveis e definitivas.

Uma primeira impressão que pode surgir deste trabalho é sua aparência de desenvolvimento linear e constante. Pode parecer que procuramos encontrar uma racionalidade "ex-ante" no processo de mudança social e econômica, que caracteriza a expansão das forças produtivas no sistema capitalista.

Não acreditamos em desenvolvimento harmônico e equilibrado, nem tão pouco que a expansão industrial da Bahia e do Nordeste sejam indicações de uma possível tendência a redução das desigualdades regionais. Acreditamos sim, na reprodução constante da heterogeneidade estrutural do sistema, que ao lado da mo -

dernização e expansão dos níveis absolutos de produção, intensifica a exploração e a miséria relativa.)

Buscando-se definir estes processos de mudanças econômicas infra estruturais estávamos também procurando identificar os efeitos de medidas adotadas pelo Estado ao nível superestrutural, que tinham o claro objetivo de aumentar a taxa de lucros, para possibilitar uma maior expansão do sistema econômico regional, dentro dos marcos nacionais de "extroversão" do capitalismo.

Considerávamos como hipótese inicial de trabalho que os sistemas de incentivos fiscais para as empresas localizadas no Nordeste e o sistema de incentivos fiscais para as exportações, principalmente de manufaturados, eram sistemas que não se complementavam e não poderiam ser adicionados com vistas a maiores benefícios, a nível de cada unidade produtiva.)

Analisando a legislação com mais rigor, chegamos a uma conclusão diferente a nossa hipótese inicial, definindo os dois sistemas de incentivos como aditivos, de forma que atividades exportadoras localizadas no Nordeste poderiam ter uma dupla vantagem, beneficiando-se tanto do sistema 34/18, como dos incentivos para a abertura da economia brasileira.

Restava então uma questão inexplicada, pelo menos aparentemente: se os sistemas eram complementares e não substitutos porque não se observa um grande surto de atividades manufatureiras no Nordeste, destinadas a exportação de produtos industrializados? A resposta poderia ser encontrada em dois níveis.

Ou não se acreditava no sistema de incentivos como elemento dinamizador e impulsionador dos investimentos na região, ou se admitia que os sistemas de incentivos eram elementos apenas viabilizadores dos novos investimentos, cujas motivações eram outras, mais fortes que os próprios incentivos.

Com o desenvolvimento dos trabalhos a conclusão a que se foi chegando foi de que as exportações de manufaturados na Bahia estariam crescendo nos últimos anos a ritmos mais elevados que o conjunto das exportações internacionais do Estado porém este dinamismo era ainda muito débil para justificar a posição de que os investimentos são fundamentalmente determinados pelos incentivos.



Concluimos também que, uma vez que a resposta das exportações de manufaturados aos benefícios extras que poderiam ser obtidos era ainda pequena, poder-se-ia concluir pela relevância de outros fatores, não considerados neste trabalho, como mais determinantes na decisão de investir, abrindo assim um campo para futuros estudos, especialmente no que se refere ao processo de acumulação e geração e absorção de excedentes intercambiáveis.

Entre as pistas que levantamos a respeito dos motivos mais amplos que levam ao investimento no Nordeste, encontramos a necessidade de ampliação crescente da taxa de lucros, com a incorporação de áreas ditas "periféricas" ao mercado oligopolista, que reproduz nas novas regiões os seus padrões de acumulação, estabelecendo novas interrelações setoriais e espaciais com o centro dinâmico do sistema.

Apesar de algumas omissões importantes, resultantes da absoluta falta de dados e informações, da imperícia no manejo do instrumental analítico e da necessidade de "isolar" certos aspectos da realidade para melhor apreendê-la, temos a seguinte estrutura nesta dissertação de mestrado.

No capítulo I apresentamos uma resenha histórica da formação da economia baiana, destacando suas poucas interrelações internas, sua dependência dos mercados internacionais. Os surtos de prosperidade e decadência sempre estiveram associados a situação da economia portuguesa, holandesa e inglesa em épocas distintas.

A partir dos meados do século XIX observamos uma tendência a diversificação das atividades econômicas da Bahia, com a implantação de algumas indústrias importantes, porém este surto vai se extinguir no início do século XX com a expansão da atividade primário exportadora, do cacau.

Considerando que a economia baiana não desenvolveu mecanismos que capacitassem uma ampliação de seu mercado interno, ou seja, que a intensa concentração da renda e a pequena dimensão das relações de trabalho capitalistas na região impediram a intensificação do processo de acumulação, o capítulo II busca analisar o comportamento da economia durante os primeiros cinquenta anos deste século XX, destacando a importância do setor externo e os

efeitos regionais da mudança de política econômica nacional nos anos 30.

Encerrando o capítulo II, iniciamos uma análise do desempenho recente da economia baiana na década de 50, com a tendência da "extroversão" da economia do Centro Sul, aumento dos investimentos públicos na região, através da Petrobrás, melhoria da rede de transportes (Rio-Bahia) e do fornecimento de energia (CHESF).

No capítulo III continuamos a análise do desempenho da economia, com ênfase mais marcante nas realizações recentes, procurando detectar os padrões de industrialização, mostrando o maior dinamismo dos setores de produtos intermediários e bens de capital, assim como buscando evidências empíricas para a complementação da economia em relação ao Centro Sul.

Partindo a análise dos incentivos, no capítulo IV, apresentamos uma breve história dos sistemas de incentivos fiscais para a localização no Nordeste e para as exportações, além de rápida descrição dos procedimentos institucionais e mecanismos específicos definidos pela legislação.

Tentamos, por fim, observar as possíveis respostas que os empresários estariam dando aos incentivos, chegando a conclusões semelhantes às alcançadas na análise do desempenho da economia de que os incentivos pareciam não ser os principais motivos para o processo de investimento na região, ficando a pesquisa dos motivos determinantes para estudos posteriores.

Terminando esta conversa gostaríamos, de agradecer ao professor Alberto Roque Musalem pela sua orientação a esse trabalho, ainda que todas as suas falhas sejam de exclusiva responsabilidade nossa, assim como agradecer também ao pessoal do Núcleo de Pesquisas do Mestrado em Economia da UFBA., promissor grupo de estudos, pesquisas e interpretação da realidade regional pela ajuda na coleta dos dados secundários, e à Secretaria do Mestrado em Economia da UFBA., pelo paciente trabalho de datilografia dos originais desta dissertação.

JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVÊDO

Agosto de 1975.



CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DE UM PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO INDUZIDA

Dentro dos marcos gerais do desenvolvimento capitalista no Brasil a economia baiana tem se caracterizado por seguir muito / de perto os "pulsos" de expansão dos núcleos centrais, numa clara atitude de economia reflexa, se bem que se possa identificar uma dinâmica própria para seu próprio processo de crescimento .

Esta afirmativa implica em considerar em primeiro lugar que o comportamento da economia baiana não pode ser analisado isoladamente do processo global de crescimento da economia nacional, seja em decorrência das próprias características de economia regional, seja em função dos padrões estruturais desta economia que ao longo do tempo sucede-se em ciclos primários exportadores, incapazes de uma integração orgânica capaz de constituir-se em motor próprio de movimento econômico.

De outro lado, não se pode compreender a economia baiana a penas como um reflexo mecânico de comportamento global devendo - se procurar identificar as especificidades próprias desta economia, buscando destacar as suas formas de acumulação e expansão do produto, dando a devida importância às suas características internas, base real para a possibilidade de ocorrência dos "reflexos" impulsionados pela economia nacional.

NOVO MUNDO OU MAIS "PROBLEMAS PARA PORTUGAL"

Descoberto o Brasil, os portugueses se depararam com um / grave problema nas mãos. O novo país, apesar de Caminha considerar que "em se plantando, tudo dá" não era um bom empreendimento para a época da expansão mercantil do capitalismo, quando o objetivo fundamental das navegações era a abertura de novas rotas para a comercialização e não o povoamento ou a descoberta de novas terras.(1)

A nova terra do Brasil não dispunha de uma estrutura econômica produtora de mercadorias demandadas na Europa "civilizada" como as Índias Orientais e suas especiarias, nem as possuía em



estado bruto para intensa exploração, como no caso da América Espanhola, com o ouro e a prata. O padrão clássico de exploração deste período se dá através da troca, no caso de pre-existência de civilizações fortes (Índias Orientais) ou da simples pilhagem genocida dos "civilizados" espanhóis.

A "busca do Eldorado" e as histórias de ouro abundante no Novo Mundo entusiasma a Europa, ao tempo que a Espanha vive momentos de intensa euforia com uma imensa hipertrofia de seu setor serviços, sustentando com o ouro americano uma imensa população improdutiva, criando as bases históricas para o atraso relativo de seu desenvolvimento em relação a outros países europeus como Inglaterra e França.

Estes países também se entusiasma com o Novo Mundo e ocupam algumas áreas nas Antilhas, com o objetivo fundamental de desenvolver expedições militares contra as regiões auríferas da América Central e Peru, dominadas pela Espanha. A França chega a realizar expedições para o Brasil, na frustrada tentativa de criar a França Equinocial.

Portugal tem consciência dos interesses fortes que voltam-se para o Brasil e vê-se no impasse de consumir um imenso excedente, que não existia, com missões militares de proteção da costa brasileira, ou implantar atividades produtivas na Colônia que gerassem recursos capazes de financiar o processo de povoamento, única condição real de proteção dos interesses coloniais no Brasil.(2)

#### NOVA FORMA DE EXPLORAÇÃO COLONIAL

Em associação com o capital comercial holandês, que disputava com os venezianos o monopólio da comercialização do açúcar na Europa a partir da produção portuguesa nas ilhas de Madeira e Cabo Verde, Portugal introduz no Brasil o cultivo da cana de açúcar.(3)

De forma distinta das tradicionais explorações coloniais, as relações que se estabelecem entre Brasil e a Metrópole são de tipo novo, uma vez que aqui se implantava com capitais portugueses e holandeses, perfeitamente coerentes com o processo de expansão capitalista na Europa, uma produção tipicamente voltada para

o mercado que vai condicionar completamente o desenvolvimento das relações de produção na Colônia, com o hibridismo de uma produção voltada para a troca, tipicamente capitalista, no plano da circulação e relações de trabalho escravistas na esfera da produção. (4)

Neste processo de implantação da empresa açucareira no / Brasil, a Bahia e especialmente Salvador, capital da colônia se constituem em centros irradiadores e convergentes destas atividades. Também em Pernambuco, mais próximo da Europa e com excelentes condições edafo-climáticas a cultura de açúcar se expande / e com a ocupação dos holandeses em meados do século XVII assume a dianteira se bem que, extremamente desvinculada com conjunto da economia colonial, nesta época subordinada a Coroa espanhola em guerra com os holandeses.

A florescente cultura canavieira baiana vem assim desde o seu início influenciada por mudanças em condições externas que condicionam seu próprio desenvolvimento. A ocupação de Pernambuco pelos holandeses e as mudanças no mercado internacional do açúcar posteriormente, com o aumento da produção antilhana e do açúcar / de beterraba, agravam a crise latente dos canaviais baianos e que vai acompanhá-los em toda sua vida até nossos dias.

Apesar da zona de Cachoeira, São Félix e Cruz das Almas, através do rio Paraguassu, ter se dedicado também intensamente à produção do fumo, que vai servir na comercialização do escravo na África e conseqüentemente ter se beneficiado com a expansão da demanda de escravos para a própria cultura da cana em Pernambuco e a descoberta de ouro em Minas Gerais, a economia baiana pode ser caracterizada nesta época por uma perda de importância no plano nacional, ainda que não se possa caracterizar uma economia nacional neste período.

X A crise gerada pela queda da demanda externa (5) vai se agravar em fins do século XVIII, com a descoberta de ouro em Minas Gerais, para onde se deslocam não somente os recursos financeiros mais importantes como e principalmente carrega grande contingente de mão de obra escrava, encarecendo o seu preço para os canaviais baianos.

Neste processo de expansão e contração da atividade açucareira, essencialmente ligado ao mercado externo, Salvador vai

se constituir em importante centro de prestação de serviços especialmente comerciais, fornecendo à Colônia os produtos indispensáveis para a atividade econômica desde implementos agrícolas até bens de luxo, passando por bens de consumo, inclusive alimentos, / em sua quase totalidade importados da Metrôpole, por casas importadoras de estrangeiros.

Além de Salvador, como principal porto e sede dos serviços administrativos, as relações econômicas complementares envolviam a pecuária no norte, fornecendo animais para tração e transporte, além de alimentos e a extração de madeira no litoral sul para o fornecimento de lenha para as fornalhas dos engenhos e para as / "caixas" de transporte do açúcar.

#### DIVERSIFICAÇÃO OU OS BONS TEMPOS VOLTARAM

Estas diversas atividades econômicas se intercomplementavam dentro de um modo de produção voltado essencialmente para a troca com o exterior, apesar de relações de trabalho escravistas e com um grande componente de agricultura de subsistência que lhe dava um caráter híbrido escravo-capitalista.

Apesar destas relações intercomplementares não se pode afirmar a existência de uma estrutura econômica integrada no estado, encontrando-se mais um conjunto de atividades econômicas que mantinham relações funcionais no processo geral de expansão da produção.

A crise da cana reflete-se no conjunto da economia com uma ampliação da agricultura de subsistência no interior, apesar da / região norte da Bahia, nas margens do São Francisco haver um florescimento das atividades pecuárias, fornecendo animais para a região das Minas Gerais durante o chamado "ciclo do ouro" de fins / do século XVIII.<sup>?</sup>

Os rebanhos se multiplicam e as condições próprias da pecuária extensiva forçam uma grande mobilidade dos rebanhos, em busca de melhores pastos, criando condições para o povoamento do interior e integrando a economia baiana à florescente economia aurífera que se expande nas Minas Gerais e na região do Rio das Contas e Jacobina, na Bahia.



Mas no fim do século XVIII e início do XIX são anos que vão se caracterizar por grandes mudanças no panorama internacional, com a guerra de independência dos Estados Unidos, que entre outras coisas impede o fornecimento de matérias primas a nascente indústria inglesa além das guerras napoleônicas, que desorganizam a economia européia e as revoltas dos escravos negros no Haiti e outras colônias das Antilhas, que agravam a situação do mercado dos produtos coloniais em prejuízo das metrópoles.

Para o Brasil e também para a Bahia a guerra de independência dos EUA vai permitir o crescimento da produção do algodão, cuja demanda era crescente devido a expansão da indústria têxtil na Grã-Bretanha e cuja oferta se retraía com a guerra nos EUA, até / então o maior produtor do mundo.

Na Bahia, especialmente nas regiões de Andaraí, Brumado, Juazeiro e Caitetê, ao lado das culturas de subsistência desenvolve-se a plantação de algodão, que devido às péssimas condições do transporte intrarregional não servirá mais tarde de fornecedora / de matérias primas para as indústrias têxteis que se implantam no Recôncavo, vendendo sua produção para o norte de Minas.

Entre a guerra de independência americana e a independência brasileira a economia baiana vive um ciclo de prosperidade, não / apenas devido as vendas de algodão, como devido a melhoria dos / preços do açúcar, expansão da pecuária e melhoria da situação do mercado de fumo, com o aumento do tráfico de escravos, já que o / fumo era utilizado como mercadoria importante na compra dos escravos na África.

Este período de expansão, possibilitando o adiantamento de soluções dos problemas estruturais que a economia vivia, acumula as contradições que servirão de base real para os impactos internos que se verificarão no período posterior à Independência, em / função das mudanças na situação internacional.

χ Evidentemente que não se está pensando em uma racionalidade "ex-ante" do sistema econômico nesta época. O que se destaca é que a profunda dependência do comércio exterior e a fragilidade dos / padrões internos de consumo condicionam o desenvolvimento futuro da economia, que não consegue internalizar a realização do excedente, que é fundamentalmente apropriado pela Metrópole, onde estão as classes beneficiadas com esta expansão.

Com a vinda da Família Real para o Brasil e a abertura dos portos em 1808 começa um período de diversificação das atividades na economia baiana, com a chegada de um grande número de / comerciantes ingleses, alemães e franceses que, na ausência de um sistema financeiro na Colônia, passam a controlar praticamente todos os setores produtivos.

Do ponto de vista português não tinha mais sentido manter as proibições contra a criação de manufaturas na Colônia, uma / vez que a própria Corte havia se transferido para cá, porém esta suspensão das proibições não entusiasma os investidores, que tinham garantido sua lucratividade, com as tradicionais atividades primário exportadoras, além das dificuldades surgidas / com os tratados com a Inglaterra. Os tratados de 1810 com a Inglaterra facilitavam a importação de manufaturados da Grã-Bretanha com tarifas inferiores, inclusive as que eram cobradas sobre as mercadorias importadas de Portugal, impedindo portanto o florescimento de nascentes atividades manufatureiras no Brasil.

Como cita Góes Calmon, a média de novos engenhos por ano , que era de três por ano entre 1728 e 1827 sobe até 23 em 1834 , (7) aumentando a produção baiana, criando as pré-condições para o agravamento da crise latente da cultura canavieira que explode gravemente no fim do século, como resultado de crises de realização.

Nas primeiras décadas do século XIX começa um processo de / modernização dos engenhos, se bem que de forma bastante tímida, que não permite compensar a redução dos preços que se observa / no mercado internacional devido a concorrência do açúcar de betterra e aquele produzido em outras regiões com maior produtividade.

Alguns senhores de engenho na Bahia, numa indicação das raízes das classes que compuseram a burguesia baiana até os dias / de hoje, começam nesta época a diversificar suas atividades, ligando-se a interesse na área dos transportes, comércio e setor / financeiro atuando como verdadeiros "inovadores schumpeterianos". (8)

Com a nova mudança no panorama internacional, sob a liderança da Inglaterra em plena expansão da Revolução Industrial, com o fim das guerras napoleônicas e restabelecimento de relações entre os EUA e Inglaterra, a economia baiana passa por novo período de estagnação, entendido como uma diminuição do ritmo de di

versificação das atividades econômicas e das vendas externas.

Perseguindo o tráfico de escravos para proteger os interesses de suas colônias produtoras de açúcar no Caribe e para garantir mercado consumidor para seus produtos manufaturados, a Inglaterra afeta grandemente a economia fumageira, forçando a expansão da agricultura de subsistência na área produtora de Cachoeira, / São Gonçalo, Inhambupe e Berjões, que sofre os efeitos da violenta queda das exportações de fumo de 767 mil arrobas em 1815 para apenas 64 mil arrobas em 1834.

Como já referido, o mercado de escravos na África tinha como complementar o mercado de fumo, uma vez que os negros eram trocados pelo produto brasileiro, de forma que na medida que o tráfico era reprimido, a produção de fumo do Recôncavo encontrava dificuldade de chegar ao mercado .

Juntamente com a escassez de braço escravo que se verifica nesta época, devido a retração de tráfico e o novo deslocamento, desta vez para o vale do Paraíba, onde o café começava a crescer, a situação interna da economia baiana era grave, principalmente para as populações urbanas, empregados públicos, artesãos, trabalhadores livres e os próprios escravos, dando as condições propícias para as revoltas populares, desde a Revolução dos Alfaiates de 1798, dos escravos hauças em 1807 e 1828, até a mais importante de todas, a revolta dos malês e nagôs em 1835 e a Sabinada em 1837.(9)

Há aí uma clara redução do excedente gerado nas atividades agrícolas, com o aumento do custo de produção, uma vez que a elevação do preço do escravo, entre outras coisas, dificultava a manutenção das relações de produção escravistas, forçando o aparecimento de atividades assalariadas.

Evidentemente que não se refere aqui a um processo de homogeneização da economia baiana, mas pelo contrário, verifica-se / que, do ponto de vista dos senhores de engenho havia necessidade de aumentar a exploração como forma de evitar a queda da taxa de lucros, mas para os trabalhadores escravos começavam a aparecer algumas novas alternativas de emprego.

Com cerca de 100 mil e poucas pessoas a cidade de Salvador vê chegar os meados do século passado com uma sociedade altamente es



tratificada, mas que começa a se complexificar, refletindo as mudanças que se passam na economia regional, apesar de abaixo da "elite de barões e viscondes" vir logo os escravos do eito e de serviço doméstico, no dizer de Thales de Azevêdo.(10)

Apesar da atividade primária exportadora constituir-se na / principal empresa do período, a metade do século passado vai apresentar o início de uma grande diversificação na economia baiana, / mesmo considerando os entraves existentes, como o precário sistema de transporte da época.

O sertão servido por péssimas estradas que saíam de Cachoeira para o norte, via Jacobina e para Maracás, Caiteté e Rio das / Velhas, no antigo caminho que o gado e os escravos tomavam em direção às Minas Gerais. No entanto, nesta época, o principal meio / de transporte era a cabotagem, refletindo o fato da economia estar completamente voltada para o exterior, não criando condições para a expansão de caminhos que levassem a uma maior integração entre / os diversos polos produtores de materiais para exportação.

Mais intenso que o Rio de Janeiro, o movimento portuário de Salvador era servido por vinte trapiches que despachavam e alguns ensacavam mercadorias importadas e exportadas tanto dos grandes / centros estrangeiros como portos da Inglaterra, França, Portugal e cidades hanseáticas, como também com outros portos brasileiros de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Sul, além de linhas / regulares de navios para cidades do Recôncavo e no litoral entre Recife e Caravelas.

Esta intensa atividade portuária refletia a importância do comércio exterior, que na década de 50 era claramente deficitário, segundo estas estimativas de Thales de Azevêdo, continuando a tendência da década dos 40 quando o deficit comercial global foi da ordem de 13 mil contos de réis.(11)

#### COMÉRCIO EXTERIOR NA BAHIA

1853/1857 - mil contos de réis

ANOS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	DEFICIT
1853/54	11,8	16,5	4,7
1856	14,8	18,0	3,2
1857	20,0	28,0	8,0

FONTE -Azevêdo, Thales, ob.cit. p.14

Esta época, caracterizada na economia brasileira como de expansão e crescimento da cultura cafeeira, vai provocar na Bahia / também uma diversificação da cultura de exportação, com o incremento das culturas do cacau, algodão e do próprio café, ao tempo / em que se reduz a atividade de subsistência e a cultura canavieira passa a ter uma menor importância relativa.

DEBATES LIBERAIS OU "COMEÇA A INDUSTRIALIZAÇÃO"

No plano das idéias, as mudanças que estavam se verificando na realidade econômica, também aqui no Brasil e especificamente / na Bahia se refletem em intensos debates entre defensores do livre comércio e das idéias liberais de Adam Smith e aqueles que / combatem por um maior controle do estado, sobre a economia.

Este debate vai refletir entre outros fenômenos na controvérsia entre a Câmara de Vereadores e o governo provincial em 1858, a respeito da intervenção no mercado de alguns gêneros alimentícios, que depois de prolongada alta, deveriam ser controlados pelos Celeiros da Cidade e tulhas municipais, - uma espécie / de armazém central - enquanto os liberais defendiam o mercado livre, que beneficiava os açambarcadores.

Também a respeito da industrialização, os debates se processavam refletindo os interesses ligados às tradicionais atividades / primário exportadoras que destacavam a "vocaçãõ" agrícola da Bahia e os nascentes grupos industriais que, como o Deputado Moura Magalhães na Assembléia Legislativa Provincial, em 1844, dizia / que o Brasil não deveria se limitar a agricultura, mas deveria / também aumentar sua riqueza "no" ensaio dos ramos industriais , para desta forma se ir libertando da vassalagem em que está para com os estrangeiros"(12).

5) Com o objetivo de implementar estas idéias industrialistas que se desenvolvem na Bahia, se bem que muitos dos defensores destes pontos de vista fossem também senhores de engenho e comerciantes antes cria-se em 1841 a Companhia para Introdução e Fundação de / Fábricas Úteis na Província da Bahia, que no mesmo ano abre uma / fábrica de papel, que irá ser fechada cinco anos mais tarde.

7) Neste momento o grande problema que enfrentam estes grupos é a captação dos recursos necessários para seus investimentos, já

51

já que os excedentes gerados na produção eram apropriados pelos próprios produtores agrícolas e principalmente pelos comerciantes e exportadores, na sua maioria estrangeiros, uma vez que a estrutura do sistema financeiro era extremamente precária.

Como os interesses persistem, uma das alternativas foi buscar o capital estrangeiro, especialmente na Inglaterra que, interessada em melhorar as condições da exportação, financia obras de infra estrutura de transporte e melhoramentos urbanos, o que também vai agradar a classe dominante local.(13)

Apesar de tudo, as atividades industriais se expandiram. De 1830/40 criaram-se cinco fábricas de charutos, substituindo a importação de Havana, Gibraltar e Nova York, reanimando a cultura fumageira de sua longa crise, desde a extinção do tráfico de escravos. É importante destacar que a implantação de fábricas de charutos e mais tarde de cigarros (14) mostra a complementariedade / clara entre as atividades industriais e agrícolas tradicionais, / condicionando um certo tipo de desenvolvimento próprio desta indústria.

O setor de tecidos e fios de algodão também cresce nesta época, para terminar o século com uma grande expressão, apesar da região produtora de algodão na Bahia, Caiteté, não ser a principal / fornecedora da matéria prima para as indústrias localizadas no Recôncavo.

Já em 1850 diz Thales de Azevêdo, "as fábricas de tecido iam em tal progresso que a de Valença, a mais importante do Império, / quicã de toda a América do Sul,..., viria a produzir mais de 600 mil varas de pano e começava o fabrico de sacos que iam substituindo as caixas no transporte do açúcar" (15), revelando mais uma vez a integração entre as atividades industriais e agrícolas-exportadoras, uma vez que um dos graves problemas da cultura canavieira era a falta de madeira para as "caixas" - onde se transportava o açúcar - devido às queimadas que dizimaram as florestas litorâneas, encarecendo sobremaneira a madeira na Bahia.

Constituindo-se em "centros industriais", Salvador, Valença e Santo Amaro congregam fundições de ferro e cobre, produzindo / ferramentas para a lavoura e maquinismos para os engenhos e embarcações a vapor, além de outras fábricas que produziam rapê, pólvora, sabão e papel, numa débil imagem dos centros industriais in

glêses, onde os interesses burgueses eram claramente contraditórios com as classes dominantes na agricultura.

Esta débil estrutura industrial se caracteriza em primeiro / lugar por uma extrema fraqueza no que se refere ao seu capital, re partido em pequenas empresas, quase como oficinas artesanais, por / sua forte vinculação com o setor primário exportador e dependência do setor externo, já que não se desenvolve um setor produtor de e-quipamentos e bens de capital. (16)

#### O CACAU OU "AINDA SOMOS UM PAÍS AGRÍCOLA"

Mesmo considerando o florescimento desta iniciante atividade in dustrial, a Bahia não apresenta um mercado interno suficiente para sustentar este setor, que apesar de tudo chega ao fim do século / XIX com 142 indústrias instaladas, correspondentes ao terceiro lu- gar na produção industrial entre os estados em 1892.

A situação do mercado interno na segunda metade do século XIX se agrava com crises sucessivas no abastecimento, resultantes da própria característica de economia de "plantation", onde a produ- ção para a exportação atraía a maior parte dos recursos, além de problemas conjunturais, como as secas no nordeste que aumentavam a demanda de produtos alimentares pelos outros estados, ao tempo que a produção baiana não se expandia. (17)

Em Salvador, a crise de abastecimento se intensificava entre outras coisas pela inexistência de pastos nas proximidades da ci- dade como decorrência de antiga ordem que proibia a pecuária a me- nos de dez léguas do litoral, encarecendo o preço da carne apesar da expansão que se verifica no rebanho da região do São Francisco, de forma que a Bahia exportava gado para o norte, importando car- ne do norte de Minas e xarque do Rio Grande do Sul, nos últimos / anos do século XIX.

Com a guerra de Secessão nos Estados Unidos as condições do mercado internacional tornam-se mais benéficas para o comércio bai- ano, que em 1836 exporta mercadorias no valor de 18 mil contos de réis, atingindo a mais alta cifra até então, devido a grande ele- vação dos preços do algodão, açúcar e fumo, estes dois últimos / responsáveis por mais de 68% do valor das exportações.

De acordo com informações de Gôes Calmon, o comércio externo



grandes flutuações dentro de cada década, principalmente em consequência de problemas naturais, como secas e pragas, além de oscilações da taxa de câmbio.

COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA 1840/1900  
mil contos de réis

---

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	TAXA DE CÂMBIO
1840/50	76,8	90,2	26 d.
1850/60	121,8	155,8	27 d.
1860/70	169,5	179,2	23 d.
1870/80	167,0	197,7	24 d.
1880/90	140,2	226,1	21 d.
1890/1900	378,5	373,6	9 1/2 d.

---

FONTE: Calmon, F.M. de Góes, op.cit. diversas páginas.

Estes dados mostram que as exportações baianas sofreram um processo claro de estagnação durante os anos 60 e 70, chegando a declinar no decênio dos oitenta, apesar da inexistência de índices relativos a preços que poderiam dar uma medida mais significativa deste desempenho.

Uma das explicações para a recuperação do setor nos últimos anos do século passado é o desempenho das exportações de cacau que vinham se expandindo desde os primeiros anos de 1800, na região de Ilhéus e Itabuna, e que encontrava cada vez melhores preços no mercado internacional.

Já em 1838 as exportações baianas de cacau eram de mil sacas, que ampliam-se violentamente para 100 mil sacas em 1839, atingindo meio milhão de sacas em 1911, atraindo os principais recursos regionais, substituindo o papel anteriormente desempenhado pelo açúcar, se bem que com relações de trabalho bastante diversas, porque baseada no trabalho assalariado, ainda que a níveis extremamente baixos.

Ao lado do crescimento da exportação do cacau e beneficiado pelas condições propícias para a criação de novas atividades, especialmente urbanas, devido a política emissionista do "Encilhamento" de Rui Barbosa e seus desdobramentos, em 1880/91 criam-se cinco fábricas textéis, inclusive a Empório Industrial do Norte, de Luiz Tarquínio, que vai ser considerada a mais avançada / experiência social da época, com equipamentos e estrutura das / mais modernas do mundo. (21)

Em 1912 a Bahia estava no 12º lugar entre os estados do Brasil classificados pelo número de "grandes estabelecimentos industriais" (os que estavam sujeitos a imposto de consumo), com um / capital de 28 mil contos, gerando uma produção de 25 mil contos, empregando 10 mil operários. (18)

X / A mudança de posição relativa do estado de 1892 para 1912 / pode ser explicada não apenas pela própria dinâmica interna de deslocamento de recursos para o cacau e pela inexistência de um mercado interno estruturado que garantisse a realização dos lucros dos industriais, como também pela grande atração exercida / pelo Centro Sul, onde o café gerava enormes lucros, inclusive com um forte apoio dos governos, principalmente depois do Convênio / de Taubaté, em 1906. X

/ Além disto, a indústria baiana enfrentava sérios problemas devido as dificuldades do sistema de transporte entre as regiões produtoras de matérias primas e os centros industriais, assim como a falta de energia, que numa espécie de "feed back" não se desenvolviam devido a fragilidade das empresas industriais e estas não se fortaleciam por falta de energia e deficiência de transporte. /

Rômulo Almeida destaca também como uma das causas para o debilitamento do surto industrial baiano dos fins do século passado a destruição da "capacidade empresarial", uma vez que, devido a fragilidade da capitalização destes grupos, e ainda devido ao pouco dinamismo do setor financeiro institucional, eles viviam continuamente dependentes dos grandes comerciantes que os financiavam, se bem que possamos ver, nas próprias palavras de Rômulo de Almeida as múltiplas atividades destes "burgueses" baianos (19) Numa clara dispersão de interesses, que poderiam justificar a interpreta-

ção de que não se constituiu um grupo burguês, industrial com concentração de objetivos no processo de acumulação.

Mesmo tentando endogenizar o crescimento da economia baiana / não se pode deixar de destacar que a indústria e as atividades internas eram extremamente secundárias, subordinadas ao comportamento das exportações e importações de bens de consumo e equipamentos.

Isto se reflete inclusive na própria diversidade de interesses dos principais grupos industriais, também senhores de engenho ou / plantadores de cacau ou ainda ligados aos grandes comerciantes, / que desempenharam um papel fundamental na capitalização deste período, com um comércio que alcançava o interior, além do norte de Minas, Goiás, sertão de Pernambuco, Piauí e Sergipe,

Apesar de poucas, as cifras de comércio internacional que em / meados do século era deficitário, com a expansão da produção de cacau mostram-se favoráveis à Bahia, significando ao mesmo tempo uma transferência de recursos para o comércio interregional, como consequência do movimento de ascensão econômica e política do Centro Sul e dos cafeicultores.

/Sem ter desenvolvido uma forte produção interna que possibilitasse o atendimento do mercado, como ocorreu por exemplo em Pernambuco, com reflexos até a industrialização recente, a Bahia amplia a pauta de importações de outros estados brasileiros, transferindo para estes as divisas conseguidas no comércio internacional, (20) / ainda que nos primeiros anos do século XX seja relativamente pequena.

Esta acumulação de divisas se deve principalmente à exportação do cacau, que de 1840 a 1890 tem sua produção aumentada numa média de 68 toneladas ao ano, enquanto nos trinta anos subsequentes 1890/1920, o aumento médio anual da produção do cacau é de 1635 toneladas, apesar dos seus preços nos primeiros anos deste século XX apresentarem uma clara tendência declinante.

#### FIM DA ÉPOCA DE DIVERSIFICAÇÃO

/Em termos mais gerais pode-se portanto caracterizar o início deste século como uma rearticulação de forças dentro do sistema econômico

co brasileiro, com a confirmação do Centro Sul como polo dinâmico impulsionado pela cultura do café e, em consequência dela, das interrelações que se estabelecem entre a produção agrícola e a / e a crescente produção industrial que dará as feições definitivas do capitalismo brasileiro.

Para a burguesia industrial baiana, que passou nos últimos / anos do século XIX por um tímido ensaio de industrialização integrada com o capital comercial e de senhores de terras, o deslocamento do centro dinâmico para o centro sul foi um duro golpe, que se refletiu no plano político em uma clara redução da representatividade estadual nas elites dirigentes do país, durante todo o período republicano, se comparada à projeção do período imperial.

Sucedendo a este "pulso" industrial que não chegou a se expandir a ponto de criar um movimento próprio capaz de auto gerar excedentes disponíveis para a manutenção da tendência inicial, a economia baiana volta-se para sua feição tradicional primário exportadora, se bem que agora em formas de produção bastante diferentes da típica "plantation" do açúcar e exploração do fumo, com claras relações capitalistas de trabalho e com um desenvolvimento urbano relativamente acentuado que se reflete em uma crescente atividade financeira e com diversificação dos serviços nas cidades, enquanto a produção agrícola para o mercado interno permanece gerando soluções paliativas para seus problemas, decorrentes do / próprio estilo de desenvolvimento capitalista, com a enorme atração de recursos para as atividades mais rentáveis. E assim vai ser durante toda a primeira metade do século XX.



NOTAS:

- 1) FURTADO; Celso-Formação Econômica do Brasil, Ed.Fundo de Cultura, 6a. Edição, 1964,Rio, Cap. I
- 2) "Na terra de Santa Cruz, o valor e as possibilidades de comércio não justificavam, como vimos já, organizações da mesma importância. Mas, ainda assim, foram instaladas quer pelo próprio governo português, quer pelos concessionários do comércio do pau brasil, várias feitorias, postos de resgate, em sua maioria de caráter temporário, onde se concentravam, sob o abrigo/ de fortificações primitivas, os artigos da terra que as naus / vinham buscar. São por demais deficientes até hoje as notícias sobre estas feitorias(...) Mas o próprio comércio do pau brasil é uma demonstração de sua existência e as notícias que se tem, referentes à década anterior a 1530, salientam a preocupação do governo português de defendê-las. Nessa época apresentou-se iniludível ao rei de Portugal este dilema: ou ocupar definitivamente a terra de Santa Cruz ou correr o risco de perdê-la. "Simonsen, Roberto História Econômica do Brasil,São Paulo, 1937 p.120.
- 3) " Parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira viera dos Países Baixos. Existem indícios abundantes de que os capitalistas holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações / produtivas no Brasil, bem como na importação de mão de obra escrava, O menos que se pode admitir é que uma vez demonstrada a viabilidade da empresa e comprovada sua alta rentabilidade , a tarefa de financiar-lhe a expansão não haja apresentado maiores dificuldades. Poderosos grupos financeiros holandeses, interessados como estavam na expansão das vendas do produto brasileiro, seguramente terão facilitado os recursos requeridos / para expansão da capacidade produtiva". Furtado,Celso, op.cit. 20.

- 4) Para caracterização do modo de produção no Brasil nesta época existe uma vasta literatura, podendo-se citar entre outros: / Sérgio Bagu, Economia de la Sociedade Colonial; Caio Prado / Junior. A Revolução Brasileira ; Roberto Simonsen, História E conômica do Brasil, numa concepção "capitalizante" e N.W. So - drê, Formação Histórica do Brasil; A. Passos Guimarães, Quatro Séculos de Latifúndio numa visão "feudalizante" do período.
- 5) O Brasil, em fins do sec. XVIII produzia pouco mais de 10% de comércio internacional do açúcar. A produção mundial estimada era a seguinte em mil toneladas: Colônias francesas (95) Colô - nias inglesas (80), Extremo Oriente (50), Brasil (35), Anti - lhas Dinarmquesas (28), Cuba (15) e Diversos (3) numa produ - ção total de 306 mil toneladas de açúcar, segundo M.H. Gamal: Le problem International du Sucre, citado por Almeida, Rômulo Traços da História Econômica da Bahia no último Século e Meio, in Revista de Economia e Finanças, ano IV, 1952, Vol.IV, nº 4, Salvador.
- 6) "É o açúcar teve sua crise agravada com a febre da mineração / no século XVIII a qual arrebatou para aventura os seus traba - lhadores livres e até mestres, leiloou os escravos que já escas - seavam e encareceu o preço de todas as utilidades, ao mesmo / tempo em que, com os embargos ao comércio com as Minas Gerais , era a Bahia impedida de compensar os seus prejuízos com o lucro dos fornecimentos para os sertões do ouro". Almeida, Rômulo, ob. cit.p.60.
- 7) Calmon, F.M.de Góes, Ensaio de retrospecto sobre o comércio e a vida econômica e Comercial na Bahia de 1823 a 1900, in Diário / Oficial do Estado 2/7/1923,p.379.
- 8) "Homens adiantados encontravam nesse período o clima favorável para idéias novas que traziam da Europa. Felixberto Caldeira / Brandt Pontes, depois Marquês de Barbacena, trouxe a primeira / máquina a vapor instalada num engenho de açúcar no Brasil, to - mou a si a empresa de navegação a vapor, inaugurando em outubro

de 1819 o vapor de Cachoeira, uma das maravilhas no folclore do sertão e cuja máquina, vinda da Inglaterra, foi montada num barco construído no estaleiro da Preguiça. Caldeira Brandt ainda fez parte do grupo que estabeleceu o primeiro Banco (1817), filial ao 1º Banco do Brasil, promoveu o levantamento de uma planta do Recôncavo e iniciou a abertura de um caminho entre São Jorge dos Ilhéus e o arraial da Conquista. Tivemos nessa época um outro senhor de engenho pioneiro, Pedro Antonio Cardoso. Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Sá, proprietário do Engenho da Ponta, no Iguape, reformou fornalhas, economizando 2/3 da lenha, e introduziu várias outras inovações da técnica industrial e agrícola. Agostinho Gomes trouxe também melhoramentos na lavoura e na pecuária e lançou grandes projetos, um deles o de uma fundição de cobre e ferro. Todos eram versados na ciência da época, inclusive na economia política ou seja "uma nova doutrina" do "profundo Smith". Ao lado deles homens letrados de ofício, como José da Silva Lisboa, depois o Visconde de Cayru, secretário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio e o Desembargador João Rodrigues de Brito, cuja resposta ao inquérito da Câmara de Salvador, tenho a impressão que é um documento definitivo não só da história econômica da Bahia, mas da história das idéias econômicas do Brasil, pela clareza com que expõe as idéias de Adam Smith, de Sismondi, de Say e as aplica a um exame da situação regional(...) Havia um clima de iniciativas". Almeida, Rômulo, ob.cit.p.62

9) ... o mal estar econômico agitava movimentos populares nas cidades principais do Recôncavo e explodia na capital em motins por ocasião da Abdicação ou em desordens graves e destruição de propriedades públicas com a Sabinada em 1837". Azevêdo, Thales de, A economia baiana em torno de 1850, in História do Banco da Bahia, Liv. José Olímpio Editora, RJ, 1969 p.7

10) "Florescia entre nós uma civilização empreendedora e otimista, com uma aristocracia de senhores de engenho, fazendeiros, comerciantes fortes, muitos dos quais eram portugueses, ingleses e alemães, comissários das importações e exportações, altos funcionários civis e militares, cujos requintes de maneiras e gostos im-

pressionavam os visitantes estrangeiros. Abaixo desta elite de ba rões e viscondes cumpriram-se as massas de escravos do eito e do serviço doméstico e o povo, constituído dos oficiais mecânicos ou operários, dos artesãos, dos trabalhadores sem qualificação, dos vendedores ambulantes e vendeiros, dos milicianos, dos desocupa - dos. Entre esses extremos mal se distinguia na capital e nas cida - des maiores do Recôncavo um esboço de classe média, não tanto pe - la fortuna e pela renda quanto pelo seu papel na gestão dos negó - cios, nas profissões liberais, nas repartições públicas, no médio comércio". Azevêdo, Thales de, ob.cit.p.17.

11) "A cifra para o comércio exterior na Bahia, no decênio 1840/50 foi, para importação de Rs. 90.321:000\$000 e para exportação de Rs. 76.838:000\$000, tendo a exportação excedido a importação ape - nas no exercício de 1848/49 em que esta foi de Rs.7.996:000\$000 e aquela de Rs.8.547:000\$000, com uma média decenal na taxa cambial de 26 d."Calmon,F.M. de Góes, ob.cit. p.396.

12) Citado por Azevêdo, Thales, ob.cit. p.10

13) "Mas é aproximadamente em 1845 que se deveria sentir mais agu - da essa falta de capitais para financiar os novos empreendimentos, o que determinaria dali a anos a procura de recursos no estrangei - ro, especialmente na Inglaterra, para o financiamento de empreen - dimentos de mais vulto como a estrada de ferro Bahia e São Fran - cisco, as usinas centrais de açúcar, a construção do porto, as li - nhas de navegação a vapor, os melhoramentos urbanos como o eleva - dor hidráulico entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta e as linhas / férreas de transportes de passageiros entre o centro da cidade e os novos bairros". Azevêdo, Thales, ob.Cit.p.14.

14) "Em 1856 a firma Leite & Alves, do Rio de Janeiro instalava / aqui uma filial e estabelecia a fábrica de cigarros, a qual, de - pois foi engrandecida, sendo no ramo, desde muitos anos, a primei - ra do Estado, a cuja indústria do fumo presta reais serviços ". / Calmon, F.M.de Góes, ob.cit.p.384.

15) Azevedo, Thales de, Ob. cit.p.8

16) Elaborando um pouco as informações apresentadas por Gões Calmon podemos caracterizar a estrutura da indústria baiana de 1892 como fundamentalmente voltada para a produção local de bens de consumo, atomizada em pequenas empresas com fortes vínculos financeiros com os grandes comerciantes e dispersa nos seguintes ramos industriais:

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS  
INDUSTRIAIS - Bahia-1892

SETORES	Número de Estabelecimentos
Textil	14
Couros Peles	4
Calçados	2
Madeira e Mobiliário	7
Fumo	17
Alimentos	53 (1)
Química	22 (2)
Metalúrgica	7
Bebidas	2
Refinação de açúcar	13
Fósforo	1
<b>TOTAL</b>	<b>142</b>

FONTE: Calmon, F.M. de Gões, ob.cit.p.395

Notas - (1) Inclue 50 pequenas padarias

(2) Inclue 5 alambiques pequenos e 10 pequenas fábricas de sabão e sabonete.

17) "Os lavradores eram tratados como uma classe tributária da grande lavoura de exportação e das populações urbanas que tinham



a seu serviço as autoridades" e mais adiante, explicando o mecanismo econômico de especialização nos produtos de exportação e debilidade do setor voltado para o mercado interno, diz Rômulo / Almeida: "enquanto os preços de exportação estavam altos, todos os recursos se voltavam para esses produtos nobres: açúcar , algodão, fumo. Diminuíam ao menos relativamente, as lavouras de subsistência: menor produção enquanto havia mais dinheiro procurando farinha, grãos, carne, etc: preços altos. Estes preços, fora / as arbitrariedades desanimadoras, provocariam naturalmente maior produção pelos agricultores isolados. Consequência: os preços tinham que cair. O equilíbrio não se estabelecia, entretanto, mesmo no caso de poderem os pequenos lavradores de abastecimento disputar ao máximo as vantagens do mercado, dando como consequência um suprimento mais ou menos regular, em vista da instabilidade / dos preços e mercados dos produtos de exportação. Se estes caíam, nos próprios engenhos se cultivava mais a mandioca e o milho, reduzindo ainda mais as compras dos pequenos agricultores quando os preços já em si seriam menores. Acrescentam-se como fatores de desequilíbrio, a instabilidade natural das safras, tanto dos artigos de exportação, como dos gêneros de abastecimento, agravada / com a falta ou impossibilidade de armazenagem e de crédito. Em suma: esses lavradores em regra suportavam o pior das crises de depressão e eram impedidos de aproveitar o melhor das crises de alta". Almeida, Rômulo, op.cit.p.64

18) Almeida, Rômulo, op.cit.p.72

19) Falando das causas da decadência da indústria baiana, diz Rômulo Almeida: todas estas estão intimamente relacionadas entre si e ainda com outro fator, que é frequentemente personalizado nas figuras de Pedroso de Albuquerque e Pereira Marinho, e de outros ricos comerciantes, salvo talvez Aristides Novis, antes e depois deles: os quais sendo os financiadores e acumulando capital em sólidos estoques e em seguras operações, acostumados aos azares dos negócios na Bahia, eram os arrematantes de lavradores e industriais nas crises intermitentes, os grandes compradores por "10 réis de mel cuado" nos frequentes momentos de abertura. Deles recebiam ter

ras, engenhos e as ações das fábricas".

Almeida, Rômulo, op.cit.p.72 - Os grifos são nossos.

20) "assim, a Bahia produtora que passou a ser de moedas estrangeiras era indiretamente uma das financiadoras das importações / essenciais à industrialização de outras áreas, às quais pagava / ainda preços mais caros do que os dos artigos importados e isso / enquanto continuava sujeita à instabilidade dos mercados exteriores para sua produção. Nem suas vendas ao resto do país, nem o orçamento federal tinham o papel de compensar a desvantagem." Almeida, Rômulo, op.cit. p.74.

21) ..."na febre de negócios de 1891, mais de 30 empresas se organizaram para a indústria manufatureira, as construções civis, a / exploração mineira e agrícola e para as transações bancárias, com capitais que iam de 20 até 10 mil contos para cada empreendimento ... O total desses investimentos somava quase 40 mil contos de réis e vinha reforçar um parque industrial que ainda era dos mais importantes do país na época, "Azevêdo, Thales de,,op.cit.p.187

## INTEGRAÇÃO NACIONAL MAIS QUE INVOLUÇÃO INDUSTRIAL.

Na análise da economia baiana da primeira metade do século XX destaca-se um crescimento vegetativo das forças produtivas que, re tornando aos velhos padrões primários exportadores, com o predomi- nio absoluto do cacau, permitem uma simples "sobrevivência" dos ti midos "pulsos" industriais dos fins dos anos 1800, sem a constitui ção de interrelações econômicas capazes de garantir o processo de reprodução e acumulação do capital, que permitiria a expansão dinâ mica do capitalismo industrial na Bahia, como vai ocorrer na zona do café.

A indústria baiana poderia ser caracterizada no grupo de "in- dústrias de subsistência" na terminologia da Castro (1) com gran- des vínculos com o setor produtivo de matérias primas e voltada bá sicamente para o atendimento dos segmentos de mercado com menores' níveis de renda, uma vez que as classes de renda mais elavadas, ' com um consumo mais sofisticado eram fundamentalmente atendidas pe lo grande comércio importador.

Estas manufaturas de "subsistência" que conseguem se expandir um pouco mais, aproveitando-se da complexificação dos mercados ur- banos, como ocorre na zona do Recôncavo e especialmente em Salva- dor nos fins do século passado, não atingem um grau de independên- cia dos setores tradicionais exportadores, de forma que não conse- guem se constituir em um setor produtivo que atraísse investimen- tos garantidos por uma rentabilidade ao menos competitivo com o setor exportador tradicional.

### O DINAMISMO DO CAFÉ E OS ENTRAVES AO CRESCIMENTO BAIANO

Na zona do café havia uma maior dinamização dos mercados devi do a presença marcante da mão de obra imigrante, o que melhora o nível de qualificação da força de trabalho, ao tempo em que predomi navam mais difundidamente as relações de trabalho capitalistas , com assalariados, que vão se constituir em ativos demandadores de produtos manufaturados.

Com os planos de valorização do café, que já tinha sua renta- bilidade assegurada, os excedentes gerados em sua produção podem

CAPÍTULO II

- 28 -

ser utilizados na produção industrial, que assim se vê duplamente beneficiada na região do Centro Sul com um mercado dinâmico e abundância de recursos para investimentos.

Isto permite o desenvolvimento relativamente integrado do capitalismo industrial brasileiro no Centro Sul sem grandes contradições com os cafeicultores e demais componentes das classes ligadas ao mercado externo.

Na Bahia, ao contrário, a economia no início do século XX retorna ao seu esquema primário exportador, com o grande crescimento das exportações do cacau, que atingem seu ponto máximo em meados da década de 20.

As relações de trabalho na zona do cacau são caracterizadamente capitalistas, com assalariados, mas que recebem uma baixíssima remuneração e que sobrevivem em uma economia onde a produção de subsistência é continuamente expandida, inclusive em decorrência das variações sazonais da cultura, da época do "paradeiro" em comparação com o "temporão" e a "safra" (2).

Apesar de morando nas fazendas, os diaristas, além de uma grande instabilidade do emprego, recebendo uma pequena remuneração adquirem os bens de consumo em um esquema rudimentar de feiras, abastecidas por pequenos produtores locais de produtos alimentícios e por pequenos comerciantes de alguns produtos mais elaborados para consumo.

Esta situação de um mercado consumidor débil devido a grande concentração da renda regional e os grandes lucros propiciados pela exportação do cacau, é mais um elemento que permite a perpetuação destas relações de produção durante os primeiros anos de 1900 dificultando o desenvolvimento de atividades diversificadas que permitissem uma mais ampla circulação de mercadorias.

Na zona do Recôncavo, mais próxima de Salvador e dos antigos "centros" industriais de Valença e Santo Amaro, a cultura do fumo, tradicionalmente de pequenas propriedades em regime também de quase subsistência inicia o século com um grande destaque, atingindo sua maior safra em 1902 com 42,5 mil toneladas, enquanto por exemplo de 1918 a 1922 a média produzida anualmente era de 26,6 mil toneladas (3).

Apesar disto, a produção do fumo não desenvolve uma intensa relação capitalista que permitisse a expansão do mercado consumi-



25  
dor, especialmente nas suas áreas de produção, onde a "capitação", imposto de 300 mil reis (4) por lavrador era um elemento entre outros que tendiam forçar a redução do número de pessoas nesta cultura, proliferando em torno das pequenas "roças" de fumo uma intensa produção para a subsistência, sem a criação de excedentes intercambiáveis.

A pecuária do São Francisco tinha uma relativa autonomia em relação as zonas do cacau e do Recôncavo, multiplicando-se os rebanhos, ao tempo também em que as relações de propriedade era fundadas em relações de trabalho onde na maioria dos casos os vaqueiros recebiam como remuneração um bezerro em cada quatro que nasciam, numa forma de salário "in natura", pelo fato de terem cuidado do gado.

Não se pode admitir um tipo de relação de produção feudal ou semi feudal, neste relacionamento econômico do vaqueiro com seu patrão, porque o essencial nesta circunstância não é a posse da terra, que garantisse ao seu proprietário a cobrança de uma renda qualquer. Nesta relação o que existe é que devido ao caráter extensivo da pecuária, o vaqueiro teria de ser estimulado, a controlar e cuidar do gado, não se permitindo portanto uma relação escravista, e não se podia pagar salários monetários também porque o desenvolvimento das integrações econômicas da região eram muito débeis, não havendo grande circulação monetária.

Com o açúcar assiste-se, ao fim do século passado e começo deste, uma grande transformação na sua estrutura com a progressiva substituição dos engenhos por usinas modernas, de forma que de 1899 para 1902 o número de usinas na Bahia aumenta de 600%. (5)

Além de uma maior intensificação das trocas monetizadas a ampliação do número de assalariados na produção do açúcar, que em 1921/22 atinge 46 mil toneladas, e a implantação das usinas em substituição aos engenhos provocam também um processo de reconcentração da propriedade de forma que em 1930, a maioria destas usinas pertencia a grupos econômicos distintos dos seus fundadores e com um grau muito maior de concentração da propriedade. (6)

Em termos da integração espacial o sistema de transportes era extremamente deficiente, desempenhando um importante papel, sociológica e economicamente, o caixeiro viajante, que representando os grandes grupos do capital comercial em Salvador serviam de impor

tante laço de integração entre os produtores do interior e os consumidores internacionais, no caso dos produtos de exportação, especialmente fumo, cacau e açúcar.

Em 1899 as estradas de ferro com 1238 quilometro apresentavam em seus traçados claramente os objetivos para que foram construídas: ligar as fontes de matérias primas aos portos exportadores(7). Trinta anos mais tarde as estradas de ferro tinham 2.699 quilometros, ao passo que as rodovias passavam de 763 km em 1924 para 3.260 três anos mais tarde, numa clara demonstração das mudanças que começavam a se processar no sistema nacional de transportes.

7/ Ainda assim esta infra estrutura de transportes é incapaz de integrar todas as áreas produtoras internas (8), impedindo a mais ampla circulação de mercadorias, com a conseqüente realização do excedente e acumulação de capital em atividades destinadas ao mercado interno, tanto industrial como agrícola, que ficam assim limitadas a um escasso mercado local (9).

O outro grande "problema" para a economia baiana, já destacado desde os fins do século XIX era a questão da falta de energia, uma vez que em 1930 apesar da Usina Hidroelétrica de Bananeiras e a termoelétrica da Preguiça, o fornecimento de energia para Salvador era muito precário, mas que só encontrará início efetivo de solução na segunda metade do século XX, quando a estrutura industrial e o próprio processo produtivo exigem a sua expansão.

Estas deficiências infraestruturais aliadas com as próprias características de economia baiana, baseada no trabalho assalariado, no cacau e açúcar, e em relações de produção a nível de pequenos proprietários no caso do fumo, condicionam o desenvolvimento total do parque industrial baiano, que durante os 50 primeiros anos de 1900 tem um crescimento vegetativo à sombra da expansão da renda do setor exportador, que na Bahia tinha um pequeno efeito multiplicador, se comparado com o setor exportador do centro sul. Apesar da escassez de informações, "et pour cause", não se encontraram evidências de expansão e diversificação da atividade econômica na Bahia neste período, a não ser na zona cacauera. Para o Centro-Sul no entanto há indicações de que o processo de industrialização e diversificação começa antes dos anos 30 onde a circulação monetária é muito mais extensa que no Nordeste, já que as relações de

DA BAHIA DE DO  
SIST. DE TRANSP.

1930

trabalho. O assalariado predominavam claramente na economia cafeeira, ampliando o mercado interno, aumentando o efeito multiplicador do comércio externo. (9)

As mudanças no sistema de transporte são ajustadas a necessidade da economia exportadora cujo processo de expansão se vê determinado pela realização externa dos lucros que uma vez acumulados, são investidos ou na mesma atividade tradicional ou se deslocam para o Centro Sul onde encontram emprego em setores ao menos tão lucrativos quanto o cacau ou açúcar, ou se cristalizam em consumo suntuário, estimulando a construção civil, por exemplo.

LIGAÇÕES INTERREGIONAIS E CRESCIMENTO INDUSTRIAL

Assim a economia baiana continua essencialmente exportadora passando suas importações de 36,3 mil contos em 1917 para 104,1 mil em 1925 e 428,9 mil em 1935, tendo o comércio exterior a seguinte evolução nos primeiros 50 anos deste século, a partir de 1917 quando existem dados disponíveis.

EXPORTAÇÕES BAIANAS -1917/1950 média por período.  
Preços Correntes mil contos de reis até 1926  
milhões de cruzeiros a partir de 1931.

ANOS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1917/26	179,8	70,4	109,4
1931/36	355,4	344,6	10,8
1937/45	783,4	833,4	-50,0
1945/50	2.297,4	2.400,7	-103,3

FONTES: Até 1926 in Calmon, F.M. de Góes: Mensagem apresentada na Assembléia Legislativa em 7/4/1927, citado por Tavares, L. H.D.op.cit.p.8. De 1931 a 1950 in Calmon, Miguel Aspectos da Economia Baiana, Revista de Economia e Finanças, vol.IV, nº.4, Salvador, 1952 p.112.

Os dados sobre o comércio exterior na Bahia indicam mais uma

vez as tendências já destacadas de que a economia baiana tem um crescimento vegetativo nos 50 primeiros anos deste século, quando passa de uma situação superavitária no início do século devido ao excelente desempenho do cacau, pelo menos até 1925, para a partir de 1937 aumentar progressivamente seu deficit, no que se refere ao comércio interregional, ainda que esta afirmativa esteja sujeita a vários questionamentos, uma vez que foi realizada sobre dados a preços correntes, não se conhecendo o comportamento dos preços, que podem invalidá-la completamente.

A utilização de valores constantes para estes dados tornou-se difícil pela inexistência de deflatores razoavelmente confiáveis.

Esta maior dependência da economia baiana dos centros produtores do sul do país pode indicar ao mesmo tempo, a fragilidade do desenvolvimento econômico baiano, incapaz de intensificar a produção de bens de consumo demandados regionalmente, e o desenvolvimento integrado nacional que começa a se expandir no Brasil, tomando claramente os rumos de um desenvolvimento capitalista industrial e como tal, espacial e setorialmente desequilibrado.

Desta forma, não se pode falar em decadência da economia baiana, mas sim uma maior integração com o modo de produção dominante no país de forma que a produção de bens de consumo pelas indústrias do Centro Sul penetraria no mercado regional baiano, permitindo a ampliação do processo de circulação de mercadorias e realização dos excedentes da produção gerada nos polos industriais do Centro Sul, ao tempo em que a Bahia desenvolveria indústrias, num primeiro momento, destinadas a atender a demanda dos níveis mais baixos de renda do mercado consumidor, e como tal estreitamente ligadas a tradicional produção agropecuária.

Mesmo assim e em função deste arremedo de divisão social do trabalho, que sob o capitalismo necessariamente toma formas desequilibradas e não harmônicas, vamos encontrar um certo crescimento da indústria nestes primeiros 50 anos do século XX.

Neste sentido o principal setor é o de produção de alimentos, onde, além das transformações operadas na produção do açúcar com a substituição progressiva dos engenhos pelas usinas, encontramos uma grande proliferação de torrefações de café, moinhos de trigo e milho, padarias, fábricas de macarrão e biscoito, chocolates, do-

ces etc... todas com um pequeno volume de capital e utilizando fundamentalmente matérias primas locais/numa intensa complementariedade com o setor tradicional agropecuário tanto na aquisição dos insumos básicos, como na produção do produto final, permitindo a intensificação das relações econômicas na esfera da circulação de mercadorias, mas que em vista dos padrões de distribuição de renda, não permitia a diversificação e modernização dos processos de produção, condicionando um crescimento vegetativo desta indústria.

Além da indústria de alimentos, um outro setor industrial de relativa importância na economia baiana é o de tecidos, que em meados do século XIX começara um processo de expansão e que enfrenta os limites impostos por uma distribuição de renda altamente concentrada em mãos dos grandes comerciantes e produtores de cacau e açúcar principalmente, que não eram os consumidores da produção local, constituindo-se muito mais, ao nível do consumo, em importadores e, ao nível do investimento, em exportadores de capitais para o Centro Sul. ✓

Utilizando os dados de Luiz Henrique Dias Tavares (11) verifica-se que o número de fábricas existentes na Bahia passa de 331 em 1899 para 453 em 1930, concentrando-se este crescimento no de minerais não metálicos e vestuário, ainda que os dados referentes a número de estabelecimentos não sejam bons indicadores da estrutura industrial, uma vez que sua variação pode ser decorrente de vários outros fatores além da expansão, podendo uma redução ser inclusive resultante do progresso tecnológico ou maior grau de concentração do setor, indicando assim maior modernização e capacidade de geração de excedentes. Apesar disto os dados apresentados por Dias Tavares mostram a seguinte estrutura industrial baiana nos primeiros 30 anos deste século XX:

Número de Fábricas na Bahia 1899/1930

SETORES	1899	1930
Minerais Não Metal,	5	11
Metalurgia	53	65
Madeira	39	45
Papel e Papelão	2	5
Couro	4	-
Alimentos	42	72
Bebidas	10	7
Fumo	15	6
Química	26	15
Textil	5	10
Vestuário	95	207
Diversos	35	10
Total	331	453

FONTES: Tavares, L.H. Dias op. cit.

Dentre estes dados é preciso destacar que o setor de vestuário por exemplo está envolvendo 84 alfaiatarias e 105 sapateiros em 1930, demonstrando o caráter profundamente artesanal desta indústria, da mesma forma no setor de indústria de Madeira os marceneiros são em número de 23 em 1930.

Na indústria textil, o quinquênio 1919/1923 (12) indica que a média de produção anual era de 33,1 milhões de metros de tecidos, utilizando 5.132 teares, 96.858 fusos, com 6.214 HP de força motriz ativados por 6.150 operários e um capital no valor de 21,1 mil contos.

A indústria do fumo passa por um processo de concentração indicando, já nestas primeiras três décadas do século, as tendências de integração da economia baiana a economia nacional, uma vez que em 1930 por exemplo a produção de cigarros já era amplamente dominada pela Companhia Souza Cruz, de capitais estrangeiros, assim como no setor de bebidas a Companhia Artártica Paulista já em 1930 era a única produtora de cerveja do estado.



Estes dois exemplos podem ser interpretados como manifestações prematuras de fenômenos que se intensificarão nos anos 50, 60 e principalmente 70, quando os setores produtivos progressivamente vão passando por um processo de integração funcional com o desenvolvimento capitalista nacional, inclusive no que se refere a estrutura da propriedade industrial.

De acordo com os dados do Censo de 1920 (13) a indústria baiana já era insignificante em relação ao Centro Sul se considera-se que sua participação no valor da produção nacional era de 2,8%, ocupava apenas 5,7% do total de operários do Brasil, com 3,5% do valor total do capital, utilizando apenas 4,0% da força motriz instalada.

Refletindo o crescimento acentuado do Centro Sul, muito mais que uma possível "involução" da economia baiana, estes números vão se reduzir no censo de 1940 quando a participação da produção cai para 1,8%, a força de trabalho industrial baiana passa a ser 3,0% do total brasileiro enquanto a participação no capital nacional e na força motriz instalada caem para 1,9% e 2,3% respectivamente.

Além desta pequena participação na indústria nacional, o parque industrial baiano poderia muito mais ser caracterizado como artesanal, com ampla predominância das pequenas empresas, o que pode ser atestado pelos dados referentes a 1930 quando das 2.204 empresas existentes apenas 61 tinham mais de 12 operários, 158 tinham de 7 a 12, 600 tinham de 1 a seis e nada menos que 1.325 (60,1%) tinham apenas um trabalhador de forma que "havia a predominância do artesanato, com a presença de pequenos fabricantes" (14)

Esta indústria com 16.698 operários em 1919 segundo o Censo de 1920 passa a empregar 23.361 operários vinte anos mais tarde, gerando uma produção de 236.841 mil cruzeiros, quando o valor da produção agrícola era de 448.909 mil cruzeiros no mesmo ano de 1940, segundo os dados dos Anuários estatísticos do Brasil do período.

Do ponto de vista da agricultura pode-se dizer que a década de 30 não foi muito benéfica para os produtores baianos (15) como se pode verificar nos dados abaixo referentes as principais cultu

ras agrícolas do estado - cacau, café, cana, feijão, fumo, mandioca, algodão, arroz e outras menores - cujo valor da produção foi deflacionado com base no índice de preços médios anuais do comércio atacadista de gêneros alimentícios do Rio de Janeiro, por não se dispor de outro deflator mais apropriado.

Valor das Principais Culturas  
Agrícolas da Bahia - 1931/1939

ANOS	VALOR CR\$ 1.000	DEFLATOR	VALOR EM CR\$ 1.000 DE 1935	CRESCIMENTO ANUAL %
1931	305.442	99	308.527	-
1932	280.792	97	289.476	-6%
1933	292.065	93	314.048	8%
1934	318.500	97	328.350	4%
1935	316.325	100	316.325	-4%
1936	349.896	117	299.056	-6%
1937	343.071	131	261.886	-12%
1938	366.986	(1)		
1939	414.558	(1)		

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil 1936/1945

NOTA : 1) Índice de preço médio anual do comércio atacadista de gêneros alimentícios do Rio de Janeiro desconhecido para este ano.

Os dados referentes ao valor real da produção agrícola, apesar dos "bias" que podem surgir devido a utilização de um índice de preços de gêneros alimentícios em atacado para o Rio de Janeiro para deflacionar o valor da produção de uma agricultura essencialmente voltada para a exportação na Bahia, indicam uma redução de 16% do valor da produção de 1931/1937, com uma taxa média geométrica de decréscimo da ordem de 2,7% ao ano.

Analisando-se com maior profundidade estes dados verifica-se que por exemplo de 1931 a 1936 a área cultivada com algodão na Bahia se elevou de 126%, a área cultivada de feijão teve uma elevação de 55,9% no mesmo período, quando a área cultivada com mandi

oca aumentou de apenas 8% e o cacau avançou sua fronteira agrícola de 20,2%, ao passo que o café, o arroz, o fumo e a cana tiveram suas áreas cultivadas reduzidas de 39%, 3%, 9% e 25% respectivamente. (16)

Isto indica que, ao mesmo tempo em que a política do governo federal brasileiro dava ênfase nas atividades internas, acelerando o processo de acumulação de capital no Centro Sul e garantindo o nível de emprego e renda interna com a política de queima do café, as atividades exportadoras baianas sofriam efeitos de uma política retracionista, ainda que os maiores crescimentos de áreas cultivadas se encontrem exatamente naquelas culturas voltadas para o mercado interno. Deve-se destacar também que a situação do comércio internacional de produtos primários encontra-se em recessão nos primeiros anos da década de 30 podendo intensificar assim os efeitos da inexistência de medidas protecionista, para os exportadores de parte do governo federal.✓

Em 1940 a indústria baiana continuava com suas dimensões tradicionais, preponderando a produção da indústria textil, produtos alimentares e bebidas, que também eram as maiores empregadoras, de forma que garantiam parte de sua própria demanda com salários pagos no valor de 16.829 mil cruzeiros, como se pode verificar nos dados referentes ao censo de 1940 a preços de 1935, apresentados abaixo.

Apesar da pouca credibilidade nos dados deste recenseamento de 1940 verifica-se por exemplo que a indústria de vestuário tinha um capital médio de quase 10 mil cruzeiros, indicando que era constituída basicamente por pequenas oficinas de alfaiates, da mesma forma constatada por Luiz Henrique Dias Tavares para 1899 e 1930. (17)

A indústria textil demonstra sua importância com um volume de capital muito mais elevado, ao mesmo tempo que é a que apresenta maior densidade de operários por estabelecimentos e maior volume de salários pagos, apesar de ser amplamente superada pela indústria de produtos alimentares no que se refere ao valor da produção, o que pode ser explicado mais uma vez pelas intensas vinculações desta indústria com os setores tradicionais da economia baiana, especialmente o açúcar.✓

CENSO INDUSTRIAL - BAHIA - 1940 Cr\$1.000

VALORES DEFLACIONADOS PELO INDICE DO CUSTO DE ALIMENTAÇÃO

DA CIDADE DO SALVADOR ANO BASE 1935

INDÚSTRIAS	Nº DE ESTABELEÇ.	CAPITAL 1.000,00		OPERÁRIOS	SALÁRIOS OPERÁRIOS		VALOR DA PRODUÇÃO	
		CORRENTE	CONSTANTE 1935=100		CORRENTE	CONSTANTE 1935=100	CORRENTE	CONSTANTE 1935=100
METALURGIA	17	2.252	1.609	240	441	315	3.784	2.703
INDÚSTRIAS GERAIS NÃO METÁLICAS	207	4.649	3.321	1.155	1.275	825	4.515	3.325
TECÊLEIRA	65	4.727	3.376	581	1.064	415	5.744	4.103
QUÍMICA	70	4.614	3.296	237	264	169	5.494	3.394
TEXTIL	75	44.659	31.899	5.574	7.109	3.981	39.935	28.525
ESTUÁRIO	110	1.524	1.089	725	990	518	5.388	3.849
IND. ALIMENT.	606	78.739	56.242	4.465	5.282	3.189	84.885	60.632
RETISSAS	138	23.075	16.482	5.725	4.141	4.089	32.351	23.108
OUTROS	478	184.454	131.753	4.659	7.139	3.328	54.645	39.032
TOTAL	1.288	348.693	249.067	23.361	27.705	16.829	236.841	169.101

Fonte: Anuario Estatístico do Brasil 1948

Se utilizamos os dados referentes a 1941 para os estabelecimentos industriais com uma produção anual superior a 2.400 mil cruzeiros e excluindo as pequenas oficinas de reparos poderemos comparar a estrutura industrial baiana com a do Brasil como um todo como se destaca a seguir.

Valor da Produção Industrial Brasil/  
Bahia - 1941 - Estabelecimentos com faturamento  
Superior a CR\$ 2.400.000,00

D I S C R I M I N A Ç Ã O	BAHIA	%	BRASIL	%
Nº de estabelecimentos	484	-	44.084	-
Pessoal ativo	23.021	-	944.318	-
Valor da Produção Total (CR\$ 1.000,00)	249.084	100,0	22.512.550	100,
Alimentação	123.281	49,5	8.772.503	39,
Fumo	34.901	14,0	303.906	1,
Química	22.436	9,0	1.737.767	7,
Madeira e Vime	4.671	2,0	1.024.817	4,
Papel e Papelão	833	0,3	490.139	2,
Couros e Peles	10.538	4,2	897.274	4,
Textil	38.603	15,5	4.177.015	18,
Vestuário	60	0,0	541.535	2,
Cerâmica e Vidros	2.222	0,9	437.853	1,
Benefício Produtos Minerais	1.043	0,4	132.684	0,
Metalurgia	5.701	2,3	2.174.138	9,
Construção e Materias para Construção	3.282	1,4	1.102.920	4,
Diversos	1.153	0,5	480.424	2,

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 41/45

Com base exclusivamente nestes dados pode-se chegar a concluir que não existiam diferenças substanciais na estrutura da produção industrial baiana e brasileira neste ano de 1941, apesar do grande dimensionamento da indústria do fumo na Bahia, onde se observa também a pequena participação relativa da metalurgia se comparada com o Brasil.

Apesar desta pequena evidência de relativa homogeneidade nacional da estrutura industrial, desde antes de 1930 já existem indí-

cios de que o diferencial de crescimento da indústria brasileira para a indústria baiana era muito grande, como se pode inferir comparando-se o valor da produção das indústrias sujeitas ao imposto de consumo, e conseqüentemente as mais importantes da época, tomando o ano de 1925 como base e verificando-se que em 1929, na Bahia o índice do valor da produção industrial (18) atinge 90, enquanto o índice nacional se eleva para 116, indicando que o processo de demarcação da economia industrial do Centro Sul já estava em desenvolvimento, ao passo que a indústria baiana não encontrava caminhos para romper as limitações de seu mercado, provocadas pela forte concentração da renda.

#### A "REVOLUÇÃO MADRASTA" OU MANDA O MAIS FORTE ?

Na década de 30, com a recomposição da estrutura do poder central no Brasil, a política de estimular as atividades voltadas para o mercado interno ao mesmo tempo que garantia os níveis de renda para os cafeicultores com a compra dos excedentes para "queima" do café permitiu uma rápida recuperação da economia do Centro Sul (19) garantindo assim a continuidade do processo de diversificação e ampliação das atividades industriais.

Para a Bahia, no entanto, economia tradicionalmente voltada para a exportação, as medidas de proteção ao café não surtiram efeitos na cultura do cacau, fumo e cana, seus principais produtos, levando conseqüentemente a um agravamento da tendência decrescente das indústrias baianas, em consequência de queda da atividade econômica geral que ocorre no período e que se reflete entre outras coisas na oposição ao governo federal por parte das lideranças políticas estaduais.

Clemente Mariani, como bom representante dos interesses das classes dominantes na Bahia, caracteriza a Revolução de 30 como "revolução madrasta" (20) e chega a afirmar: "A Revolução de 30 trouxe, entretanto, no seu bojo, duas consequências da maior gravidade para os interesses econômicos da Bahia. A primeira foi o sobrecobro do prestígio político do Estado, sem nenhuma afinidade com o movimento vitorioso, tanto pelas características do espírito conservador e jurídico de suas elites como em consequência da união



de todos os seus partidos em apoio a chapa presidencial liquidada pela Revolução. A segunda foi a instalação como fonte legislativa, inclusive de matéria tributária e nas correlatas, como o comércio exterior, da vontade discricionária do Chefe do Governo, sujeito apenas às influências dos que lhe giravam em torno, por direito de conquista conjunta do poder ou levados pela mão de algum destes, de qualquer modo excluída qualquer participação da Bahia na elaboração daquela vontade legislativa discricionária". (20)

No entanto pode-se afirmar que as contradições das chamadas "classes produtoras" baianas com o poder central, expressadas no plano político, refletem as dificuldades econômicas regionais, decorrentes da própria estrutura da economia baiana e das modificações de orientação do governo federal que, privilegia as atividades voltadas para o mercado interno e o café, como admite o próprio Clemente Mariani, Presidente do Banco da Bahia quando escreveu que "com metade de sua economia baseada no valor dos produtos de exportação, os preços destes em queda nos mercados internacionais e os custos internos de produção em alta, teve a Bahia as suas cambiais amarradas durante 23 anos à taxa oficial, salvo os períodos transitórios em que as operações casadas, os agios das letras de exportação ou, quanto aos produtos secundários, as operações compensadas lhes asseguravam um reduzido lucro adicional. O mesmo ocorreria naturalmente, com o principal produto de exportação do sul, o café, mas se o sacrifício era igual para todos os exportadores, o seu reflexo não era o mesmo nas respectivas economias regionais, beneficiadas como eram as dos estados com possibilidades de desenvolvimento industrial, com a aquisição a baixo custo das dívidas com que custeavam a importação de máquinas e matérias primas". (21)

Tomando-se como outro possível indicador de retração da atividade econômica da Bahia o orçamento do Governo Federal para o Estado verifica-se que há um crescente superavit, que pode ser interpretado como transferência de recursos gerados pelo Estado para o governo central, que iniciava o processo de extinção da "política dos governadores" predominante na 1ª República e que permitia ao atendimento das oligarquias estaduais como se pode ver a seguir:

Receita e Despesa do Governo  
da União na Bahia 1932/1937.

ANOS	RECEITA	DESPESA	CORRENTE	SALDO	
				(1) CONSTANTE 1935=100	ÍNDICE
1932	42.436	27.567	14.869	15.329	100
1933	59.520	33.140	26.380	28.366	185
1934	42.359	16.501	25.858	26.658	174
1935	60.628	23.075	37.553	37.553	245
1936	75.269	50.303	24.966	21.338	139
1937	86.031	74.932	11.099	8.473	55

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil 1936/38

(1) Deflator: Índice de Preços Médios Anuais do Comércio Atacadista do R.J. Ano-base = 1935.

Estes dados podem sugerir que a política fiscal do governo federal exerceu um efeito retracionista crescente sobre a economia baiana até metade da década de 30, agravando a tendência a depressão que já observava na economia regional e que era intensificada pela crise do mercado internacional, amplificada internamente com a política cambial adotada.

Não se pode atribuir a nenhuma "espírito malévolos", nem a nenhuma especial "perseguição aos baianos" ou oposição ao "espírito conservador e jurídico" das elites baianas esta política do governo federal. Ela é o resultado da recomposição de forças da estrutura dominante brasileira em consequência do vazio político deixado pela crise do café, como destaca Celso Furtado: "a deslocação da oligarquia cafeeira(...) criou condições para (e ao mesmo tempo tornou indispensável) o revigoramento do poder central. Deslocada a força estabilizadora que representavam os interesses do café - traduzida no eixo Rio/São Paulo - criou-se um vazio de poder que poderia transformar as contendas políticas entre grupos regionais em um processo recorrente de guerras civis. O café já não elegia o Presidente da República, mas não surgira no país nenhuma outra força suficientemente articulada para fazê-lo (....) Coube a Vargas estabelecer uma aliança entre a classe política tradicio

nal (ou pelo menos uma parte significativa desta) e as forças armadas o que permitiu que se instaurasse o estado novo com um mínimo de modificações na estrutura tradicional do poder".(22)

### PÓS-GUERRA E NOVAS OPORTUNIDADES

Com a II Guerra Mundial aparecem novas oportunidades para algumas culturas regionais, como a mamona que a partir de 1940 tem uma grande aplicação na indústria bélica aumentando sua demanda no mercado internacional, estimulando a ampliação da produção local como atestam os dados abaixo, ainda que se possa afirmar que sua contribuição para a economia regional continua sendo marginal, se comparada ao valor da produção dos produtos tradicionais.

Produção de Mamona  
Bahia 1940/47.

ANOS	TONELADA	VALOR (CR\$ 1.000,00)		PREÇOS/TONELADA	
		CORRENTE	CONSTANTE (1) 1935=100	CONSTANTE	CORRENTE
1940	621	1.737	1.241	2,00	2,8
1941	2.625	7.022	5.052	1,92	2,7
1942	630	2.558	1.558	2,47	4,0
1943	732	2.886	1.621	2,21	3,9
1944	446	1.855	786	1,76	4,2
1945	771	3.135	1.144	1,48	4,1
1946	992	5.392	1.723	1,74	5,4
1947	617	5.517	1.277	2,07	8,9

FONTE: Anuário Estatístico 1948

NOTA : 1) Deflator: Índice do Custo de Alimentação da Cidade do Salvador. Ano Base = 1935.

Considerando-se o valor da produção apenas das principais culturas agrícolas da Bahia verifica-se que na década de 40 houve um aumento médio geométrico de 20,7% entre 1940 e 1950 no que se refere ao valor nominal das 21 principais culturas agrícolas do Estado.

Utilizando-se o Índice do custo de alimentação para a cidade de Salvador, com base em preços de janeiro de 1935, calculados até 1947 pelo IBGE (23) como deflator deste valores nominais referentes a produção agrícola baiana, apesar dos desvios decorrentes da participação do cacau por exemplo entre os produtos e que tem a variação dos seus preços determinada pelas condições do mercado internacional, pode-se afirmar que, pelo menos nestes sete primeiros anos da década de 40 houve um crescimento médio geométrico de 4,1% ao ano do valor real da produção, enquanto nos seis primeiros anos da década anterior houve um decréscimo médio de 2,7%(24), refletindo as dificuldades encontradas pelas culturas tradicionais de exportação nos primeiros anos da década de 30, em contraposição com a melhoria relativa do período da II Guerra, como se pode constatar com os seguintes dados::

Valor da Produção Principais Culturas  
Agrícolas da Bahia - 1940/50.

ANOS	VALOR CR\$ 1.000,00	DEFLATOR (1)	VALOR REAL EM CR\$ de 1935	CRESCIMENTO ANUAL %
1940	393.561	140	281.115	-
1941	531.795	139	382.586	36,1
1942	538.866	162	332.633	-13,1
1943	813.677	178	457.122	37,4
1944	846.710	236	358.775	-21,5
1945	1.088.354	274	397.209	10,7
1946	1.380.676	313	441.111	11,0
1947	17.769.298	432	409.560	-7,1
1948	1.731.164	-	-	-
1949	1.832.546	-	-	-
1950	2.578.770	-	-	-

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil 1941/52

NOTA : 1) Índice do custo de alimentação da cidade do Salvador com base em preços de janeiro de 1935.

Ao tempo que a década de 40 assiste ao aumento do valor

da produção das principais culturas agrícolas observa-se também que há uma intensificação dos fluxos de comércio tanto internacional como nacional, demonstrando uma maior integração da economia baiana com a economia nacional, quando se verifica por exemplo que o saldo do comércio exterior teve um crescimento médio de 3,908% ao passo que o comércio de cabotagem apresentou um deficit crescente a uma taxa média geométrica de 0,796% ao ano.

Destaque-se que em função da guerra as importações tornaram-se bastante difíceis, ao passo que as exportações se beneficiavam da diversificação da pauta e melhoria dos preços.

Do ponto vista nacional, o comércio interregional se intensifica ampliando o mercado interno, densificando a malha de interrelações capitalistas no Brasil.

Comércio Exterior Bahia 1940/1950

CR\$ 1.000 Preços constantes de 1935. Deflator: Vide nota 23

ANOS	COMÉRCIO EXTERIOR			COMÉRCIO DE CABOTAGEM		
	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1940	230.080	55.724	174.356	124.674	333.234	-208.560
1941	367.974	64.453	303.521	173.284	448.229	-274.945
1942	276.877	44.889	231.988	162.878	399.628	-236.750
1943	269.017	31.673	237.344	138.646	340.796	-202.150
1944	286.879	42.947	243.932	144.627	407.661	-263.030
1945	245.156	50.054	195.102	137.042	381.496	-244.450
1946	425.839	78.711	347.128	153.374	433.855	-280.480
1947	397.608	112.530	285.078	110.801	304.566	-193.760
1948	320.240	83.299	236.941	101.186	323.402	-222.210
1949	261.270	88.604	172.666	91.017	297.401	-206.380
1950	341.153	69.087	272.067	94.703	315.128	-220.420
Taxa 1940/45	1,3	-2,12	2,3	1,9	2,8	3,2
Crescimento 1945/50	6,8	6,7	6,8	-7,12	-3,76	-2,29
Geométrico 1940/50	4,22	5,15	3,91	-2,58	-0,37	0,80

FONTE: Anuário Estatísticos do Brasil 1941/51

No que se refere ao setor externo, pode-se observar pelos dados que há uma crescente transferência de recursos captados no setor externo para o comércio interregional, que no período considerado era fundamentalmente realizado através da navegação costeira. Por exemplo, em 1940 o saldo do comércio externo representava 84% do deficit interregional, ao passo que em 1950 esta percentagem passa a 123%.

Compreendendo que na década há pelo menos dois períodos a serem considerados em função da II Guerra Mundial que se estende de 1939 a 1945 e a mudança interna do estado brasileiro que sai do esquema do Estado Novo para a democracia representativa dos últimos anos da década de 40, vamos verificar que as exportações baianas tiveram o seguinte desempenho nos dois períodos considerados.

Durante a Guerra, apesar das vantagens criadas para determinados produtos primários como magnesita, óleo de mamona, o próprio algodão e outros\*verifica-se uma redução do ritmo do comércio exterior que tem um saldo positivo crescente a uma taxa média geométrica de 2,3% ao ano no período 1940/45 com as exportações crescendo a 1,3% enquanto as importações apresentam apenas um decréscimo de 2,12% ao ano. Estes dados podem ser uma indicação do fato de que durante a guerra houve uma ampliação das exportações daqueles produtos anteriormente referidos, ao tempo em que as importações foram dificultadas pela próprias condições excepcionais do comércio internacional.

Neste mesmo período (1940/45) naturalmente há uma maior circulação de mercadorias a nível interregional com as exportações crescendo a uma taxa de 1,9% e as importações se elevando anualmente numa percentagem média de 2,9% o que configurará um deficit crescente das transações comerciais da Bahia com os outros estados brasileiros na ordem de 3,2% ao ano.

XAqui já se apresenta o fenômeno do "comércio triangular" (25) com economia baiana transferindo para o Centro Sul principalmente recursos adquiridos no seu comércio internacional. Não se pode admitir no entanto uma interpretação deste fenômeno como uma "sangria" da economia baiana, mas sim como uma complementação estrutural dos grupos exportadores da Bahia que realizavam seus lucros com o mercado exterior, ao passo que a dinamização interna da ren



da provocava ao mesmo tempo uma maior demanda de produtos fabricados no Centro Sul, fazendo com que o comércio interregional se intensificasse.

Com o fim do conflito mundial o comércio internacional volta a se reanimar, apesar de nos fins da década a política cambial do governo federal de congelar a taxa de câmbio até 1953, ao tempo que impunha uma série de mecanismo de controle das importações significar um verdadeiro "confisco cambial" para os exportadores brasileiros, especialmente para os baianos que tinham um importante papel na economia regional. Se para os exportadores havia este "confisco cambial", a política adotada beneficiava claramente o processo de substituição de importações, subsidiando o custo das divisas para a importação de equipamentos e outros bens de capital, discriminando com medidas administrativas, contra a importação de bens superflúos.

Analisando os dados sobre o balanço comercial da Bahia verifica-se que a taxa de crescimento das exportações para o exterior se altera muito após a II Guerra, observando-se uma elevação da taxa de 1,3% de 1940/1945 para 6,8% em 45/50. As importações também aumentam o ritmo de seu crescimento passando a elevar-se a uma média geométrica anual de 6,7%, refletindo a mudança na situação dos mercados internacionais, o que vai inclusive criar problemas para certos grupos industriais no Brasil, protegidos pela barreira natural criada com a guerra.

Enquanto com o comércio exterior se observa este ritmo crescente de atividades, o inverso ocorre com o comércio interregional cujo déficit cresce a uma taxa média anual de 0,8%. Acontece que isto se dá principalmente em consequência de uma drástica redução da taxa de crescimento das exportações para outros estados do Brasil, passando de 1,9% no período 40/45 para uma redução de 7,12% anuais no período 45/50, ao passo em que a redução das importações se dá neste período a média de 3,76% ao ano.

As exportações baianas para o resto do país sofrerão uma nova inflexão no seu ritmo de crescimento na década de 50 principalmente em consequência da instalação na Bahia da Petrobrás, provocando modificações na estrutura industrial baiana que durante a década de 40 não apresentava um grande dinamismo.

Enquanto por exemplo o valor da produção industrial da Bahia

em cruzeiros correntes se elevava de 422% de 1939/49 o mesmo dado referente ao conjunto do Brasil apresentava um crescimento da ordem de 500% e o valor de produção industrial de Pernambuco por exemplo indicava um aumento de 441% no mesmo período, conforme se pode verificar nos dados abaixo reproduzidos.

Número Índice do Valor da Produção Industrial em CR\$ Correntes - 1949  
1939 = 100

SETORES	BAHIA	PERNAMBUCO	BRASIL
Metalurgica	573	672	819
Química	187	970	759
Textil	180	572	458
Produtos Alimentícios	1.832	522	681
T O T A L	522	541	600

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil 1948 e 1955

Deve-se destacar que neste período não há uma diminuição das atividades industriais que já eram desde os inícios deste século tradicionais e frágeis em relação ao Centro Sul, verificando-se apenas a continuação do processo de concentração de capital em termos nacionais nas regiões onde a circulação de mercadorias é mais intensa e portanto há uma maior possibilidade de acumulação de capital e expansão da capacidade produtiva.

Apesar disto, a diferença do ritmo de crescimento da Bahia em relação ao Brasil não é tão acentuada se compara a taxa de crescimento do valor da transformação industrial no período 39/49, uma vez que a mesma é de 1,9% para a primeira e de 3,2% para o Brasil. (26)

Uma possível explicação para o fato, ainda que os dados disponíveis não permitam uma conclusão definitiva e possibilitem outras interpretações é de que apesar do mercado interno baiano ser mais restrito, dificultando portanto o processo de acumulação de capital pelo lado da realização da produção, por outro lado, o custo de reprodução da mão de obra na Bahia era mais baixo possi-

bilitando assim a geração de maiores excedentes que no conjunto do país.

Isto se refletiria em uma taxa de crescimento dos salários reais baianos a níveis inferiores que no Brasil o que pode ser comprovado por algumas evidências, quando se verifica que a taxa de crescimento do salário real na Bahia é menor que a do Brasil (26) ou que o salário médio da indústria baiana sempre foi inferior ao salário médio do Brasil.

Salários Médios Segundo Censos do  
IAPI - Bahia - Brasil

ANOS	EMPREGADOS	FOLHA SALARIAL CR\$ 1.000,00	SALÁRIO MÉDIO	
			BAHIA	BRASIL
1942	33.750	5.015	149	249
1943	32.788	6.290	192	319
1944	32.918	8.846	269	411
1945	33.968	10.876	320	476
1946	31.341	12.116	387	613
1947	35.204	15.287	434	713
1948	34.242	16.912	494	797

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil 41/48.

Não cabe a este trabalho a análise do processo de reprodução do capital na Bahia, no entanto é importante destacar a necessidade de estudos mais profundos sobre esta questão para uma melhor compreensão sobre o comportamento da economia, especialmente a dinâmica de formação da classe operária, seu custo de reprodução e a geração de excedentes na produção, associadas com as características tradicionais da economia regional.

INDÚSTRIA TRADICIONAL AINDA PREDOMINA

Avançando um pouco mais na análise desta industrialização, que deve ser compreendida dentro da perspectiva geral de expansão capitalista e portanto está associada a possibilidade de realiza-

ção do excedente, gerado na produção, no processo de circulação da mercadoria, verifica-se que o crescimento do valor da produção já referido se deve fundamentalmente a produção de produtos alimentares, que de um lado servem para reduzir o custo de reprodução da mão de obra e de outro são de pequeno valor específico, podendo encontrar demanda no mercado de renda altamente concentrada como na Bahia.

Além do mais, do ponto de vista da estrutura industrial predominam as pequenas empresas tendo uma média de 7,9 operários por estabelecimento em 1950 quando em 1940 a média era de 13,1 operários, concentradas principalmente nos setores voltadas para a produção de bens de consumo e que utilizam intensivamente insumos de origem regional.

Considerando-se apenas a indústria de transformação verifica-se que cada pessoa ocupada em 1950 produzia um valor da transformação industrial de 6,81 mil cruzeiros de 1973 no momento em que há uma retomada do crescimento do produto da indústria como participação da renda interna da Bahia, como se verifica a seguir.

Este tipo de indicador está sujeito a diversas críticas metodológicas, porém face a precariedade de estatísticas brasileiras e especialmente baianas a relação entre o valor da transformação industrial e o número de pessoas empregadas pode ser interpretado como uma razoável aproximação da produtividade do trabalho na indústria da Bahia, uma vez que pode representar o valor adicionado por trabalhador.

Verifica-se então que a tendência do desenvolvimento e expansão do capitalismo industrial na sua fase moderna com grandes conglomerados e sob um regime oligopólico na maioria dos setores, se repete no padrão de industrialização baiana desde a década de 50 quando os produtos que apresentam uma maior expansão da produtividade do trabalho são exatamente aqueles que no linguajar cepalino são considerados como "dinâmicos", ou seja os bens de capital e produtos intermediários, principalmente os que constituem o chamado setor I na terminologia marxista, onde predominam as grandes empresas.

Valor da Transformação Industrial por pessoal ocupado em cruzeiros de 1973 corrigidos pelo índice de oferta global da F.G.V - coluna (1)

	1950	1960	1970
Industria de Transformação	6,81	16,05	23,58
Minerais não Metálicos	3,60	7,90	13,71
Metalurgia	7,90	13,11	24,98
*Mecânica	5,74	6,28	28,98
Material Elétrico	6,0	21,08	25,94
Material de Transporte	3,46	21,22	12,16
Madeira	5,00	13,02	24,92
Mobiliário	5,00	7,23	9,55
Papel e Papelão	3,52	14,94	-
*Borracha	102,50	18,11	17,83
Couro	10,29	20,80	9,82
Química	3,51	65,60	95,56
Produtos Farmacêuticos	-	11,95	16,55
Produtos de Perfumaria	-	19,34	25,06
Material Plástico	-	-	38,02
Textil	6,14	12,79	14,92
Vestuário	4,57	5,77	11,58
Produtos Alimentícios	8,67	11,94	23,39
Bebidas	7,56	18,76	22,75
Fumo	6,26	13,68	-
Editora Gráfica	6,92	9,51	15,98
Diversos	8,22	10,22	17,97

FONTE: FIBGE - Censos Industriais 1950/60/70.

Entre algumas das críticas que se podem fazer a esta relação como indicação da produtividade do trabalho está o fato de que estão se considerando todos os empregados do setor industrial, inclusive aqueles que não estão diretamente ligados a produção, além das deficiências específicas no sistema de apuração estatística e contábil deste valor da transformação industrial.

Este aumento de produtividade do trabalho pode ser comparado

com a evolução dos salários para se tentar definir um comportamento histórico do processo de geração de excedentes na produção industrial, com base na diferença do valor da transformação industrial e dos salários, numa débil aproximação do conceito de mais-valia da economia clássica, mesmo tendo-se em vista todas as limitações dos dados estatísticos.

Como a década de 50 apresentou uma tendência a elevação de preços continuando o caminho que já se apresentava na economia brasileira logo após a II Guerra Mundial, quando os preços se impulsionaram num ritmo crescente, os valores nominais do valor da transformação industrial não nos indicam qual o real comportamento deste agregado ao longo do tempo, sendo portanto necessário o seu deflacionamento, o que introduzirá novas distorções nos dados, mas permitirá uma comparação entre valores mais homogêneos.

Escolhendo-se o índice de preços industriais da Fundação Getúlio Vargas (27) calculados para o Brasil como deflator da produtividade do trabalho como dos salários pode-se ter uma idéia mais aproximada da relação entre estes dois agregados, medidos a preços constantes de 1965/67.

Além dos dados dos Recenseamentos Gerais de 1950 e 1960 utilizam-se também dados dos Registros Industriais do IBGE que referem-se a todos os estabelecimentos que empregaram mais de cinco operários em qualquer dos meses do ano. Estes dados do Registro Industrial introduzem ainda maiores distorções para a análise da economia baiana uma vez que ela já vem sendo caracterizada como constituída fundamentalmente de pequenas empresas, as menores das quais estão excluídas da amostra..

VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, SALÁRIOS E Nº DE OPERÁRIOS  
NA INDÚSTRIA DA BAHIA - 1950/1960

ANOS	(1) VTI (A)	OPERÁRIOS (B)	(1) SALÁRIOS (C)	VTI/ OP (D)	SAL/ OP (E)	D-E	$G = \frac{D-E}{E}$
1950 <sup>†</sup>	7.467.702	35.622	2.003.168	209,64	56,23	153,41	2,728
1952 <sup>*</sup>	7.019.217	28.727	1.814.852	244,34	63,17	181,17	2,857
1953 <sup>*</sup>	8.195.181	32.774	1.898.120	250,05	57,91	192,14	3,317
1954 <sup>*</sup>	7.459.750	31.472	2.028.892	237,03	64,47	172,56	2,676
1955 <sup>*</sup>	8.624.310	27.867	2.120.549	309,48	76,09	233,39	3,067
1966 <sup>*</sup>	8.988.815	27.168	2.306.586	330,86	84,90	245,96	2,897
1957 <sup>*</sup>	8.118.537	25.160	2.111.988	322,68	83,94	238,74	2,844
1958 <sup>*</sup>	12.872.005	24.019	2.097.519	535,91	87,33	448,58	5,136
1960 <sup>†</sup>	20.025.040	38.927	2.736.651	514,42	70,30	444,12	6,317

Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil

Notas: \* Registros-Industriais do IBGE

+ Recenseamento Geral Industrial 1950/1960

1) Valores deflacionados pelo índice de preços Industriais da FGV - Coluna 18 preços de 1965/1967.



Apesar das deficiências já apontadas dos dados verifica-se que a década de 50 mostrou uma elevação da produtividade por operário da ordem de 9,4% ao ano, enquanto os salários em termos reais se elevaram a uma taxa média de 2,3% evidenciando assim que a geração de excedentes no setor industrial se amplia com o processo de crescimento econômico na Bahia, como se pode verificar na coluna G do quadro acima, quando a taxa de mais valia, entendida como a relação entre o excedente e o salário passa de 2,73 em 1950 para 6,32 em 1960. (27a)

Esta elevação da produtividade se dá no momento em que a economia brasileira intensifica o seu processo de expansão industrial com a ampliação da produção de produtos intermediários e bens de capital, dentro do esquema do Plano de Metas.

A expansão da capacidade produtiva do capitalismo brasileiro se dá concomitantemente a um aumento do grau de oligopolização do sistema, com a predominância de grandes empresas dimensionadas principalmente para os mercados nacionais e inclusive internacionais (28), procurando portanto maximizar seus lucros, internacionalizando o mercado interno.

Do ponto de vista estritamente regional, ao dados do valor da transformação industrial indicam os padrões gerais do capitalismo brasileiro com um maior crescimento do setor de bens intermediários e de capital, que crescem de 1950 a 1960 a uma taxa de 20,8% e 35,2% respectivamente, enquanto os bens de consumo se expandem a uma taxa muito inferior da ordem de 3,8% ao ano, (29) ainda que deva-se referir ao fato de que as indústrias de produtos intermediários e bens de capital tinham uma base muito pequena em 1949, justificando assim suas elevadas taxas de crescimento.

Cumpru destacar também o desempenho da indústria química que na década em consideração apresentou um crescimento médio anual do valor da transformação industrial da ordem de 37,0% ao ano. Este crescimento da indústria química é fundamental para o desempenho da economia baiana no período, sendo resultado da expansão das atividades da Petrobrás no Estado com a extração e refinação do petróleo..

Os motivos que levaram a esta expansão foram portanto determinados pelas necessidades do polo de desenvolvimento do Centro Sul, que necessitava no seu processo de acumulação de capital e crescimento uma maior integração vertical interna, reduzindo o fornecimento externo de produtos intermediários, especialmente o petróleo.

Desta forma, pode-se chegar a levantar hipóteses de que os padrões de crescimento da estrutura industrial baiana na década de 50 são bastante semelhantes com os padrões da moderna industrialização do período posterior aos incentivos fiscais, especialmente a partir da segunda metade da década de 60, numa evidência de que o ritmo de crescimento da economia da Bahia está subordinado a expansão nacional do capitalismo, não se justificando interpretações de "exploração" do Centro Sul ao Nordeste, mas sim compreender a dinâmica interna do processo de acumulação e reprodução do capital na economia brasileira, que por seu turno torna-se cada vez mais integrada ao esquema internacional do modo de produção capitalista moderno.

Neste sentido, a política de investimentos e gastos da Petrobrás foi adotada, evidentemente que com certa autonomia dos interesses específicos dos grupos empresariais, mas atendendo as necessidades da macrodinâmica do sistema nacional e como sub produto provocou uma maior expansão da indústria baiana, não apenas no que se refere as estímulo da demanda estadual de produtos intermediários, como através da elevação do nível dos salários.

Cálculos realizados por Talma Sampaio (30) indicam que os investimentos da Petrobrás de 55 a 59 passaram de 8,1% da renda interna industrial baiana para 66,9% destacando desta forma o impacto direto dos gastos da Petrobrás na economia regional. Além deste impacto direto, os efeitos indiretos são também relevantes especialmente para os setores de bens de consumo, que enfrentam uma revi

talização da demanda provocada pela elevação do nível dos salários.

Por um lado, esta ativação da demanda provoca um aumento dos investimentos nos setores de "wage goods" porém estes investimentos são insuficientes para compensar o aumento da demanda induzindo uma elevação dos preços, que acompanhado de crises crônicas do setor agrícola intensifica a elevação dos preços durante a década como se pode verificar pelos dados apresentados a seguir.

Mudando a base do índice de custo de vida em Salvador para o início da década verifica-se que o índice atinge em 1960 um valor 611% mais elevado do que o valor em 1950. Os dados disponíveis sobre investimentos, apesar da extrema fragilidade de sua representatividade indicam maior crescimento dos investimentos no setor de química e metalúrgico, ainda que se verifiquem também investimentos crescentes no setor de produtos alimentares e indústria textil.

Considerando no entanto a formação histórica da indústria baiana é de admitir-se que as empresas não tenham reagido prontamente aos estímulos de mercado, dando margem a uma integração com os produtos de bens de consumo do Centro Sul, que também se aproveitam da melhoria do sistema nacional de transportes que se expande em todo o país, neste processo global de transformação de "uma economia nacional formada por várias economias regionais, para uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional".(31)

Especialmente com a melhoria da rodovia Rio-Bahia, as relações comerciais com o Centro Sul se intensificam e o mercado interno baiano, principalmente o seu segmento mais dinâmico passa a ser basicamente por produtores do Centro Sul, reservando para as empresas tradicionais do Estado os seus mercados quase "cativos" constituído dos estratos de baixa renda da população, o que mais uma vez impede a modernização e diversificação das atividades industriais.

Uma pequena indicação deste fenômeno pode ser verificado se analisa-se a constituição jurídica das empresas na década, verificando-se que o número de estabelecimentos industriais organizados sob a forma de sociedade limitada, típica forma de organização de pequenas e médias empresas cresce de 88,9% entre os Censos Industriais de 1950 e 1960, enquanto as sociedades anônimas reduzem o seu número na ordem de 15,7% no mesmo período, quando as empresas com menos de 4 operários cresceram em 42,3% ao passo que as empregam mais de 500 operários apresentaram uma redução de 33,3% do seu número na década de 50, como vê a seguir.

INDICES DE CUSTO DE VIDA RELATIVO DE SALVADOR/SÃO PAULO E  
 VOLUME DE INVERSÃO DECLARADA NOS REGISTROS INDUSTRIAIS DO  
 IBGE PARA A BAHIA

ANOS	INDICE DE CUSTO DE VIDA EM SALVADOR		INDICE RELATIVO SALVADOR/S. PAULO (1)	INVESTIMENTOS (2)			Cr\$1.000,00	
	(3)	(4)		TOTAL	ALIMENTOS	TEXTIL	QUIMICA	METALURGICA
1950	149	100	104,2	...	...	...	...	...
1951	168	113	104,4	...	...	...	...	...
1952	184	123	93,4	...	...	...	...	...
1953	201	135	86,3	344.915,41	45.164,54	15.732,33	...	...
1954	246	165	89,8	208.471,05	120.383,07	11.889,76	42.281,74	1.841,87
1955	319	214	97,9	244.341,16	96.968,34	28.741,59	29.717,06	776,30
1956	404	271	96,7	327.422,96	327.422,96	...	...	...
1957	482	323	97,6	336.359,63	65.224,39	25.579,92	144.546,11	18.420,08
1958	589	395	103,3	490.929,33	90.808,33	49.577,93	194.375,61	18.253,63
1959	763	512	96,8	...	...	...	...	...
1960	1059	711	99,2	...	...	...	...	...

Fonte: Anuários estatísticos do Brasil

Notas: 1) Índice Composto pela relação entre o custo de vida em Salvador e São Paulo com ano base a média brasileira de 1948.

2) A preços constantes deflacionados pelos índices da Coluna 1. Dados em preços correntes dos Registros Industriais do IBGE correspondentes a 262, 230, 254, 260, 191, e 226 empresas informantes em cada ano respectivamente.

3) Ano base = 1948

4) Ano base = 1950

NÚMERO DE ESTABELECIAMENTOS INDUSTRIAIS NA BAHIA SEGUNDO FORMA JURIDICA E GRUPO DE PESSOAL OCUPADO - 1950/1970 - 1950/=100

	1950	1960		1970	
		Nº ABSOLUTO	CRESCIMENTO 1950=100	Nº ABSOLUTO	CRESCIMENTO 1950=100
<u>FORMA JURIDICA</u>					
FIRMAS INDIVIDUAIS	3.501	5.224	149,2	6.860	195,9
SOCIEDADES DE PESSOAS	315	245	77,8	119	37,8
SOCIEDADE ANONIMA	115	97	84,3	228	198,3
SOCIEDADE LIMITADA	180	340	188,9	802	445,5
ENTIDADES PÚBLICAS	141	30	21,3	14	9,9
OUTRAS	18	14	77,8	15	83,3
<b>TOTAL</b>	<b>4.270</b>	<b>5.950</b>	<b>139,3</b>	<b>8.038</b>	<b>188,2</b>
<u>GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO</u>					
1 a 4 OPERÁRIOS	3.043	4.330	142,3	6.278	206,3
5 a 9 "	677	1.038	153,3	1.085	160,2
10 a 19 "	233	331	142,1	316	135,6
20 a 49 "	115	112	97,4	197	171,3
50 a 99 "	47	50	106,4	75	159,6
100 a 249 "	34	26	76,5	54	158,8
250 a 499 "	17	16	94,1	26	152,9
500 a mais "	9	6	66,7	6	66,7
SEM DECLARAÇÃO	95	41	43,2	1	1,0

Fonte: Censo Industrial 1950/1960/1970

## HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL

Não se pense no entanto que estes dados possam levar a uma conclusão de uma maior homogeneização da estrutura industrial da Bahia com o crescimento mais que proporcional das formas de organização tradicional com pequeno número de pessoal ocupado, uma vez que se se consideram os dados relativos ao valor da transformação industrial verificar-se-á um alto grau de concentração.

Assim, apesar de em 1950 92,58% dos estabelecimentos industriais ocuparam menos de 20 pessoas, correspondendo a 39,77% do pessoal ocupado total que recebiam apenas 23,02% dos salários pagos na indústria, estas pequenas empresas geravam somente 27,78% do valor da transformação industrial total apurada pelo censo de 1950.

Em 1960, a proporção de estabelecimentos com menos de 20 pessoas empregadas aumenta para 95,78%, absorvendo também uma parcela da força de trabalho industrial (42,18%) apesar da percentagem do salário total ser um pouco menor (22,79%), ao passo que a parcela do valor da transformação industrial deste tipo de empresas cai sensivelmente para apenas 18,41% do total..(32)

Isto indica um maior grau de oligopolização da economia baiana resultante inclusive do próprio padrão de crescimento seguido, com mais dinamismo dos setores produtores de bens intermediários e de capital, reconhecidamente na experiência histórica capitalista mais produtivos, e conseqüentemente geradores de maior valor agregado que os setores tradicionais produtores de bens de consumo, apesar deste processo de concentração não ser linear, justificando assim a ampliação das pequenas e médias empresas. (33)

Calculando-se o índice de concentração para a indústria baiana com base nos índices de concentração de Gini, no que se refere ao pessoal ocupado verifica-se que há uma forte concentração referente a absorção do pessoal com um grande número de empresas que empregam pouca mão de obra, refletindo-se nos índices de .662 e .666 para os anos de 50 e 60, que não são significativamente diferentes entre o início e o fim da década. (34)

Com a concentração industrial e apesar dela verifica-se um acelerado crescimento da renda interna gerada pelo setor como já destacado anteriormente, neste processo de integração da economia

baiana a dinâmica global da economia capitalista brasileira.

No mesmo período, a agricultura não apresenta grande modificações permanecendo basicamente voltada para os produtos de exportação, especialmente o cacau cujo valor médio por tonelada passa de CR\$ 7,82 mil cruzeiros em 1952 para CR\$ 62,80 mil cruzeiros em 1960. (35)

Apesar da seca afetar a economia agrária nordestina e baiana especialmente nos anos de 1952, 1953 e 1958 a participação da renda gerada na agricultura na renda interna total da Bahia se eleva de 8,47% para 13,32% de 1950 a 1960, refletindo o fato de que apesar da predominância do setor externo e das secas periódicas que afetavam a produção agrícola, seu desempenho manteve-se a um nível que possibilitou a ampliação da participação do setor na renda total.

Os problemas decorrentes dos tipos de relações de trabalho existentes neste setor, a distribuição de renda e estrutura da propriedade de terra não são objetos de presente estudo, apesar de ser necessário destacar a importância da análise destas questões, para um perfeito conhecimento dos mecanismos de expansão e contração da produção total de excedente na economia baiana, além dos problemas de realização da produção e circulação de mercadorias.

Além da grande expansão da produção industrial dos setores ditos modernos, a década de 50 apresenta também um desempenho que reforça a tendência de modificação de suas relações externas no sentido de intensificação de suas vinculações com o resto do país, apesar do pouco dinamismo ao longo do tempo das exportações totais, como destacado por Ritz. (36)

A partir de 1947 a política cambial adotada de fixar a taxa de câmbio e controlar as importações com mecanismo burocráticos vigente até 1953, além da seca de 1952/53, vão provocar uma retração da expansão das exportações internacionais. Com a Instrução nº 70 da SUMOC que estabelece a taxa variável de câmbio as exportações vão sofrer um novo alento, ainda que o mecanismo que ficou conhecido como "confisco cambial" continuasse prevalecendo até 1961.

Ritz estimou em cerca de 3,5% da renda interna estadual no período 54/61 as perdas da economia baiana decorrentes deste "con



fisco cambial" ou seja decorrente da diferença entre a taxa de câmbio média dos importadores e a taxa de câmbio efetivamente recebida pelos exportadores. O cacau, por exemplo principal produto de exportação da Bahia foi dos últimos produtos a se beneficiarem do mercado livre de câmbio, apenas a partir de 1961. (37)

Outra tendência que se verifica neste período no que se refere as relações externas da Bahia é uma intensificação do processo de integração da sua economia com o núcleo do Centro Sul, especialmente a partir das transformações do sistema nacional de transportes que se efetivam nesta época principalmente a construção e asfaltamento da rodovia Rio-Bahia.

Em fim, a economia baiana durante esta década dos 50 começa a trilhar novos rumos no processo de acumulação e reprodução do capital, integrando-se na dinâmica global da economia capitalista brasileira, desenvolvendo principalmente as indústrias voltadas para a produção de bens intermediários e de capital, aproveitando-se entre outras coisas de suas disponibilidades de recursos materiais. Além disto, do ponto vista superestrutural começam a desenvolver-se políticas que intensificam este processo, reforçando a tendência de crescimento das forças produtivas na Bahia.

NOTAS

1) Analisando a indústria brasileira no século passado Castro diz: "Nas fazendas e com frequência nos próprios lares urbanos, parte dos escravos, as mulheres e uns poucos artesãos e mestres produziam manufaturas destinadas a cobrir suas necessidades correntes. Trata-se em suma da produção de manufaturas de subsistência"(p.103) e mais adiante, tentando explicar a dinâmica destas indústrias:"as indústrias domésticas seriam gradativamente superadas desaparecendo com o desenvolvimento e a mercantilização da economia. Em alguns casos no entanto, logravam adquirir formas artesanais, daí evoluindo, umas poucas exceções para o estágio industrial propriamente dito. O encarecimento do trabalho que tem início com a supressão do tráfico escravo (1850); a liberação de capitais promovida por este mesmo movimento e sobretudo a formação de mercados urbanos dando margem ao surgimento de autênticas indústrias - apontavam na direção de sua morte. Esta seria acelerada ou retardada na dependência do ritmo a que se processasse o entrelaçamento da região com o resto da economia". Castro, Antonio Barros de, A industrialização Descentralizada no Brasil in 7 ensaios sobre a Economia Brasileira.Ed.Forense,Volume II,1ªed.1971,p.104.

2) A cultura do cacau durante o ano passa por diversas fases:

Abril a Agosto: "Temporão" o cacau brota principalmente nos troncos.

Setembro a Dezembro: "safra" quando o cacau nasce em maior quantidade nos galhos.

Janeiro a Abril: "Paradeiro" quando as atividades são mínimas, principalmente no que se refere a absorção de Mão de obra.

3) "O produto que ocupa o segundo lugar, na estatística da exportação da Bahia é o fumo, desde os tempos coloniais, lavoura dos pobres(....)"Com a crise do açúcar e a desvalorização do café, nos primeiros anos da República, passou o fumo ao primeiro lugar e até 1903 superou todos os produtos, levando os maiores rendimentos ao

erário público". Falcão, Theophilo Borges, Vida Econômica e regime fiscal in Diário Oficial do Estado da Bahia, 2/7/1923 p.42.

4) A cultura do fumo "suporta tributação pesadíssima; sem referir o imposto de consumo, cobrado pela União na produção de suas indústrias (charuto, cigarro, rapé, etc) sem mencionar os impostos de exportação cobrados pelo Estado, a lavoura de fumo sofre a mais iniqua das taxas, o imposto de 300\$000 por lavrador, quando é certo que a maioria dos lavradores não apura esta quantia da pequena lavoura". Falcão, Theophilo Borges, op.cit.p.42.

5) Luiz Henrique Dias Tavares em seu "Problema da Involução Industrial da Bahia (UFBA,1966) cita os nomes de três usinas existentes em 1899 e de 21 usinas em funcionamento ou em montagem em 1902, destacando sua distribuição geográfica e afirmando que 16 delas permanecem em funcionamento até 1930. (p.13).

6) "Dessas 21 usinas existentes em 1902 (vide nota 5), 16 chegaram a 1930, mas ocorreram diversas modificações na estrutura comercial de cada uma delas com o afastamento total ou parcial dos primitivos fundadores. Também se acentuou a tendência para o desaparecimento dos proprietários individuais, em lugar deles surgindo empresas que englobavam grupos de Usinas". Tavares, L.H. Dias op.cit.p.14.

7) "Em 1899 existiam as estradas de ferro Bahia ao São Francisco (gado) 123 km, Central da Bahia (fumo) 316 km, Santo Amaro (açúcar) 47 km, Nazaré (açúcar, fumo, alimentos) 99km, São Francisco (gado) 452 km, Bahia a Minas (diversos) 142 km, Centro Oeste (27km) Ilhéus a Conquista (cacau e gado) 32 km,". Tavares, L.H. Dias op.cit.p.9.

8)... "A necessidade de abrir estradas de rodagem foi tema permanente nos governos que administraram a Bahia nesse período. Em 1897, por exemplo, o governador Luiz Viana escrevia: "Sem estradas que rasguem o interior do estado (...) bem se compreenderá quão pouco podemos utilizar-nos das novas riquezas naturais". Mas, trinta anos depois, escrevia o governador Vital Soares: "O problema de transportes ainda é em nosso meio uma das principais cogitações". Tavares,

L.H.Dias op..cit.p.9.

9)"Realmente, um dos fatores negativos que atuarem mais decisivamente para impedir a industrialização do nosso estado parece ter sido a inexistência de um mercado interno. Ajusta-se perfeitamente à Bahia a observação de Nelson Werneck Sodré: "O baixo nível aquisitivo das zonas em que o trabalho escravo resistiu até os últimos dias do império tornou impossível, no baixo rendimento dos meios de transporte e na precariedade deles, a correlação de um parque industrial e de uma lavoura ativa. Sem mercado consumidor, a indústria que aparecera no Nordeste e Norte, declinou rapidamente e não chegou a receber os efeitos revigorantes das pautas aduaneiras com que a administração, entrada no caminho do protecionismo, vinha favorecendo as organizações desse tipo". Azevêdo, Thales de, op.cit.p.194.

10)"Velha aspiração de um povo que vivia em função do comércio exterior, a questão do porto de Salvador, esteve continuamente cogitada e planejada. Para construí-lo chegou a ser organizada em Londres (1872) a Bahia Docks Company, dissolvida cinco anos após. Já na República, 1891, passou a existir a Companhia Docas e Melhoramentos da Bahia. Afinal, com a contribuição de capitais franceses e a subvenção da União, de 1906 a 1930, foram efetuadas obras de envergadura na baía de Todos os Santos, tais como o aterro de larga faixa do mar, cais de 1.378 metros para atracação de grandes cargueiros, quebra-mar, cais de 300 metros para embarcações de pequeno calado, dragagem da baía, esgoto para águas pluviais, aparelhamento do cais, com 8 armazens, 15 guindastes, 1.200 metros de linha para guindastes, 3.450 metros de linhas férreas no cais, canalização de água para fornecimento aos vapores, iluminação, calçamentos e pavilhões de administração de outros serviços".Tavares, L.H.Dias op.cit.p.10.

11)Tavares,L.H.Dias, op.cit. diversas páginas.

12)Conforme Sampaio, Theodoro in o Estado da Bahia citado por Tavares,L.H.Dias, op.cit.p.15.

13) Citados por Almeida, Rômulo, op.cit.p.72.

14) Dados citados por Tavares, L.H. Dias op.cit.p.27 que, mais adiante tenta interpretar este momento da economia baiana afirmando corretamente: "Isto corresponde a um certo grau de desenvolvimento capitalista, quando uma parte da população é constituída de artesãos que se ocupam da fabricação de calçados roupas do beneficiamento do couro e peles e são ferreiros, funileiros, serralheiros, ourives, tintureiros, marceneiros, carpinteiros, marmoristas, alfaia-tes, pequenos fabricantes de velas, sabões, vinagre, vassouras chapéus, luvas, caixas de papelão, etc.. que produzem para o mercado regional".

15) "Enquanto para as regiões em adiantado processo de industrialização a Revolução de 30 introduz uma política econômica e financeira que tende a fortalecer as suas atividades, os estados exportadores e de modo particular a Bahia, são atingidos desfavoravelmente pelas medidas que consolidam e alargam o mercado interno, para o qual nada produzem e os tornam cada dia mais dependentes de um mercado exterior instável, caprichoso e espoliador". Azevêdo, Thales de, op.cit.p.201.

16) Segundo dados dos Anuários Estatísticos do Brasil 1936/45 a área cultivada das principais culturas da Bahia era a seguinte em 1931 e 1936:

ÁREA CULTIVADA DAS PRINCIPAIS  
CULTURAS AGRÍCOLAS NA BAHIA (ha)

PRODUTOS	1931	1936	INDICE 1931=100
Algodão	23.636	53.470	226
Arroz	8.020	7.800	97
Cacau	145.620	175.000	120
Café	97.520	59.800	61
Cana	47.000	35.100	75
Feijão	13.600	21.200	156
Fumo	30.760	28.000	81
Mandioca	19.150	20.690	108

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil 1936/45.

17) Ver página e nota

18) Tomando-se os dados referentes ao valor da produção das indústrias sujeitas ao Imposto de Consumo encontra-se o seguinte comportamento:

Valor da Produção das Indústrias  
Sujeitas ao Imposto de Consumo  
Bahia/Brasil - Contos de Reis

ANOS	BAHIA		BRASIL	
	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE
1925	140.505	100	37.758.33	100
1926	76.604	54	36.647.48	97
1927	103.883	73	40.954.72	108
1928	117.086	83	46.859.17	124
1929	125.881	90	43.937.77	116

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil 1936.

19) "É perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim a política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros". Furtado, Celso, op.cit.p.223. E mais adiante continua Furtado: "Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador". Furtado, Celso, op.cit.p.227.

20) Mariani, Clemente Análise do Problema Econômico Baiano in O Observador Econômico e Financeiro, maio de 1958, ano XXIII, n.º 267 p.21.

21) Mariani, Clemente op.cit.p.22.

22) Furtado, Celso Análise do Modelo Brasileiro, Ed. Civilização Brasileira, 2ª Edição, 1972, p.20/21.

23) O Anuário Estatístico do Brasil publicou até 1947 os dados referentes ao custo de alimentação das capitais dos diversos estados com base em preços de 1935. A partir de 1948 a sistemática de cálculo do mesmo índice sofreu alterações passando-se a adotar o índice médio do Brasil para o ano de 1948 como número base para os índices de custo de alimentação das capitais deste ano em diante.

Para efeitos deste trabalho construiu-se uma série de deflatores de 1931/55 adotando-se a seguinte metodologia:

- 1) 1931 a 1937 - Índice de preços médios anuais do comércio atacadista do Rio de Janeiro ano base: 1935.
- 2) 1938 e 1939 - Projeção do índice anterior com base na equação de regressão sobre o tempo.
- 3) 1940 a 1947 - Índice do Custo de Alimentação da cidade do Salvador ano base 1935.
- 4) 1948 /55 - Projeção do índice anterior com base na equação de regressão sobre o tempo.

A série de deflatores é a seguinte

1931 - 99	1939 - 176*	*1948 - 508
1932 - 97	1940 - 140	*1949 - 579
1933 - 93	1941 - 139	*1950 - 620
1934 - 97	1942 - 162	*1951 - 700
1935 - 100	1943 - 178	*1952 - 766
1936 - 117	1944 - 236	*1953 - 837
1937 - 131*	1945 - 274	*1954 - 1024
1938 - 151	1946 - 313	*1955 - 1328
	1947 - 432	

NOTA - \*Valores projetados.

24) As taxas médias geométricas de crescimento foram calculadas tomando-se por base os valores deflacionados da produção das principais culturas agrícolas da Bahia apresentadas nas páginas e deste trabalho.

25) "Assim, a Bahia, produtora que passou a ser de moedas estran -



geiras, era indiretamente uma das financiadoras das importações essenciais à industrialização de outras áreas, às quais pagava preços mais caros do que os dos artigos importados e isso enquanto continuava sujeita às instabilidades dos mercados exteriores para sua produção". Almeida, Rômulo, op.cit.p.74.

26) Estas taxas podem ser verificadas comparando-se os censos de 1940 e 1950 conforme se apresenta a seguir:

27) Índice de Preços dos Produtos Industriais - Coluna 18 da Conjuntura Econômica (1965/67 =100)

ANOS	ÍNDICE
1950	1,01
1951	1,20
1952	1,29
1953	1,49
1954	1,96
1955	2,22
1956	2,76
1957	3,57
1958	3,79
1959	5,44
1960	6,71

FONTE: FGV - Conjuntura Econômica.

27a) Criticando o modelo de análise de Celso, Furtado M.C. Tavares e J. Serra referem-se a confusão sobre as relações entre a taxa de mais-valia, relação produto/capital e taxa de lucros e sugerem como medida da taxa de mais-valia:

$$m = \frac{p - w}{w} \text{ onde } p \text{ é o produto por trabalhador e } w \text{ é o salário.}$$

Ver. Tavares, M.C. - Da substituição de importações ao capitalismo financeiro - Ensaio sobre a Economia Brasileira Zahar Editores, R.J. 1972. p.163.

RESULTADOS DOS CENSOS INDUSTRIAIS DE 1940 e 1950 - BAHIA E BRASIL

DESCRIMINAÇÃO	BAHIA			BRASIL		
	1939	1949	(1) %	1939	1949	(1) %
VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (3)	-	127.089	1,9	-	10.638.580	3,2
FOLHA SALARIAL	104.832	-	-	7.743.496	-	-
DEFLATOR (2)	27.705	202.320	-	1.688.380	12.401.958	-
FOLHA SALARIAL REAL	-	-	-	100	435,4	-
Nº DE ESTABELECIMENTOS	27.705	46.467	5,2	1.688.380	2.848.405	5,4
Nº DE OPERÁRIOS	1.766	4.007	-	49.418	89.086	-
	23.361	33.775	-	781.185	1.256.807	-

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1948 e 1955

Notas: 1) Taxa média geométrica de crescimento.

2) Índice de custo de vida da classe operária em São Paulo (1939=100).

3) A preços constantes.

28) "Encarado como um todo, o Programa de Metas realizou uma etapa importante da expansão do sistema econômico brasileiro. Durante os anos de execução das metas do programa governamental. Criaram-se setores industriais novos e expandiram-se e modernizaram-se outros mais, nas áreas de energia, transportes, alimentação e indústrias da base. Isto é, eliminaram-se pontos de estrangulamento da Economia, além do desenvolvimento acelerado e relativamente integrado do conjunto do setor industrial". Ianni, Octávio Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930/70, Ed. Civilização Brasileira, 1971, p.157. Mais adiante continua Ianni: "Em consequência, desenvolveu-se novo estágio no processo de internacionalização da economia brasileira. Isto é, a estrutura do setor industrial tornou-se amplamente integrada à estrutura econômica mundial, por intermédio das empresas multinacionais". Ianni, Octávio, op.cit.p.168.

29) Taxa de Crescimento Médio Anual  
do valor da Transformação Industrial 1949/59  
Bahia a preços constantes set. 73.

S E T O R E S	T A X A
<u>Bens de Consumo</u>	<u>3,8</u>
Produtos Alimentares	1,5
Bebidas	6,9
Fumo	9,4
Textil	2,8
Vestuário e Calçados	4,3
Mobiliário	18,7
Editorial e Gráfica	3,0
<u>Produtos Intermediários</u>	<u>20,8</u>
Madeira	15,7
Couros e Peles	10,3
Min. Não Metálicas	11,7
Papel e Papelão	14,7
Borracha	11,8
Química	37,0
Metalúrgica	10,6
<u>Bens de Capital</u>	<u>35,2</u>
Mecânica	-3,3
Mat. Elétricos Comun.	75,0
Mat. Transportes	43,0
Diversos	13,3

FONTE: FIBGE - Censos Industriais 1950/60.

(30) INVESTIMENTO DA PETROBRAS COMPARADOS COM A RENDA INTERNA TOTAL E A  
 RENDA INTERNA INDUSTRIAL DA BAHIA-PREÇOS DE SETEMBRO DE 1973  
 1955/59

ANOS	RENDA INTERNA (1)			INVESTIMENTO PETROBRAS (2)			
	TOTAL (a)	INDUSTRIAL (b)	TOTAL (c) <sup>(3)</sup>	REFINAÇÃO (d)	%		
					c/a	c/b	d/b
1955	3958,8	470,9	38,1	5,8	1,0	8,1	1,2
1956	4154,1	536,1	73,2	18,8	1,8	13,7	3,5
1957	4644,4	609,3	192,1	86,9	4,2	31,7	14,3
1958	5020,9	654,7	338,3	189,9	6,7	51,6	29,0
1959	5078,9	642,9	375,8	239,2	7,4	66,9	37,2

Fonte: FGV e Petrobras, citados por Sampaio, Fernando Talma Aspectos da Regionalização do Desenvolvimento Industrial: o caso baiano, Tese de Concurso Departamento de Teoria Economica da UFBA, 1974 P.33

Notas: 1) A renda interna total foi inflacionada pelo "indice de oferta global geral"- produtos indus - triais" de setembro de 1973.

2) Os investimentos totais da Petrobras resultaram da soma dos investimentos em exploração e produção, corrigidos pelo indice de disponibilidade interna global - materias primas" e aqueles realizados no setor de refinação corrigidos pelo indice de " " produtos industriais - quimica total" ambas de setembro de 1973

3) Inclui investimentos na exploração, produção e refinação de petroleo.

31) Conforme as palavras de Oliveira, Francisco de e Reichstul, Henri Philippe Mudanças na Divisão Interregional do Trabalho no Brasil in Estudos Cobrap nº 4.p.148.

32) Conforme os dados seguintes:

33) "Si el desarrollo economico ha traído consigo en muchas importantes industrias la concentracion, ha originado, al mismo tiempo, una gran variedad de pequeñas empresas. Sin embargo, estas empresas no pueden ponerse al mismo nivel que las grandes, de las cuales las primeras son, bastante a menudo, satélites. Mas, precisamente, durante el periodo moderno la concentracion de las empresas va acompañada, por una parte, del progresivo hundimiento de pequeñas empresas que producen bienes que compiten con los de las grandes empresas; y, por otra parte, del desarrollo de tantas e tantas pequeñas empresas subsidiárias y satélites, ya sea en las actividades produtivas, ya en las comerciales". Sylos-Labini, Paolo Oligopolio y Progreso tecnico Ediciones Oikos-tau Barcelona, 1965.

34) Entre os diversos índices para a mensuração do grau de desigualdade numa distribuição utiliza-se neste trabalho apenas o coeficiente de Gini, originalmente concebido para qualificação da desigualdade na distribuição da renda, mas com utilização também nos estudos de concentração industrial. Partindo de uma curva de Lorentz, que relaciona as percentagens do número de estabelecimentos agrupados de acordo com grupos de pessoal ocupado e as percentagens do pessoal ocupado total encontra-se a seguinte representação para os dados dos censos de 1950 e 1960:

Se a distribuição do pessoal ocupado fosse igualitariamente distribuída entre os estabelecimentos, a curva de Lorentz coincidiria com a diagonal AB. Se a desigualdade fosse absoluta, a curva de Lorentz coincidiria com a linha quebrada ACB.

O índice de Gini refere-se à razão a área compreendida entre a curva de Lorentz e a linha AB e a área entre a diagonal AB e a linha ACB. Para o cálculo deste índice poderia se integrar a curva de Lorentz calculando as áreas respectivas e definindo o quociente entre elas.

PESSOAL OCUPADO, VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, SALÁRIOS PAGOS E NÚMEROS DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO OS CENSOS INDUSTRIAIS DA BAHIA 1950/1960 A G R U F A DOS SEGUNDO OS GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO.

GRUPO DE PESSOAL OCUPADO	PESSOAL OCUPADO				VII ( Cr\$1.000.000,00 )				
	1950	%	%	1960	%	1950	%	1960	%
1 a 4	8.612	20,36		10.455	20,90	99	12,22	1.060	7,90
5 a 19	8.208	19,41		10.646	21,28	126	15,56	1.410	10,51
20 a 99	6.804	16,09		6.954	13,90	159	19,63	1.228	9,51
100 a 499	11.626	27,49		9.372	18,73	312	38,52	3.376	25,16
500 a mais	7.039	16,65		12.599	25,19	105	12,95	6.272	46,75
Sem declaração	-	-		-	-	9	1,11	23	0,17
TOTAL	42.290	100,0		50.023	100,0	810	100,0	13.417	100,0

	SALÁRIOS (PREÇOS CORRENTES)				Nº DE ESTABELECIMENTOS			
	1950	%	1960	%	1950	%	1960	%
1 a 4	25	9,92	234	8,32	3.043	71,26	4.330	72,77
5 a 19	33	13,10	407	14,47	910	21,32	1.369	23,01
20 a 99	45	17,86	344	12,23	162	3,79	162	2,72
100 a 499	95	37,70	726	25,82	51	1,19	42	0,71
500 a mais	54	21,42	1.091	38,80	9	0,22	6	0,10
Sem declaração	-	-	10	0,36	95	2,22	41	0,69
TOTAL	252	100,0	2.812	100,0	4.270	100,0	5.950	100,0

Fonte: IBGE Censo Industrial 1950 - 1960 segundo AGEB p. 398.

Como uma aproximação, no entanto, pode-se considerar a soma das áreas dos n polígonos que sucessivamente se dispõem a partir da origem dos eixos coordenados. Correspondendo a área do trapézio a semi soma da base pela altura pode-se escrever para o i-ésimo trapézio:

$$S_i = \frac{1}{2} (y_i + y_{i-1}) (x_i - x_{i-1})$$

Sabe-se que a área do triangulo ACB é a metade da área considerada como unitária. A soma das áreas n polígonos pode ser representada pelo somatório de  $S_i$  de 1 até n, e obtem-se a área da desigualdade (entre a curva de Lorentz e a diagonal AB) fazendo-se:

$$0,5 - \sum_{i=1}^n S_i$$

Assim o coeficiente de Gini será

$$G = \frac{0,5 - \sum_{i=1}^n S_i}{0,5 - \sum_{i=1}^n S_i + S_1} = 1 - 2 \sum_{i=1}^n S_i$$

$$G = 1 - \sum_{i=1}^n (y_i + y_{i-1}) (x_i - x_{i-1})$$

Os cálculos podem ser vistos a seguir e as indicações metodológicas podem ser encontradas em Iório, Oswaldo dos instrumentos' de avaliação da distribuição da renda in Revista Brasileira de Estatística ano XXXIV nº 133 janeiro/março de 1973.

35) Conforme dados dos Anuários Estatísticos do Brasil  
Produção de Cacau na Bahia 1952/1960.

ANOS	(t) QUANTIDADE	CR\$ 1.000,00 VALOR CORRENTE	(t) VALOR MÉDIO
1952	108.739	8.502.14	7,82
1953	131.694	16.589.11	12.60
1954	157.844	36.788.83	23.31
1955	152.105	31.585.83	20.76
1956	155.293	24.042.18	15.48
1957	156.436	33.520.07	21.43
1959	170.327	74.727.69	43.87
1960	155.109	97.402.47	62.80

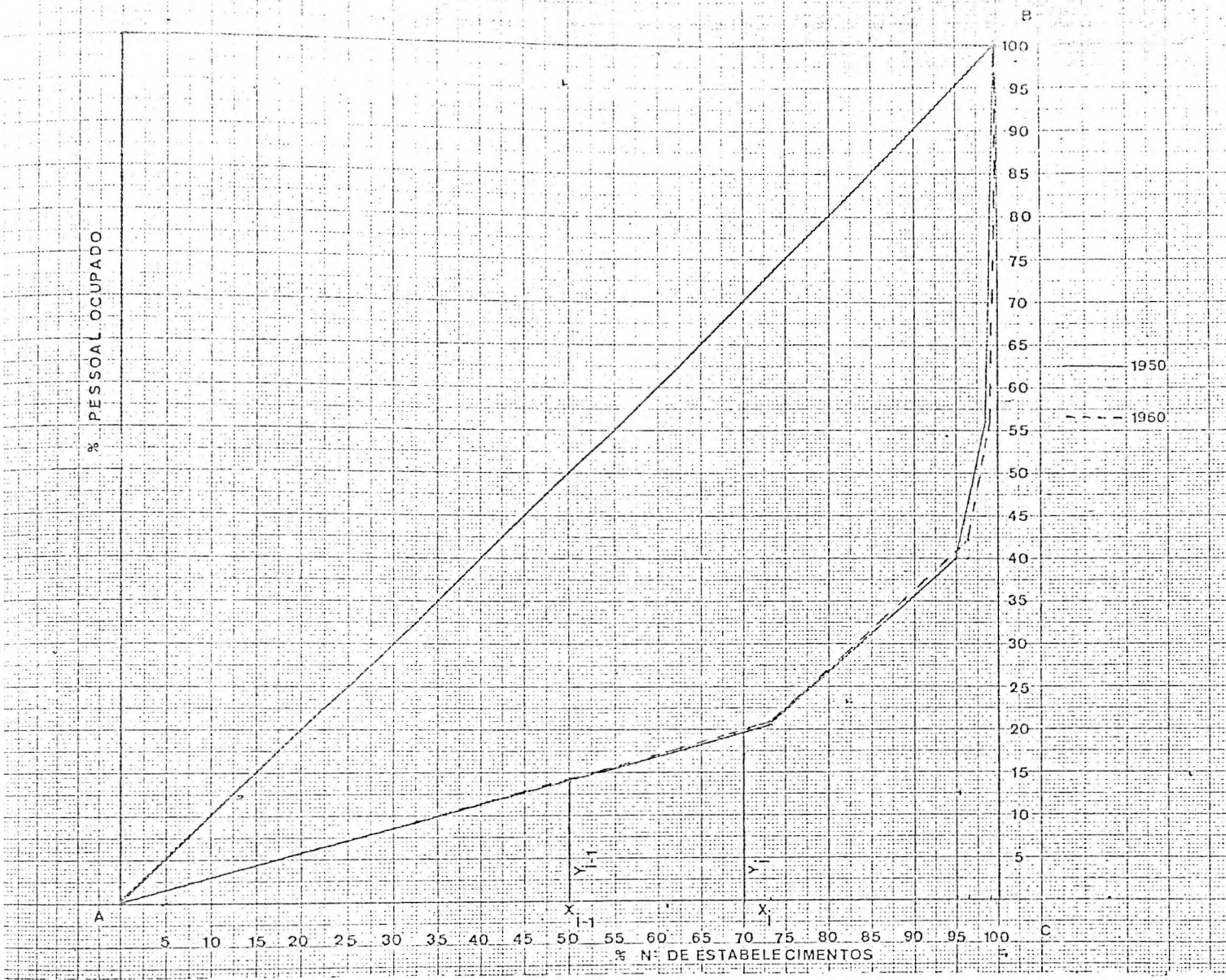
FONTE: Anuários Estatísticos.

36) Depois de calcular a regressão dos coeficientes de exportação da Bahia sobre o tempo de 1950/69, Ritz conclui: "O teste de Student - Fisher revela que o coeficiente de regressão  $b = 0,14$  não é significativamente diverso de zero. Em consequência, não se pode afirmar que o total das exportações mostrou uma tendência particularmente dinâmica durante os 20 anos em exame "Ritz Armin. As exportações internacionais e interregionais no Desenvolvimento Econômico da Bahia (1950/60, UFBA., Faculdade de Ciências Econômicas, Salvador, 1972, p.36.

37) "No caso da Bahia, comparando a taxa efetivamente recebida pelos seus exportadores com a taxa média das importações internacionais observa-se que esse imposto "extra" chegou a representar nos anos 1954/61 quase 20% do valor das exportações internacionais do Estado ou 3,5% da sua renda interna. A partir de 1961 a distorção foi gradualmente extinta, quando a instrução nº 204 da SUMOC procurava unificar as taxas cambiais, transferindo-se sucessivamente todas as exportações para o mercado livre. Nota-se, aliás que o cacau foi o último produto a passar para o mercado livre (cf. instrução nº 217 de 04/01/61)". Ritz, Armin op.cit.p.66.



CURVA DE LORENTZ



CALCULOS DO COEFICIENTE DE GINI

GRUPOS DE PESSOAL	Nº DE ESTABELECIMENTO(%) (X)		PESSOAL (%) (Y)		$x_i = x_i + x_{i-1}$		$y_i = y_i + y_{i-1}$		A		B		AB	
	50	60	50	60	50	60	50	60	$x_i - x_{i-1}$	$x_{i-1}$	$y_i + y_{i-1}$	$y_{i-1}$	1950	1960
1 a 4	72,9	73,2	20,4	20,9	72,9	73,2	20,4	20,9	72,9	73,2	20,4	20,9	0,14872	0,15299
5 a 19	21,8	23,2	19,4	21,3	94,7	96,4	39,8	42,2	21,8	23,2	60,2	61,3	0,13124	0,14222
20 a 99	3,9	2,8	16,1	13,9	98,6	99,2	55,9	56,1	3,9	2,8	95,7	98,3	0,03732	0,02752
100 a 499	1,2	0,7	27,5	18,7	99,8	99,9	83,4	74,8	1,2	0,7	139,3	130,9	0,01672	0,00916
500 a mais	0,2	0,1	16,6	25,2	100,0	100,0	100,0	100,0	0,2	0,1	184,3	174,8	0,00369	0,00175
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0									0,33769	0,33364

Nota.:  $G=1-\xi_{AB}$

$G_{60} = .66536$   
 $G_{50} = .66231$

CAPÍTULO III

REDEFINIÇÃO ESPACIAL DA ECONOMIA BRASILEIRA: NOVAS OPORTUNIDADES PARA A BAHIA

Marcado por uma contradição fundamental... entre a necessidade de desconcentrar os investimentos, para melhor usar os recursos naturais, e concentrar para atender aos crescentes requisitos da moderna indústria (1) o capitalismo brasileiro sai da II Guerra para um intenso processo de redefinição espacial de suas atividades.

Com a grande concentração industrial que já se verificava no Centro-Sul e em função das necessidades de maior integração interna durante os anos da II Guerra, a economia brasileira passa a necessitar de expandir os seus mercados de produtos finais, assim como modificar sua infraestruturá básica, aumentando a produção / de bens intermediários e ampliando sua incipiente produção de bens de capital.

Estas necessidades do processo de expansão capitalista no Brasil conduzem necessariamente a uma redefinição dos padrões de crescimento das áreas com disponibilidade de recursos passíveis de complementação e maior integração intersetorial com a economia industrial do Centro-Sul, redefinindo-se a importância dos diversos setores, com a expansão moderna das atividades industriais mais dinâmicas e um processo claro de mudança dos padrões de acumulação de capital.

Assim, a economia baiana, da mesma forma que o Rio Grande do Sul, a área metalúrgica de Minas Gerais e outras, saindo de níveis de crescimento caracterizados por um baixo poder de acumulação em consequência de uma estrutura industrial baseada em pequenas e médias empresas, destinadas a produção de bens de consumo voltados para atender a demanda dos estratos de renda inferiores / de seus reduzidos mercados internos, enfrenta uma mudança nas suas atividades econômicas, assumindo cada vez mais importância os grandes empreendimentos industriais, com uma elevada participação do investimento fixo no investimento total.

Evidentemente que os recursos gerados na própria região , principalmente relacionados com as atividades de exportação de pro

duto primários, vinham sendo utilizados principalmente em oportunidades de investimentos que apareciam em outras regiões como o próprio Centro-Sul, que atraiu durante muito tempo uma grande parte do excedente gerado na atividade cacaueteira, ainda que não se conheçam indicações quantitativas, que sustentem esta afirmativa.

Com a II Guerra Mundial, a economia brasileira passa por um período de intensa utilização da capacidade instalada, enfrentando limitações profundas nas suas possibilidades de importações, devido a situação extraordinária do mercado mundial, apesar de dispor de um volume crescente de divisas, que rapidamente são esgotadas logo após o fim da Guerra.

Este ciclo de produção que se observa neste período, ao lado de uma maior integração dos diversos mercados nacionais, também em função das dificuldades externas e em consequência das medidas protecionistas que já estavam sendo tomadas a favor de vários grupos industriais instalados no Brasil, fizeram com que a economia regionais ditas "periféricas", mas que se caracterizavam por atividades econômicas voltadas para a exportação, desempenhando portanto um papel fundamental no processo global de reprodução e acumulação do capital no país, modificassem os rumos de suas industrializações, condicionadas essencialmente pelo processo de crescimento do centro-sul.(2).

#### TRANSPORTES E ENERGIA: DOIS GRANDES OBSTÁCULOS

Os anos 50 observam um amplo movimento de mudança na infraestrutura de transportes, ampliando ainda mais as tendências já indicadas historicamente de substituição progressiva da ferrovia pela rodovia. No caso da Bahia, a estrada Rio-Bahia é de fundamental importância para o seu desenvolvimento posterior, condicionando os rumos que suas indústrias vão enfrentar nos anos seguintes.

No que se refere ao segundo grande problema da industrialização brasileira-a escassez de energia; a década de 50 presenciava também decididos programas de investimentos nesta área, que per-

mitem uma mudança profunda neste estratégico setor dentro de um processo global de expansão industrial.

Estas duas linhas de mudanças da economia brasileira se manifestam na já citada construção da estrada Rio-Bahia e na construção da usina hidroelétrica de Paulo Afonso. A primeira medida tomada principalmente por pressão dos grupos industriais do Centro-Sul vem intensificar este processo de integração, ao mesmo tempo que transmite para o mercado regional a concorrência dos produtos das regiões mais industrializadas, produzidos a custos mais baixos e portanto com alto poder de concorrência.

As indústrias "regionais-regionais", na terminologia de Castro, (3) tem um período de expansão durante a II Guerra com o aquecimento da demanda e redução da oferta internacional, necessitando de uma integração intrarregional para se expandir. A partir de 1950 a melhoria do sistema de transportes leva a uma nova "extroversão" da indústria do Centro-Sul com níveis / tecnológicos mais elevados, pois concebidas para mercados mais amplos.

Com esta "extroversão" da expansão capitalista do Centro-Sul a economia baiana tradicional, concebida aqui como aquelas atividades industriais embrionárias que existiam na região sobrevivendo vegetativamente durante toda a metade do século XX, não consegue enfrentar a concorrência desta indústria mais moderna, pertencente exatamente àqueles grupos industriais mais fortes que já ultrapassavam suas fronteiras do mercado oligopolista do Centro-Sul. (4)

Não se está aqui admitindo uma tendência a homogeneização do sistema com o afastamento das empresas tradicionais. Está se querendo observar que apesar da destruição de algumas dessas empresas elas continuam desempenhando um papel "funcional" no sistema já que, de um lado, atendem certas faixas de mercado de baixa renda e, de outro, justificam a manutenção de preços e levados em vista de seus custos superiores aos da moderna empresa, permitindo a essas a apropriação de uma maior parcela de excedente gerado.

Quanto a segunda medida, a construção da usina hidroelétrica de Paulo Afonso, era também uma necessidade estrutural

do processo de acumulação que ampliava seus investimentos em novas áreas, buscando novos mercados de bens de consumo final, assim como novas fontes supridoras de produtos intermediários e bens de capital.

Um balanço energético realizado em 1952 por Américo Simas Filho (5) indica que o quociente de energia elétrica total da Bahia em 1950 era de 196,9 kwh/habitante/ano, enquanto o mesmo coeficiente para o Brasil era de 512,6 kwh/habitante/ano que, superior ao baiano, ainda era muito inferior ao quociente a outros países industrializados como os Estados Unidos (15.000 kwh) Canadá (10.000 kwh) e Alemanha que, já em 1938, tinha um coeficiente de energia por habitante da ordem de 6.500 kwh/habitante/ano.

Estes dados indicam o baixo potencial energético utilizado no Brasil e na Bahia, o que sofrerá profunda transformação da década de 50, inclusive com a ampliação da utilização da energia gerada pelo petróleo, descoberto também na Bahia e que vai também motivar intenso programa de investimentos do Governo Federal na área, ativando o processo de industrialização regional, dentro dos novos padrões capitalistas do país.

Nestas circunstâncias, a Companhia Hidroelétrica do São / Francisco (CHESF) surge como um instrumento de transformação do potencial energético do Nordeste, afetando conseqüentemente a Bahia, que poderia absorver até 25% da energia gerada em Paulo Afonso que praticamente quadruplica a produção de energia no Nordeste de 1956/62 (6a). Além do mais a CHESF é uma das primeiras medidas que indicam a mudança de orientação da política do Governo Federal para o Nordeste, saindo do simples assistencialismo "contra as secas" para uma intervenção mais decidida em termos de implantação de processos capitalistas de produção. (6)

Além do mais esta política de expansão que afeta o Nordeste na década de 50 encontra como um importante instrumento de viabilidade institucional o Banco do Nordeste do Brasil, criado "en 1952, con motivo de la sequía del año anterior, y debido a las necesidades financieras de la industria que surgiria gracias a la disponibilidad de energia eléctrica, así como para / prestar asistencia crediticia a la agricultura en especial la algodonera". (7)

Juntamente com os maciços investimentos da Petrobrás estas outras mudanças nos padrões de crescimento do capitalismo brasileiro vão condicionar e determinar o ritmo de expansão da economia baiana como já assinalado, assim como orientar os investimentos de forma a proporcionar o forte aumento do valor da transformação industrial dos setores produtores de bens de capital e produtos intermediários, contrastando com o pequeno crescimento dos bens de consumo.

Na década de 60 estes instrumentos operacionalizadores da expansão capitalista na Bahia são ampliados com uma série de mecanismos de incentivos que permitem uma maximização das taxas de lucro atraindo os investimentos necessários para este fim, que / no entanto, provavelmente ocorreriam em virtude da lucratividade real que apresentavam.

O que se destaca neste momento é que a economia brasileira, especialmente seu centro industrial mais avançado entra em um período de recessão com redução de suas taxas de crescimento, ao tempo em que a economia nordestina ainda continua por algum tempo com seu processo de expansão, principalmente a partir de 1956 até 1958, quando uma violenta seca faz aflorar os grandes erros da política anterior contra as secas.

Saindo do Plano de Metas no fim da década de 50, a economia brasileira entra em uma fase de recessão a partir do início dos anos 60 até 1967, principalmente em decorrência do volume de investimentos já realizados no período anterior, que seguindo o ciclo normal dos investimentos, amplia a capacidade produtiva de determinados setores de forma desproporcional, gerando crises de realização, reduzindo a taxa de lucros do sistema, o que leva a redução dos investimentos e agravamento do processo de recessão.

Ao lado destas injunções estruturais que condicionam o próprio crescimento capitalista em toda sua realidade histórica, podem ser citados alguns elementos conjunturais que agravam esta / tendencia nos primeiros anos da década de 60. Uma elevada taxa inflacionária, herdada do período do Plano de Metas quando a inflação servia como mecanismo de absorção de poupança forçada, perde seu papel estrutural, distorcendo a política de inversões levando a uma completa desorganização do sistema de preços.

Uma outra variável conjuntural a ser considerada é a situação político institucional do período, quando reivindicações operárias eram transformadas em efetivas formas de pressão contra o sistema e outras eram utilizadas com propósitos simplesmente reformistas ou a favor de interesses de determinados grupos empresariais, criando uma situação política extremamente instável, em se considerando a fragilidade dos grupos de sustentação do governo, afastando os investimentos estrangeiros, grandes responsáveis pela expansão industrial dos anos 50.

Enquanto a economia do centro sul enfrentava estas dificuldades para os investimentos e para a produção, a economia nordestina começando a se recuperar dos efeitos da grande seca de 1958 e com uma melhoria nos preços dos seus produtos de exportação apresentava índices de crescimento superiores aos do Centro Sul.(8)

#### NORDESTE: INCENTIVOS FISCAIS E ELEVAÇÃO DA TAXA DE LUCROS

Com a grande seca de 1958 as tensões sociais latentes no Nordeste ameaçam explodir, ao mesmo tempo que por todo o país a perspectiva "desenvolvimentista" atraía vários grupos sociais, forçando a "modernização" e "industrialização" de várias áreas e setores do Brasil.

Técnicos afinados com esta perspectiva vinham se reunindo / desde 1956 para analisar a situação nordestina, considerada como / uma das áreas de problemas mais graves do país, elaborando sob a direção de Celso Furtado um documento onde propunham uma série de medidas destinadas a reformas na estrutura agrária regional, adotando a perspectiva de um desenvolvimento induzido por investimentos / públicos e atrativos intensos para o setor privado, especialmente para o setor industrial.(9)

"No entanto, embora constantemente sejam rendidas homenagens ao conteúdo reformista do programa do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste(GTDN), as medidas concretas de política econômica divergiram fundamentalmente das preconizadas no documento", como afirmou Goodman(10) refletindo o fato de que as proposições apresentadas não foram assumidas por não serem as reais necessidades do processo de expansão das forças produtivas regionais ,



apesar de que as medidas efetivamente adotadas terem sido de grande eficácia para a expansão do capitalismo industrial na região.

Como destaca Francisco de Oliveira, o mecanismo de 34/18 , principal instrumento de política econômica da SUDENE, apesar de não previsto pelo GTND, mas introduzido no I Plano Diretor da SUDENE, nas discussões legislativas, "privilegiando os empresários/industriais, possibilita, subsidiando o capital, a transferência de classes dominantes de uma para outra região, pode ser entendido como resposta a uma necessidade estrutural da expansão capitalista do Brasil".(11)

Assim, apesar do GTDN propor uma série de medidas destinadas a mudanças na estrutura da propriedade da terra, elas não encontram viabilidade institucional, porém os mecanismos que viabilizam os investimentos industriais na região são extremamente eficazes, principalmente a partir dos meados da década de 60, quando a recessão no Centro Sul atinge os índices mais elevados.

Ainda com as palavras de Francisco de Oliveira, "como resultado de todo um processo desde a II Guerra Mundial, em que poderosos mecanismos de concentração da renda tinham sido postos em ação, e, potencializadas estas condições por uma conjuntura de recessão, somente altas taxas de lucro conseguem fazer ativar a economia. O mecanismo do 34/18 ajustou-se como uma luva a esta necessidade estrutural: demonstrando que não havia insuficiência da taxa de poupança, demonstrando que a criação da demanda poderia teoricamente ser realizada em qualquer setor e em qualquer região, somente/ o subsídio ao capital, isto é, elevação ou manutenção de sua taxa de lucro, provou ser uma condição suficiente para a reativação da economia".(12)

De fato, o que se observa é que o sistema de incentivos fiscais dos artigos 34 e 18 que garante as pessoas jurídicas o abatimento de 50% do seu imposto de renda devido para aplicações em / projetos aprovados pela SUDENE, reduz o custo real do capital, que tem um custo de oportunidade praticamente nulo, uma vez que seu / uso alternativo seria a transferência para o setor público .

Aliado ao sistema de isenção fiscal, existem outros incenti

vos que reduzem ainda mais o custo real do capital, multiplicando a taxa de lucros uma vez que o capital próprio de risco investido em cada empreendimento representa um pequeno percentual do investimento total.

Desta forma, em meados da década de 60 os investimentos pelo sistema 34/18 se ampliam e os projetos industriais no Nordeste aumentam de número, afetando diretamente a estrutura industrial / da região. Evidentemente que as vinculações do Centro Sul com cada estado "exterior" depende das relações intersetoriais que podem se estabelecer com eles, especialmente no que se refere a fornecimento de produtos intermediários e matérias primas.

Pode-se argumentar que as indústrias do Centro Sul neste período estavam com capacidade ociosa crescente(13) o que não justificaria o investimento no Nordeste, que ampliaria ainda mais esta capacidade ociosa.

Acontece no entanto que a política de industrialização do Nordeste ao tempo em que favorecia as tecnologias intensivas em capital, também discriminava a favor dos equipamentos e produtos intermediários produzidos no Centro-Sul, de forma que, para as indústrias produtoras de bens de capital, a industrialização do Nordeste se constituía claramente na abertura de novos mercados, que permitiriam uma saída para a crise de realização do setor no período 62/67 (14)

Assim "la coincidencia de la declinación del dinamismo del / processo de industrialización del Centro-Sur, con el comienzo de / la política de industrialización del Nordeste, se da como um rebasamiento del del desarrollo de una region más rica hacia una mas / pobre. La adopción de políticas diferenciales capaces de hacer coincidir los intereses de las regiones se da en parte, como una alternativa para la desaceleración del desarrollo del polo mas importante / del país "é a conclusão equivocada que chega Cerqueira Antunes (15) entre outros economistas com formação na CEPAL.

O equívoco do "cepalinos" está em considerar o desenvolvimento regional como algo autônomo, praticamente isolando-o da dinâmica global do sistema capitalista, além de confundir a recessão que ocorria no Centro Sul com um mecanismo de um "rebasamien-

to del desarrollo de una region más rica hacia una mas "pobre", que pelo contrário seguia seu processo histórico de integração nacional, sem tendências a homogeneização estrutural, mas mantendo e às vezes ampliando as desigualdades interregionais como se pode atestar pela diminuição da participação relativa da renda industrial nordestina na renda industrial brasileira de 1956 a 1967(8)

Além do mais, a análise de Cerqueira Antunes situa a questão do desenvolvimento como uma disputa entre regiões, sem destacar os diversos e contraditórios interesses de classe que medeiam as relações interregionais.

Desta forma considere-se que "o crescimento industrial da / região Sudeste, ... redefine a divisão social do trabalho em primeiro lugar ao nível de seu próprio espaço e em segundo lugar, re define a divisão social do trabalho em termos de espaço nacional mais amplo. Tem-se a partir daí a criação de uma economia nacional regionalmente localizada. A divisão social do trabalho ao nível de cada região, isoladamente considerada, será função do tipo e natureza das ligações que ela mantiver com a região-líder; particularmente a estrutura industrial seguramente já não guardará correspondência com variáveis do tipo de tamanho da população e níveis de renda per capita. Isto é, a divisão social do trabalho não é o reflexo de um mercado regional ou vice-versa"(16)

Neste processo, a economia baiana explora suas vantagens locais que permitem fácil acesso aos mercados do Centro Sul e ao mercado nordestino tendendo para uma especialização em produtos intermediários e bens de capital. Comparando-se as taxas de crescimento dos diversos ramos no que se refere ao valor da transformação industrial verifica-se que enquanto o setor produtor de bens de consumo cresceu a uma taxa de 3,8% ao ano entre 1949/59, reduziu este ritmo de crescimento para 2,1% no período 59/69.

O setor produtor de bens intermediários reduz também seu ritmo de crescimento de 20,8% para 5,9% no mesmo período, enquanto o setor de bens de capital tem uma diminuição do ritmo de expansão de 35,2% para 7,2% na década de 50 e 60 respectivamente.(17)

Estes dados indicam, de um lado, a manutenção da estrutura relativa do padrão de crescimento do valor da transformação industrial e, de outro, os reflexos regionais da recessão nacional do

período, ainda que o crescimento do valor da transformação industrial do Brasil tenha sido de 6,3% no mesmo período.

Os investimentos públicos, que já desempenharam importante papel na década de 50 continuam como forte elemento impulsor da economia baiana nos anos 60, apesar da pequena redução por exemplo dos investimentos da Petrobrás como percentagem da renda interna total do estado (18), baixando de 6,6% em 1960 para 6,1% em 1966.

Se comparada a percentagem do investimento da Petrobrás na renda interna do setor industrial verifica-se uma elevação de 55,9%, em 1960, para 69,5% em 1966, depois de passar por 81,6% em 1965 indicando que apesar dos investimentos de instalação da Petrobrás na Bahia terem se realizado principalmente na década anterior, ainda desempenhavam um importante papel na renda industrial baiana na década de 60.

Outra indicação para a importância da Petrobrás na economia baiana pode ser encontrada nas suas despesas regionais, que além das compras que impulsionaram o mercado local, remunerava a força de trabalho com salários acima dos normalmente encontrados no mercado, intensificando inclusive o processo de elevação de preços em algumas áreas, com um forte efeito renda.

Tomando-se os dados em preços constantes verifica-se por exemplo que os salários se elevaram a uma taxa média geométrica de cerca de 18% ao ano, enquanto o total das despesas tinham uma taxa média geométrica de crescimento de 9,75% ao ano (19) no período 1958/69.

Porém, apesar da importância dos investimentos e das despesas da Petrobrás para a economia baiana, pode-se concluir como a missão do BID que diz, em seu relatório final; "Na realidade, a atividade petrolífera se desenvolve em forma quase autárquica e com limitada integração com o resto da economia do Estado (20).

Uma das razões desta pequena integração da Petrobrás no conjunto da economia regional pode ser encontrada no próprio produto gerado que especialmente se destinava aos mercados do Centro / Sul, onde essencialmente eram realizadas as vendas e onde a Petrobrás também encontrava os principais fornecedores de seus insumos.

Outra razão, extremamente ligada à primeira é a própria estrutura industrial baiana anterior, fundamentalmente constituída de pequenas empresas destinadas a produção de produtos para o consumo dos estratos de renda mais inferiores do mercado, com pequeno potencial de inovações tecnológicas e sem dinamismo para acompanhar os requisitos da moderna indústria petrolífera que se instalava, além de impossibilidades de acumulação de capital para o volume de investimentos necessários.

Resultado, a presença Petrobrás, associada com a abertura / da estrada Rio-Bahia no processo global de melhoria do sistema de transportes de todo o país, serve como estímulo atrativo para os grupos empresariais do Centro Sul que para cá se deslocam ou enviam suas mercadorias, quando o custo do transporte é irrelevante, de forma que os segmentos industriais baianos sofrem uma severa / concorrência, que leva a destruição de muitos grupos tradicionais.

Os "forward and backward linkages" da Petrobrás com as atividades industriais baianas parecem ser extremamente dêbeis, apesar de possibilitar a ampliação do setor metal-mecânico, especialmente a mecânica de reposição, assim como o setor de construção / de estradas sofre efeitos benéficos da presença da Petrobrás no / Estado.

Desta forma, constata-se que a importância dos investimentos da Petrobrás são relevantes na medida que permitiram ao capitalismo brasileiro iniciar o seu processo de reprodução ampliada de capital com fornecimento interno de produtos intermediários, que se tornavam indispensável àquele grau de desenvolvimento das forças produtivas utilizando-se de forma "racional" da existência das reservas de petróleo da Bahia.

Não adianta portanto referir-se a este fenômeno como uma "exploração" do Estado pelos centros mais "avançados" do Centro Sul. O que ocorre, é que do ponto de vista da acumulação capitalista / tanto faz que os grupos industriais sejam baianos ou sulistas ou / estrangeiros, se o processo de geração do excedente intercambiável é mantido.

#### OUTRAS ATIVIDADES: INDÚSTRIA AINDA E MINORITÁRIA

Diga-se também que apesar do crescimento do setor industrial que se verifica nesta década de 60, a participação da renda agrícola

RENDIA INTERNA DA BAHIA- PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS SETORES A PREÇOS CONSTANTES  
DE 1965/1967 ( 1 ) - 1958/1969

87

ANOS	AGRICULTURA	INDUSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1958	34,31	13,66	52,03	100
1959	38,65	13,40	47,95	100
1960	39,05	12,57	48,37	100
1961	34,16	11,70	54,14	100
1962	38,37	9,10	52,54	100
1963	36,51	9,96	53,53	100
1964	38,14	8,94	52,92	100
1965	39,83	8,48	51,68	100
1966	37,67	9,30	53,03	100
1967	38,55	7,79	53,65	100
1968	37,85	8,33	53,82	100
1969	36,26	9,27	54,47	100
TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA				
DE CRESCIMENTO	5,98	1,80	5,89	5,45

Fonte: Centro de Contas Nacionais IBGE/FGV

Notas: 1) Agricultura - Deflator - Coluna 18 Conj. Economica

Industria - " " 17 " "

Serviços - " " 12 " "

la na renda interna do Estado continua elevada, passando de 34,31% em 1958 para 36,26% em 1969 com uma taxa média geométrica de crescimento da ordem de 6% ao ano como se vê a seguir:

Estes dados da Fundação Getúlio Vargas indicam que na década de 60 o setor mais dinâmico da economia baiana foi ainda a agricultura, com uma taxa de crescimento superior aos outros setores, apesar dos serviços crescerem também a elevadas taxas, aumentando inclusive sua participação percentual na renda interna do estado, passando de 52,03% em 1958 para 54,47% em 1969.

Pode-se portanto, com base exclusivamente nestes dados constatar-se que a indústria teve um desempenho medíocre no período, crescendo a uma taxa de 1,8% ao ano, que levou a reduzir sua participação no produto regional de 13,66% para 9,27%. No entanto é importante destacar a observação de Talma Sampaio (21) a respeito da insensibilidade do sistema de contas nacionais para os investimentos da Petrobrás e CHESF sobre a renda interna estadual.

Como mais uma indicação desta distorção dos dados da FGV verifica-se por exemplo que as informações da Petrobrás referentes / apenas aos salários, ordenados e gratificações pagas na Bahia participam de forma crescente na renda interna industrial passando de 7,64% em 58 para 38,72% em 1969 como se constata a seguir.

Salários da Petrobrás e Renda Interna Industrial a preços constantes de 1965/67 - Deflator: índice de preços de produtos industriais.

ANOS	Salários, Ordenados(1) etc.da Petrobrás (A)	Renda Interna(2) Industrial (B)	A/B%
	(Cr\$ 1.000)	(Cr\$1.000)	
1958	13.5 84,6	177 910	7,64
1959	15.4 50,3	174 711	8,84
1960	18.1 76,7	174 981	10,39
1961	26.4 86,6	154 929	17,10
1962	61.8 32,4	127 886	48,35
1963	57.4 02,2	136 458	42,7
1964	65.1 65,8	141 142	46,17
1965	44.1 34,5	149 027	29,61
1966	69.5 63,9	162 395	42,84
1967	75.2 50,6	150 616	49,96
1968	80.1 41,0	178 711	44,84
1969	83.3 39,0	216 528	38,72

Fonte: 1) Petrobrás citados por Ritz, Armin, op.cit p.45

2) ECN/IBRE/FGV

Como diz Maria da Conceição Tavares "numa etapa de expansão econômica acelerada, o investimento público está obrigado a / aumentar mais que proporcionalmente seus gastos em infraestrutura e na indústria pesada de insumos básicos, para romper estrangulamentos existentes, que se agravam com a expansão para evitar bloqueios futuros ao crescimento "(22)

Desta forma em termos do capitalismo brasileiro a necessidade de investimentos públicos crescentes se fazia presente em / fins da década de 50 para continuar o processo de expansão acelerada iniciada com o Plano de Metas. Na Bahia, os efeitos desta / necessidade estrutural significaram a elevação da participação do investimento público na formação bruta de capital fixo total do estado e melhoria das condições infraestruturais, especialmente /



transportes e energia para uma melhor integração à economia nacional,

No que se refere às exportações globais da Bahia, uma outra variável exôgena que poderia afetar diretamente o crescimento da renda interna, Ritz já demonstrou seu pouco dinamismo no período 1950 / 69, apesar de destacar a crescente integração com a economia nacional (23).

Ritz diz claramente que "pode-se concluir que durante as últimas duas décadas a economia baiana modificou suas relações externas no sentido de intensificar suas vinculações com o resto do país de maneira que o mercado nacional constitui um elemento sempre mais importante para seu desenvolvimento". (24)

Segundo os padrões de industrialização do estado da Bahia já detectados da década de 50 com predomínio absoluto dos produtos intermediários e bens de capital é de supor que as indústrias aí instaladas voltem-se fundamentalmente para o mercado nacional, uma vez que as interrelações setoriais da economia baiana são cada vez mais frágeis.

Além das exportações interregionais se incrementarem, o chamado comércio triangular entre o Nordeste, o Centro Sul e o Exterior implicava em uma transferência implícita de renda para o Centro Sul (25), uma vez que nas palavras de Ritz "impedida pelo protecionismo industrial de comprar no exterior os produtos dos quais precisava, a Bahia transferia em média 75% das suas divisas estrangeiras para outras regiões do país".

Esta intensificação dos fluxos interregionais de mercadorias e serviços se dá no momento em que a estrutura industrial baiana passa a adotar os mesmos padrões da estruturação industrial avançada do Centro Sul, como se definirá com mais rigor adiante, ao se analisar o sistema de incentivos fiscais.

Neste momento cumpre destacar que os dados utilizados indicam que o conjunto da indústria baiana apresenta a mesma ordenação por setor que a estrutura brasileira. Tomando-se os dados da publicação da Federação de Indústria do Estado da Bahia (FIEBa) referentes às 200 maiores indústrias da Bahia e os da revista Visão, na sua publicação "Quem é Quem na Economia Brasileira" e os agrupando, segundo os setores do IBGE vamos encontrar os seguintes coeficientes de Spearman. (26)

Ordenação referente a	Coeficiente de Spearman
Patrimônio líquido	0,470 **
Faturamento	0,478 **
Número de operários	0,424 *
Número de empresas	0,425 *

Fonte: "200 maiores Indústrias da Bahia"- FIEBA 1974

"Quem é Quem na Economia Brasileira" - Visão Agosto 74

\* Significativo a 90%

\*\* Significativo a 95%

Ainda que se admitam algumas deficiências metodológicas nestes dados de fontes heterogêneas, que adotaram critérios diferentes para a escolha das empresas componentes de seus universos, a - lém de diferenças na própria conceituação de patrimônio líquido, faturamento, número de operários e número de empresas, observa-se correlação na ordenação entre os setores das duas distribuições,

Com isto pode-se afirmar que, entre os 15 setores considerados, há relação de ordem entre as maiores empresas brasileiras e maiores indústrias da Bahia, de forma que os setores mais intensivos em capital na Bahia são os mesmos setores na economia brasileira, podendo-se afirmar o mesmo no que se refere ao faturamento bruto, ao nível de emprego e número de empresas, apesar da diferença / de significância para o coeficiente de Spearman poder indicar uma maior correlação por postos na ordenação do faturamento e capital entre as duas estruturas industriais.

Este tipo de evidência pode confirmar as hipóteses de Francisco de Oliveira e Henri Philippe Reichstul que afirmam que, caso as "empresas mais importantes em seus respectivos ramos industriais estão presentes à expansão que se dá no Nordeste" então pode-se dizer que "tendem a ser principais no Nordeste as empresas ou grupos de empresas que já são principais no Brasil" e assim, "dado /

que o que se procura não é, essencialmente, conquistar mercados, deve-se pensar que a estratégia deste tipo de empresas é a de preservar mercado, consolidando suas posições no ramo industrial em / que já é importante"(27).

Sabendo-se também que a estrutura da propriedade das indústrias baianas e do Centro Sul são assemelhadas, uma vez que o sistema de incentivos fiscais encontra respostas mais efetivas nos / centros mais avançados do país, é de se supor que não se criem na Bahia concorrentes para os proprietários sulistas e estrangeiros / das próprias novas indústrias que aqui se instalam.

O que se diz é que admitindo-se como correta a hipótese de / que a maioria dos novos empreendimentos industriais na Bahia pertence a grupos estrangeiros e do Centro Sul, é lógico supor que / não se criem filiais no Nordeste que concorram, pelo menos nos mesmos mercados, com as matrizes, de forma que se comprovado que as / novas indústrias tendem a vender essencialmente para outros mercados que não a Bahia, poder-se-ia inferir que haveria o surgimento de novos produtos, ou que estas indústrias teriam vantagens comparativas em relação as suas matrizes na produção de determinados / produtos intermediários e bens de capital.

Agrupando-se os dados de projetos aprovados pela SUDENE para a Bahia até 1973 segundo os diversos setores da indústria e considerando-se as origens dos seus insumos e o destino de suas vendas, verifica-se que há uma estreita correlação entre os setores / que maior proporção compram insumos regionais e vendem para mercados regionais, ou seja, no conjunto dos projetos há uma tendência a ampliação dos "backward and forward linkages", o que pode ser evidenciado por um coeficiente de Spearman da ordem de 0,9393, significativo a mais de 99%.(28)

No que se refere as compras de insumos intermediários os setores mais integrados com a economia regional são os de Couros e Peles, Textil, Mobiliário, Produtos Alimentares e Fumo, sendo os / de menores vínculos os setores de Material de Transporte, Material Elétrico, Mecânica e Metalúrgica, os primeiros com percentuais superiores a 98% das compras totais e os segundos com percentuais / inferiores a 45%.



Verifica-se assim que, usando-se a classificação cepalina de setores tradicionais e dinâmicos, os tradicionais são obviamente mais integrados com a economia regional, enquanto os setores ditos dinâmicos apresentam seus "backward linkages" mais intensos com a economia do Centro Sul e do Exterior, podendo ser / uma indicação da complementação e reprodução dos padrões oligopólicos predominantes nestes setores entre as duas regiões .

Referindo-se as vendas, ou mercado consumidor a que se destinam, verifica-se que há uma ligeira mudança da orientação / em relação a alguns setores, que se anulam no conjunto, levando ao elevado coeficiente de Sperman encontrado. O setor de Material Elétrico por exemplo comprando 30,5% dos seus insumos na oferta / regional, destina 81,8% de suas vendas para este mercado.

Entre os setores mais especializados para as vendas regionais destacam-se exatamente aqueles produtores de bens de consumo como o de Produtos Alimentares, Mobiliário, Bebidas e o próprio Material Elétrico, todos com vendas regionais superando 80% das vendas tótals, enquanto setores de Vestuário e Calçados, Borracha, Química e Fumo apresentam percentuais inferiores a 10%, de forma que não se pode afirmar que haja uma especialização completa dos bens de consumo para o mercado regional.

Desdobrando os dados de projeto , que por isto, apresentam algumas dúvidas quanto a sua fidedignidade devido aos ajustes que ocorrem no processo de "puesta en marcha" dos projetos e na sua própria elaboração para adequar-se ao sistema de pontos da SUDENE, de acordo com as categorias de projetos de empresas novas, já em funcionamento, ampliação e modernização e ainda em projeto, pode-se avançar um pouco mais na análise.

Considerando os projetos de empresas novas como indicadores das perspectivas futuras da economia regional e os projetos de ampliação e modernização como representativos dos mais fortes e dinâmicos setores da economia dita tradicional, conclue-se que não há uma correlação estatisticamente significativa entre a ordenação dos setores no que se refere às compras de insumos e destino das vendas.

Como seria de esperar os projetos de empresas novas indicam que os setores integrados regionalmente são os de produtos alimentares e minerais não metálicos, enquanto os outros setores / apresentam grandes "efeitos para trás" como Vestuário e Calçados, Papel e Papelão e Madeira ou "efeitos para frente" como os se

tores de Bebidas, Material Elétrico, e Metalurgia.

Nos projetos de ampliação e modernização de empresas já em funcionamento são caracteristicamente setores integrados regionalmente os Produtos Alimentícios, o setor textil e Mobiliário, tanto "para trás" como "para frente", com 100% de compras e vendas regionais. Com exceção do setor de Fumo e Química, que utilizam um grande percentual de seus insumos locais, mas que destinam pouco de sua produção para o mercado regional, todos os outros setores apresentam um certo equilíbrio entre vendas e compras para o Norte e Nordeste.

Há uma grande indisponibilidade de dados sobre os fluxos / interregionais especialmente no que se refere ao comércio por / vias internas, de forma que é extremamente difícil comprovar estatisticamente as hipóteses de que a economia nordestina e a baiana estão destinando parteponderável de sua produção para o mercado do centro sul, assim como estaria havendo transferência de capital para esta região.

Com as novas iniciativas referentes a expansão de atividades modernas na Bahia, como o Polo Petroquímico por exemplo, é de se supor que a economia baiana se especializará cada vez mais na produção de bens intermediários, que serão consumidores em outros mercados, uma vez que os efeitos multiplicadores a nível regional serão pequenos, relativamente ao nível de produto gerado por estes novos empreendimentos.

Por fim, cabe destacar mais uma vez que o setor industrial ainda é minoritário no conjunto na economia baiana, apesar de seu crescimento nos últimos anos. Também deve-se referir ao elevadíssimo grau de concentração espacial desta indústria, encontrando-se apenas na Região Administrativa de Salvador 24,28% dos estabelecimentos, 60,57% do pessoal ocupado e 81% do valor da Transformação industrial do estado no ano de 1970.(29)

NOTAS

- 1) Castro, Antonio de Barros, op.cit.p.145
  
- 2) "A ativação do processo de industrialização em meio a crise externa tem num primeiro momento, efeitos desintegradores sobre o país. A região central ao reagir a crise tende a reduzir suas importações procedentes das regiões. Sua agricultura - e baseado / nela a indústria de beneficiamento - busca compensar no mercado interno as dificuldades encontradas na frente externa. A indústria central por sua vez, ao reorientar sua estrutura setorial, reforça seus vínculos de dependência com o exterior. Cedo se farão sentir no entanto certas forças atuando em favor da reintegração. / Referimo-nos à gradual unificação do mercado de manufaturas e à / busca pela indústria em evolução da ampliação de sua base interna de recursos energéticos e matérias primas(indispensáveis ao funcioramento dos setores líderes de seu renovado processo de cresciomento). Destês movimentos tendentes à reintegração,(...) à unifiocação do mercado de manufaturas em marcha desde os anos 50 cabe / atentar(.....) para o movimento centrífugo que levaria ao surgiomento de zonas de complementação orientadas pelo atendimento de / necessidades básicas da indústria central".Castro, Antonio Barros de, op.cit. p.142
  
- 3) Castro, Antonio Barros de, op.cit,p.118/119
  
- 4) "...com a persistência renovada do crescimento industrial do / Sul, realimentada pelos próprios avanços na produtividade e amplioção do seu mercado, começam a aparecer os chamados efeitos negaotivos, que se traduzem num maior poder de competição dos bens industriais tradicionais fabricados no Sudeste sobre seus similares nordestinos. É o caso dos tecidos, sapatos, vestuário em geral, / produtos alimentícios industrializados, mobiliário e de outros / produtos. O efeito visível é o de uma retração das unidades norodestinas concorrentes, até com a liquidação de empresas: um curiooso efeito de realimentação das diferenças de poder de competição entra em cena: incapacitados de disputar o mercado em razão de /

seu atraso tecnológico relativo, às indústrias do Nordeste não se expandem, nem se renovam, o que acaba produzindo novas perdas de poder de competição, incremento da perda de mercado e, assim por diante, até criar situações de verdadeiro desemprego de recursos". Oliveira Francisco de e Reichstul, Henri-Philippe Mudanças na Divisão Interregional de Trabalho no Brasil in Estudos Cebrap nº 4 SP p.150

5) Simas Filho, Américo Planejamento para Utilização da Energia / Hidroelétrica no Estado da Bahia, Imprensa Triunfo, Salvador, 1952 p.23/33

6a) "De 1956 a 1962 a produção de energia elétrica do Nordeste / quase chegou a quadruplicar. Adotando-se 1956 como ano-base 1962 apresenta-se com índice de 387 neste particular" SUDENE Boletim Econômico ano II nº2 Recife jan/mar. 1966 p.71

6) "La CHESF inicio su existencia en 1948, constituyendose como / una empresa de capital mixto, con maioria de acciones en manos / del Gobierno Federal y dirigida por un nucleo de competentes ingenieros brasileros. La oferta de energia eléctrica de esta entidad jugo un papel relevante em el cambio de enfoque sobre los problemas de la region". Antunes, Antonio Cerqueira La politica de Industrializacion del Nordeste Brasilereno in SUDENE Boletim Econômico ano III nº1 Recife p.53

9) "A criação do BNB(1952) seguiu-se, em 1954, a formação de uma / Comissão de Investimentos, destinada a coordenar os dispêndios de capital do Governo Federal no Nordeste e a realizar estudos detalhados para a definição da política governamental de investimentos (...) foi constituído, em 1956, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) sob os auspícios do Conselho Nacional de Economia. Embora carecesse de autonomia e de autoridade executiva, o GTDN produziu em 1958, oportuno e incisivo relatório sobre o desenvolvimento regional, documento que contou com a liderança intelectual do economista Celso Furtado." Goodman, D.E. e Albuquerque, R.C. Incentivos a Industrialização e Desenvolvimento do / Nordeste IPEA Coleção Relatórios de Pesquisa nº20 RJ, 1947 pp.154/155

7) Antunes, Antonio Cerqueira op.cit.p.53

-97-

8) PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO TOTAL BRASILEIRO

Anos	N o r d e s t e			S u d e s t e		
	Ag	Ind	Serv.	Ag	Ind	Serv.
1956	18,4	8,5	12,8	48,2	76,8	68,7
1957	18,5	8,6	13,1	49,4	76,2	67,8
1958	17,6	7,9	12,7	47,1	77,0	68,2
1959	21,0	8,3	13,4	43,7	76,9	68,0
1960	22,3	8,0	13,6	42,5	76,8	67,3
1961	21,4	7,5	13,2	42,3	78,4	67,0
1962	23,5	6,7	13,6	40,0	79,3	66,0
1963	23,9	7,0	13,6	40,4	79,7	66,8
1964	23,5	7,5	13,8	40,9	79,6	66,3
1965	23,2	7,7	14,1	41,0	78,8	65,6
1966	23,1	6,4	13,8	41,8	79,9	65,2
1967	24,8	6,5	14,2	38,9	80,0	64,9

Fonte: CCN -FGV em Conjuntura Econômica nº 9, 1971 citado por Oliveira, Francisco de e Reichstul, Henri-Philippe op cit pp. 144/146.

Estes dados indicam de 1956 e 1963 o aumento da participação relativa do Nordeste na renda interna agrícola, ao tempo que o sudeste reduz sua participação no mesmo período indicando um maior ritmo de crescimento da agricultura nordestina, apesar da participação da indústria ser declinante no mesmo período.

10) Goodman, D.E e Albuquerque, RC op.cit.p.151

11) Oliveira, Francisco de e Reichstul, H.P op.cit.p.151

12) Oliveira, Francisco de e Reichstul, H.P. op.cit.p.153

13) "Examinando a série de capacidade utilizada observa-se (para o Brasil ) que ela cresce rapidamente a partir de meados dos anos 50 / até alcançar seu nível máximo em 1960/62(....) Observa-se ainda que



a margem de utilização chega a um mínimo no triênio 65/67, representando pouco mais de 80% e cresce rapidamente a partir daí até alcançar 94% em 1970". Suzigan, Wilson; Bonelli, Regis et. alli./ Crescimento Industrial no Brasil Incentivos e Desempenho Recente IPEA Coleção Relatórios de Pesquisa nº 26 RJ 1974 p.128

14)... "se se pode descartar a hipótese de mercado para as indústrias do Sudeste como um todo, não se pode descartar a hipótese de / mercado para as indústrias do Sudeste de produção de bens de capital. A criação de novas unidades industriais, no Nordeste, aparece assim, como resposta a necessidade de ativar o setor de produção de bens de capital da economia brasileira como um todo, e, / mais especificadamente da região Sudeste". Oliveira, Francisco de e Reichstul H.P, op.cit,p.152

15) Antunes, Antonio Cerqueira, op.cit.p.79

16) Oliveira, Francisco de e Reichstul, op.cit.p.149

17) Ver nota nº 29 do capítulo anterior

18) INVESTIMENTOS DA PETROBRÁS COMPARADOS COM A RENDA INTERNA INDUSTRIAL DA BAHIA 1960/66 CR\$ 1.000.000.00 de set.73

Anos	Renda Interna(1)		Investim.Petrobrás (2)		%		
	Total (a)	Industrial(b)	Total(c)3	Refinação.d	c/a	c/b	d/b
1960	5496,2	643,9	360,0	141,6	6,6	55,9	22,0
1961	5240,0	570,1	345,3	57,4	6,6	60,6	10,1
1962	5575,0	470,6	375,8	65,4	6,7	79,9	13,9
1963	5385,2	502,2	382,7	44,5	7,1	76,2	8,9
1964	6108,3	519,4	363,0	52,7	5,9	69,9	10,2
1965	6732,2	548,4	447,8	34,6	6,7	81,6	6,3
1966	6842,1	597,6	415,3	48,0	6,1	69,5	8,0

Fonte: FGV e Petrobrás citados por Talma, Fernando Sampaio op.cit.p.53

Notas: 1) A RI Total foi corrigida pelo índice de oferta global geral

e a renda interna industrial pelo índice de oferta global produtos industriais total", setembro de 1973.

2) Os investimentos totais da Petrobrás foram obtidas mediante a soma dos investimentos em exploração e produção, corrigidos pelo índice de "disponibilidade interna geral matérias primas" e daqueles realizados no setor de refinação, corrigidos pelo índice de produtos industriais - química total", ambas de setembro de 1973 .

3) Inclui investimentos na exploração, produção, refino, petroquímica e em terminais marítimos.

19) CUSTEIOS E INVESTIMENTOS DA PETROBRÁS A PREÇOS CONSTANTES DE 1965/67 - (1) Cr\$ 1.000

ANO	Compras efetuadas em Salvador	Construção de Estradas	Salários e Ordenados	Total Geral(A)
1958	6597,7	10509,0	13584,6	30691,3
1959	10810,7	5522 ,4	15450,3	31783,4
1960	9412,9	6678 ,1	18176,7	34267,8
1961	13392,6	8408 ,8	26486,6	48288,0
1962	27131,8	6418 ,5	61832,4	95382,6
1963	15616,3	4775 ,8	57402,2	77794,2
1964	14761,0	2215 ,2	65165,8	82142,0
1965	12963,3	6329 ,7	44134,5	63427,5
1966	12409,0	4173 ,9	69563,9	86146,8
1967	819,9	1175 ,1	75250,6	77965,6
1968	8591,7	1087 ,1	80141,0	89829,8
1969	--	1600 ,0	83839,0	85439,0
T.de cresc.	2,676	=15,728	17,992	9,7514

Fonte: Ritz(p.45)

Nota (1) Deflator coluna 17 da Conj. Econômica

20) BID Relatório da Missão Técnica do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) Desenvolvimento Integrado do Recôncavo in Estudos e Projetos Governo Luiz Viana Filho Vol.I Salvador,1970 p.3

21) "Conforme é do conhecimento geral, o Conselho Nacional do Petróleo e, após 1954, a Petrobrás realizaram maciços investimentos na exploração e refino do petróleo, cujo impacto, numa economia predominante agrícola como a baiana não foi, ao que tudo indica, captado pelo sistema estatístico das contas sociais". Talma Sampaio, Fernando op.cit. p.21

22) Tavares, Maria da Conceição Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, não publicada, p.59

23) Depois de aplicar sobre os coeficientes de exportação da Bahia de 1959/69 uma regressão linear sobre o tempo, Ritz encontra pelo método dos mínimos quadrados:

$$Y_z = 29,11 + 0,14Z \text{ onde } Y = \text{coeficiente global das exportações e} \\ Z = \text{tempo.}$$

O teste de Student-Fisher revela que  $b=0,14$  não é significativamente diferente de zero de forma que "aparentemente o setor externo não / apresentou maior dinamismo. Quando numa economia em desenvolvimento a oferta interna de produtos industriais não aumenta de modo relevante, a procura crescente destes produtos é satisfeita principalmente pelas importações. Portanto, para ser o setor externo realmente dinâmico, seria necessário que os coeficientes de exportação aumentassem significativamente com o tempo". Ritz, Armin, op.cit.p.36

24) Ritz, Armin op.cit.p.43

25) Ritz, Armin op.cit.p.66

26) Para o cálculo deste coeficiente de Spearman adotou-se o seguinte procedimento estatístico:

1) Tomaram-se os dados referentes as "200 maiores indústrias da Bahia" que foram agrupados segundo os critérios do IBGE, resultando as informações referentes à Bahia. Nestes dados utiliza-se / como medida do capital o capital integralizado das empresas, referente ao ano de 1973.

2) Com base nos dados do "Quem é Quem na Economia Brasileira" da Revista Visão adotou-se o mesmo critério, depois de excluírem-se as empresas com sede na Bahia chegando-se aos seguintes resultados.

AS MAIORES EMPRESAS DA BAHIA E DO BRASIL POR SETORES E DE ACORDO COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO, FATURAMENTO, NÚMERO DE EMPREGADOS E NÚMERO DE EMPRESAS. DADOS A PREÇOS CORRENTES REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 1973

SETORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		FATURAMENTO		Nº DE EMPREGADOS		Nº DE EMPRESAS	
	BRASIL	BAHIA	BRASIL	BAHIA	BRASIL	BAHIA	BRASIL	BAHIA
EXTRAÇÃO DE MINERAIS	4.745.599	7.125.331	2.630.547	1.119.328	16.945	11.612	3	5
PROD. DE MINERAIS NÃO MET.	1.229.795	300.110	1.602.631	370.532	16.830	4.158	5	16
METALURGICA	12.365.071	694.525	11.066.391	772.231	96.585	9.167	23	22
MECANICA	1.459.355	72.360	1.981.292	22.279	28.288	1.443	5	7
MAT. ELÉTRIC.E COMÚNIC.	1.859.986	69.592	3.379.605	31.333	27.755	1.021	7	3
MAT. DE TRANSPORTES	8.406.137	25.594	20.143.396	34.490	128.404	595	15	2
MADERA	178.966	84.761	481.009	20.860	5.892	1.759	1	7
MOBILIÁRIO	-	8.763	-	7.540	-	373	-	3
PAPEL E PAPIÃO	914.837	54.483	712.757	12.927	7.751	656	3	4
BORRACHA	813.030	-	1.237.000	-	8.600	-	2	-
COURO PELES E PROD. INT.	-	16.655	-	15.950	-	429	-	5
QUÍMICA	18.834.674	851.519	33.340.170	50.372	61.823	4.225	17	24
PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	259.660	21.396	600.000	47.536	4.000	266	1	1
TEXTIL	1.182.831	257.538	1.546.452	34.901	20.391	6.371	6	14
VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTF;	350.636	17.454	654.906	12.259	9.040	964	1	5
PRODUTOS ALIMENTARES	2.846.162	278.439	11.040.207	31.562	34.647	7.786	10	29
CONSTRUÇÃO CIVIL	6.450.390	178.728	5.056.460	50.010	129.134	30.049	16	35
BEBIDAS	1.221.891	168.641	1.424.014	39.814	14.760	1.673	2	5
FUMO	1.377.558	56.207	1.911.946	58.670	12.271	5.690	1	8
EDITORIAL E GRAFICA	378.668	14.500	1.024.714	9.361	9.660	521	2	3
DIVERSOS	4.677.003	6.300	6.225.612	58.995	52.254	568	6	2
TOTAL					685.085	89.336	126	200
rs	0,470		0,478		0,424		0,425	
t	2,133		2,17		1,87		1,88	

Fonte: Brasil: "Quem é quem na Economia Brasileira" - Revista Visão - Cálculos: Núcleos de Pesquisas CNE/UFPA  
Bahia: "As 200 maiores indústrias da Bahia" Fieba - Cálculos: Núcleos de Pesquisa CNE/UFPA

Nota: \* Significativo a 90%

\*\* Significativo a 95%

No cálculo do coeficiente de Spearman foram desprezados os setores de Borracha, Mobiliário e Couros por inexistirem nas duas distribuições simultaneamente. O "t" teórico para 16 graus de liberdade com 95% de grau de confiança é 2,120 e para 90% é 1,746. O cálculo foi efetuado segundo procedimentos explicados na nota 12 do capítulo seguinte.

27) Oliveira, Francisco de e Reichstul, H:P. po.cit.p.156 (grifos dos autores)

28) Coeficiente de Spearman calculado sobre as distribuições de percentuais das vendas para o norte e nordeste e das compras do Nordeste sobre as respectivas vendas e compras totais como se / vê a seguir:

Fac. Ciências Exatas e Letras  
 Biblioteca  
 594.286  
 1726  
 Livro Mesurado

-103-

VALOR DAS MATÉRIAS-PRIMAS E MATERIAIS SECUNDÁRIOS (COMPRAS) E DAS VENDAS DOS PROJETOS APROVADOS PELA S U D E N E - ANO 1973 PARA BAHIA - COMPRAS REALIZADAS NO NORDESTE E VENDAS DESTINADAS AO NORTE E NORDESTE.

	EMPRESAS NOVAS				AMP. E MODERNIZAÇÃO				TOTAL			
	COMPRAS		V. B. P.		COMPRAS		V. B. P.		COMPRAS		V. B. P.	
	VALOR (1)	%	VALOR (2)	%	VALOR (1)	%	VALOR (2)	%	VALOR (1)	%	VALOR (2)	%
GRUPOS DE INDÚSTRIAS												
PRODUTOS ALIMENTARES	98.383	99,0	166831	91,0	3.374	100,0	6472	100,0	101.757	99,0	173.303	91,1
BEBIDAS	18.024	47,4	177039	88,0	-	-	-	-	18.024	47,4	177.039	82,4
FUMO	-	-	-	-	11.348	98,3	1535	4,4	11.348	98,3	1.535	4,4
TEXTIL	12.810	100,0	-	-	5.894	100,0	20381	100,0	18.704	100,0	20.881	19,9
VEST. E CALÇADOS	21.698	70,5	5063	8,3	-	-	-	-	21.698	70,5	5.063	8,3
MADERA	47.734	61,1	37733	20,8	-	-	-	-	47.734	61,1	37.733	20,8
MOBILIÁRIO	=	=	=	-	640	100,0	2836	100,0	640	100,0	2.836	100,0
COURO E PELES	-	-	-	-	6.553	100,0	4297	29,2	6.553	100,0	4.297	29,2
MIN. NÃO METÁLICA	70.197	81,4	240297	74,2	32.538	69,1	129230	62,5	102.735	77,0	359.527	71,4
PAPEL E PAPIÃO	29.701	93,4	38956	46,5	20.116	86,2	46482	100,0	49.817	90,4	53.338	58,2
BORRACHA	42.722	44,7	10580	4,0	1.109	99,7	3282	100,0	43.831	45,3	13.862	4,0
QUÍMICOS	470.150	64,3	116957	4,7	41.042	95,5	5265	7,4	511.192	66,0	122.222	4,7
METALÚRGICA	131.010	42,4	469694	64,5	21.539	92,8	14727	24,7	152.544	45,9	484.421	62,2
MECÂNICA	18.427	33,0	33855	15,9	-	-	-	-	18.427	33,0	33.855	15,9
MAT. DE TRANSPORTE	5.586	6,9	32.914	20,7	-	-	-	-	5.586	7,0	32.914	20,7
MAT. ELÉTRICO	23.305	28,6	170.075	81,8	-	-	-	-	23.305	28,6	170.075	81,8

Fonte: SUDENE citado in Palma Sampaio, op cit. Anexo estatístico

- Notas: 1) % de compras no Nordeste sobre compras totais  
 2) % de vendas ao Norte e Nordeste sobre vendas totais

- 1970 -

-104-

Regiões Administrativas	ESTABELECIMENTOS		EMPREGAL OCUPADO		VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL	
	Nº	%	Nº	%	VALOR	%
Salvador	1952	24,28	35751	60,57	678.714	81,00
Feira de Santana	905	11,26	4617	7,82	39.903	4,76
Alagoinhas	676	8,41	2302	3,90	7.875	0,94
Itabuna / Ilheus	661	8,22	2760	4,68	26.558	3,17
Itamaraju	231	2,87	919	1,56	3.141	0,37
Paulo Afonso	136	1,69	411	0,70	1.411	0,17
Serrinha	475	5,91	1313	2,22	4.300	0,51
Jequié	247	3,07	1267	2,15	3.521	1,02
Itapetinga	313	3,89	1249	2,12	7.641	0,91
Juazeiro	547	6,81	2225	3,77	12.652	1,52
Jacobina	121	1,51	426	0,72	1.521	0,17
Itaberaba	364	4,53	834	1,41	2.360	0,28
Vitória da Conquista	443	5,51	2868	4,80	21.227	2,53
Irecê	192	2,39	357	0,60	1.471	0,18
Caetité	392	4,88	1173	2,00	16.013	1,91
Barreiras	238	2,96	321	0,54	1.048	0,13
Sta. Maria da Vitória	145	1,80	222	0,38	3.524	0,42
TOTAL	8038	100,00	59020	100,00	837.910	100,00

Fonte: IBGE - Censo Industrial 1970

CAPÍTULO IV



INCENTIVOS FISCAIS: APENAS UM COMPLEMENTO DA EXPANSÃO INDUSTRIAL?

A política econômica para o Nordeste passou por um processo de evolução, onde os acidentes climáticos desempenharam uma dupla função: de um lado justificavam a manutenção de uma política assistencialista e conservadora e ao mesmo tempo, numa contradição dialética muito clara, serviam de manifestações concretas da fragilidade destas "obras contra as secas" como mecanismos de transformação e mudança da estrutura econômica do Nordeste.

Com a seca de 1958, quando as agitações sociais na região do Nordeste assumiram grandes proporções e influenciado pela ação de um grupo de técnicos comprometidos com uma perspectiva "nacional desenvolvimentista", muito aceita na época como modelo de crescimento econômico para a América Latina, o governo federal resolve mudar de política seguindo os conselhos do importante relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

Cria-se a SUDENE com o objetivo de coordenar a política de investimentos e gastos na região e promover uma rápida modernização da economia regional, reduzindo as disparidades com o Centro Sul, supondo um intenso processo de industrialização e mudanças na estrutura da propriedade da terra, com um projeto amplo de reforma agrária.

Como todo programa superestrutural sua viabilidade política depende das forças dos grupos sociais beneficiados, assim como dos grupos de pressão daqueles setores prejudicados com a nova política a ser adotada. Evidentemente que esta análise de benefícios e prejuízos é fortemente influenciada por variáveis conjunturais e comportamentos políticos, de forma que algumas atitudes são aparentemente paradoxais, uma vez que o programa em última instância pode vir a ser excelente para determinado grupo social, que no momento de sua implantação se mostra extremamente reticente a sua aceitação.

Ocorre este fenômeno no Nordeste e a SUDENE sofre pesadas pressões institucionais, especialmente no que se refere a reforma agrária, não conseguindo levar avante o seu plano de modernização da agricultura regional com o objetivo de reduzir o custo de produção da mão de obra, entre outras coisas com a expansão da oferta agrícola de alimentos.

Como dizem Goodman e Cavalcanti de Albuquerque "embora constantemente sejam rendidas homenagens ao conteúdo reformista do GTDN as medidas concretas de política econômica divergiram fundamentalmente das preconizadas no documento.(...) Fatores de Natureza política parecem explicar, em grande parte, o hiato crescente entre o diagnóstico e as prescrições de política social, sendo implementadas com êxito apenas aquelas sequencias de desenvolvimento mais permissivas, que correspondiam ao consenso social e envolviam, em grau menor, conflitos e choques de interesses"(1).

Além dos fatores políticos fundamentais para a diferença entre as proposições e a realização das metas no Nordeste, alguns outros fatores institucionais afetaram os objetivos da SUDENE. No relatório do GTDN se privilegiava o "cambio favorecido" como um instrumento poderoso para favorecer a importação de equipamentos para a modernização da indústria tradicional do Nordeste, entendidos estes "favores" como "compensação" pelas perdas da região com o "confisco cambial" de 1947/53 e que continuou até 1961 (2).

Com a Instrução 204 da SUMOC em março de 1961 desapareciam os fundos de agio, impedindo portanto a importação a "cambio favorecido" que, se prejudicava aos exportadores com o confisco cambial, favorecia amplamente aos setores industriais com a importação de equipamentos a baixas taxas de cambio.

Nas discussões legislativas sobre o I Plano Diretor da SUDENE aparece então o instrumento que viria condicionar todo o desempenho futuro da entidade, servindo como excelente mecanismo de captação de recursos para a região, possibilitando as condições institucionais para a ampliação da taxa de lucros, que permitiria a economia sair de sua fase recessiva no início dos anos 60.

Inspirado em mecanismo recém introduzido na Itália (1959) o Congresso aprovou a isenção de 50% do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas nacionais em todo o país, se este valor fosse empregado em empreendimentos localizados no Nordeste e, como diz Castro, "aparentemente o chamado mecanismo 34/18 viria recompor e reforçar o instrumental de política econômica à disposição da SUDENE em fase de implantação. Na realidade, porém, se converteria no eixo central da política de industrialização da

área, provocando autêntica guinada na sua orientação, num sentido totalmente imprevisto e certamente indesejado na época". (3)

É claro que se este mecanismo, que barateava enormemente o custo do capital, foi o mais "eficiente" para o Nordeste, provavelmente ele poderia representar a medida mais adequada para a expansão das forças produtivas no sistema capitalista brasileiro naquele período, uma vez que não se pode admitir uma racionalidade "ex-ante" para um sistema essencialmente caracterizado por iniciativas de caráter privado, subordinadas as leis do mercado, que "ex-post" determinar os rumos da própria economia.

Tem-se que se considerar que o capitalismo brasileiro no início da década dos 60 iniciava uma fase de recessão necessitando de amplificação máxima de sua taxa de lucros para sua redinamização. Como no centro Sul a concorrência oligopolista predominava principalmente nos setores que mais rapidamente se deslocam para o Nordeste, a expansão da "fronteira econômica para áreas "periféricas" do sistema era uma necessidade estrutural.

Se esta dilatação da "fronteira econômica" poderia se fazer com a redução do custo do capital melhor ainda, uma vez que assim se conseguiria uma maior amplificação da taxa de lucros, com seus efeitos estimulantes sobre os investimentos e as atividades econômicas como um todo.

Como já referido, no momento em que as atividades no Centro Sul apresentam seu menor desempenho é exatamente a hora quando os investimentos no Nordeste se aceleram, deslocando para esta região a estrutura oligopólica já existentes na região de origem, nos chamados setores "dinâmicos" da indústria.

Esta afirmativa de transposição regional do mercado oligopolista pode ser atestado pela comparação da estrutura industrial do nordeste com o centro sul. "Dos 16 subsetores que resumem a estrutura industrial do país, 11 estão se reproduzindo na estrutura industrial do Nordeste e além disto, são as empresas mais importantes dos subsetores e dos ramos que estão, diretamente, implantando unidades de produção no Nordeste e, é lógico pensar, que não o estão fazendo para concorrerem com suas matrizes na região Sudeste ou em outras regiões do país" (4).

O que na realidade ocorre, segundo as palavras de Francisco de Oliveira e Henri Philippe Reichstul é que as empresas novas

que se implantam no Nordeste não buscam conquistar mercados, mas "ao expandir-se para o Nordeste (visam) preservar mercado consolidando suas posições no ramo industrial em que já são importantes" (...) em um processo que não é somente da homogeneização monopolística global, mas setorial" (5).

Para compreender esta macrodinâmica global do sistema de incentivos fiscais é necessário que se façam algumas referências a sua dinâmica institucional. Criado com o I Plano Diretor da SUDENE, o sistema permitia a todas as empresas com capital 100% nacional o abatimento de 50% do Imposto de Renda devido, para ser aplicado em empreendimentos localizados no Nordeste.

Mais tarde, com o II Plano Diretor, no artigo 18 da lei 4.239 de junho de 1963, este benefício é estendido as empresas estrangeiras sediadas no Brasil e passa a ser conhecido como mecanismo 34/18. Este sistema se constitui de três agentes: a empresa optante, a empresa beneficiária e a SUDENE/BNB.

A empresa optante é qualquer pessoa jurídica do país que de seje utilizar 50% do seu imposto de renda para aplicação em empreendimentos no Nordeste. Esta pessoa jurídica deverá depositar o valor correspondente no Banco do Nordeste do Brasil em conta bloqueada que só poderá ser movimentada com autorização da SUDENE.

No prazo de três anos a empresa optante deverá indicar qual o projeto industrial ou agrícola que deverá receber seus recursos, sob pena dos depósitos serem transferidos para o Fundo de Pesquisa e de Recursos Naturais do Nordeste (FURENE).

A empresa beneficiária é aquele empreendimento localizado no Nordeste que teve seu projeto econômico financeiro aprovado pela SUDENE e foi considerada como importante para o desenvolvimento regional. A empresa optante pode empregar seus recursos em projetos próprios, ou como na maioria dos casos em projetos de terceiros.

Com a classificação das empresas beneficiárias em várias classes, a SUDENE pretende uma melhor orientação da política de investimentos regional o que não tem conseguido satisfatoriamente. Os projetos são classificados em cinco tipos, com autorização para a utilização de até 75% do valor dos investimento total, menos os financiamentos de outras fontes, com recursos do sistema 34/18 na classe A.

Para a classificação dos projetos, a SUDENE adota um sistema de pontos privilegiando os projetos localizados em regiões mais atrasadas do Nordeste, os projetos de infra estrutura, os que envolvam substituição de importações, tenham maiores "backward and forward linkages" com a região e outros critérios (6) como a absorção relativa de mão de obra, apesar das críticas levantadas a estes critérios (7) especialmente no que se refere a penalização sobre os projetos altamente intensivos em capital.

Classificados os projetos nas cinco categorias estão eles aptos a se candidatarem aos benefícios do sistema 34/18, buscando os recursos junto as empresas optantes, criando desta forma um mercado de capitais cativo, que a partir dos anos 70 vai se tornar em um ponto crítico para sistema, devido a elevação das comissões pagas aos intermediários entre empresas optantes e beneficiárias.

A partir de 1970 com a ampliação do número de projetos aprovados pela SUDENE a redução relativa dos recursos aportados ao sistema 34/18 devido a diversificação dos programas de incentivos fiscais federais para SUDAM, EMBRATUR, IBDF, PIN, PROTERRA e outros programas, o mercado cativo de capitais para o Nordeste começou a enfrentar uma crise de escassez de recursos, levando as empresas beneficiárias a disputa pelos recursos, aumentando as taxas de comissões aos intermediários financeiros, o que veio distorcer enormemente o sistema, instituído com o objetivo de reduzir o custo da capital para a maximização da taxa de lucros.

Evidentemente que esta escassez relativa da oferta afetou apenas os pequenos e médios empreendimentos, sem fortes ligações com grupos do Centro Sul, uma vez que os grandes projetos tinham assegurados os seus recursos pelos grupos empresariais oligopolistas da região Sudeste.

Além destes aspectos "negativos" do mercado de capitais do 34/18 destaque-se também que a defasagem entre os depósitos no BNB pelas empresas optantes e os saques das beneficiárias permitiu ao Banco do Nordeste a ampliação de suas operações de crédito na região, aumentando a oferta de fundos para financiamento a longo prazo e dinamizando as atividades econômicas regionais como um todo.

Depois de descrita sumariamente a dinâmica institucional do sistema 34/18 vê-se claramente que o objetivo fundamental de sua criação foi a redução do custo de capital (8) em um momento em que a economia brasileira começava uma fase de recessão.

As altas taxas de retorno dos investimentos no Nordeste já foram detectadas por diversos autores, apesar da polêmica que pode se estabelecer no que se refere a mensuração contábil dos lucros destes empreendimentos. O que ocorre é que o custo de oportunidade privado de parte do capital investido seria zero, uma vez que seu uso alternativo seria a entrega ao Governo sob a forma de imposto de renda, daí justificando-se a afirmativa de alguns empresários de que "o que der o investimento no Nordeste já é bom, pois é melhor que pagar imposto". Lógico que, após a opção pelo sistema 34/18, o investimento se destinará para aqueles setores de maior lucratividade, tendo como custo de oportunidade o lucro médio do sistema.

Considerando as diversas classificações adotadas pela SUDENE que permite até 75% do investimento total menos o financiamento de outras fontes ser coberto com recursos do 34/18 há empreendimentos em que o empresário necessita entrar apenas com 12,5% do capital total, obtendo 37,5% no sistema 34/18 e os 50% restantes como financiamento a longo prazo do BNB a juros subsidiados, mas admitindo-se de um modo geral que a composição dos projetos da SUDENE é de 50% de financiamento, 25% de 34/18 e 25% de recursos próprios a taxa de lucratividade sobre os recursos próprios será elevada.

Tomando-se os calculos de Bacha, Barbosa Araujo, Milton da Mata e Lyrio Modenesi para as taxas internas de retorno e as comparando com as calculadas por Langoni verifica-se que as taxas calculadas para os projetos da SUDENE superam as calculadas para as SA do Brasil em 1967 em 12 dos 14 setores para os quais existem dados, tendo em média de 22%, enquanto as SA apresentam uma taxa média de retorno sobre o ativo fixo da ordem de 13% ao ano.

## TAXAS INTERNAS DE RETORNO POR SETORES (%aa)

SETORES	S U D E N E (1)	SOCIEDADE ANONIMA (2)
Construção	—	31
Minerais não metálicos	17	19
Mineração	—	7
Metalúrgica	16	6
Mecânica	20	14
Material Elétrico	24	20
Material de Transporte	20	—
Madeira	36	21
Mobiliário	37	11
Papel	22	6
Borracha	22	4
Couro	29	14
Química	22	26
Produtos Farmacêuticos	37	—
Produtos Perfumaria	70	—
Prod. Matérias Plásticas	36	—
Textil	22	1
Vestuário e Calçados	34	7
Alimentos	30	25
Bebidas	17	—
Editorial	24	43
Diversos	29	—
Média	22	13

FONTE: Vide nota 16

Desta forma verifica-se que os empreendimentos industriais no Nordeste apresentam uma rentabilidade superior ao conjunto do país apesar de sua pequena participação relativa e da não consideração dos aumentos desta taxa de lucros ao levar-se em conta o custo de oportunidade deste capital.

Deve-se destacar no entanto que os dados apresentados referem-se a números de projetos e portanto merecem grandes ressalvas de vido aos possíveis desvios decorrentes das mudanças do planejamen-

to durante os processos de implantação, assim como as distorções decorrentes do próprio ajustamento que as empresas fazem de seus projetos com vistas a aprovação pela SUDENE.

O que releva considerar é que o sistema 34/18, principalmente a partir de 1965 conseguiu atrair um grande volume de recursos com vistas a implantação de novas unidades industriais e ampliação e modernização das anteriormente existentes. No caso da Bahia foram aprovados 275 projetos até de junho 1974, com um investimento total da ordem de 11.227.188 mil cruzeiros a preços de janeiro de 1974, com uma parcela correspondente a 34/18 da ordem de 3.845.248 mil cruzeiros ou equivalente a 34,25% do investimento total, em projetos industriais(214) agropecuários(47) de telecomunicações (02) e de turismo (12).

"Certamente não se pode atribuir a febre de inversões integralmente ao mecanismo que vem encaminhando para o Nordeste importante fração do imposto devido pelas empresas de todo o país. Certo número de empresas entre aquelas que vieram a valer-se do 34/18 teriam, de qualquer forma realizado aplicações valendo -se inclusive de outros incentivos oferecidos na área", diz Castro (10) confirmando as hipóteses deste trabalho de que o sistema de incentivos fiscais poderia ter vindo apenas intensificar uma tendência histórica da expansão capitalista no Brasil, sem contudo mudar a sua direção. Ainda que não existam elementos disponíveis que fundamentem inquestionavelmente esta hipótese, diz-se que os investimentos poderiam se destinar ao Nordeste em função de outras vantagens, como a existencia de recursos naturais, mão de obra mais barata, concorrência oligopolista no Centro Sul, em determinados setores, e outros motivos que seriam objetos de outros futuros estudos mais abrangentes.

O fato do sistema 34/18 conseguir atrair tantos recursos de deus devido a redução do custo do capital implícita nêle, assim como a sua perfeita adequação a necessidade estrutural do sistema de apliar sua "fronteira econômica", com uma maior homogenização do espaço econômico brasileiro, verificando-se uma apiação do mercado oligopolista tanto de um ponto de vista global, como setorialmente visando "não apenas manter suas posições do merca-



do brasileiro como um todo, mas adiantando-se a possíveis expansões da demanda para o que a implantação de unidades no Nordeste pode ser estratégica, no sentido de ganhar uma porção maior ainda de mercado nacional" (11).

As tendências evidenciadas pelo processo de crescimento do valor da transformação industrial nas décadas de 50 e 60 já indicavam que o parque industrial baiano se voltava para uma maior especialização nos ramos produtores de bens de capital e de produtos intermediários, o que os projetos da SUDENE vão acentuar.

Isto não quer dizer que a estrutura industrial baiana tradicional teria este desempenho sem a existência do mecanismo 34/18. O que ocorre é que com uma crescente integração à economia nacional, os padrões de industrialização seguidos pela região não se baseavam mais em parâmetros regionais, mas eram condicionados fundamentalmente pelas necessidades estruturais do sistema em expansão, que precisava melhorar os seus suprimentos de produtos intermediários, ao tempo em que ampliava seus mercados na década de 50.

Tomando-se a estrutura dos investimentos aprovados para o Estado até junho de 1974 verifica-se por exemplo que os 78 projetos de indústrias produtoras de bens de capital absorvem 40,5% do investimento total, que somados aos 52,7% dos 62 projetos produtores de bens intermediários vão totalizar 93,2% do valor total dos investimentos a preços de janeiro de 74 como se vê a seguir:

SUMÁRIO DOS PROJETOS INDUSTRIAIS APROVADOS, CLASSIFICADOS DE ACORDO  
COM O DESTINO PREDOMINANTE DO PRODUTO 1960/JUNHO 1974  
VALORES EM Cr\$ DE JANEIRO DE 1974

S E T O R	PROJETOS Nº	MÃO DE OBRA	%	INVESTIMTO. TOTAL	
				CR\$1.000,00	%
BENS DE CAPITAL	78	17936	47,3	4.012.506	40,5
Min. n/metálicos	30	5016		791.536	
Metalúrgica	20	6598		2.472.163	
Mecânica	10	2017		219.516	
Mat. Elétrico	8	1518		203.143	
Mat. Transporte	4	826		89.696	
Minerais	6	1961		236.452	
BENS INTERMEDIÁRIOS	62	12159	32,1	5.211.945	52,7
Madeira	8	1544		157.864	
Papel e Papelão	6	777		120.153	
Borracha	3	774		260.860	
Couros e Peles	2	132		12.478	
Química	42	8883		4.658.825	
Prod. Farmacêuticos	1	49		1.765	
BENS DE CONSUMO	37	7834	20,6	669.350	6,8
Mobiliário	1	89		1.572	
Textil	5	2037		129.101	
Vestuário	5	1671		72.640	
Prod. Alimentares	12	1317		158.494	
Bebidas	4	1071		171.116	
Prod. Perfumaria	1	118		19.809	
Prod. Mat. Plástica	2	194		17.207	
Fumo	2	656		20.721	
Editorial e gráfica	2	247		38.328	
Diversos	3	434		40.362	
<u>T O T A L</u>	177	37929	100,0	9.893.801	

Fonte: SUDENE

Considerando os investimentos como variável dinâmica por excelência no processo de acumulação de capital e indicadora de rumos expansão do sistema, pode-se verificar que a estrutura dos investimentos dos projetos aprovados pela SUDENE, principalmente a partir dos meados da década de 60 parece significativamente semelhante a estrutura de investimentos detectada para 1966, por exemplo, pelo Registro da Produção Industrial do IBGE, referentes a empresas responsáveis por 95% do valor da produção industrial no ano como se vê abaixo:

Ordenando as duas distribuições e calculando o coeficiente de Spearman encontra-se um valor de .5799 significativo a 99% indicando uma grande correlação direta na ordenação das duas distribuições, podendo comprovar a hipótese de que os investimentos anteriores ao sistema 34/18 já assumiam os padrões que se intensificariam mais tarde com o sistema de incentivos.(12)

Esta conclusão também pode ser alcançada com a regressão dos investimentos por setores dos projetos pela SUDENE sobre os investimentos por setores registrados em 1966 com um coeficiente de determinação da ordem de .7387 e um coeficiente de correlação de .8595 indicando a grande associação direta entre as duas distribuições. O teste F indica um valor de 50,90 altamente significativo a 99%, quando o F crítico para 1 e 18 graus de liberdade é 8.29, podendo-se afirmar que a regressão é representativa da população geradora.

COMPARAÇÃO DA ESTRUTURA DE INVESTIMENTOS DOS  
 PROJETOS DA SUDENE (1960 / JUNHO 1974) COM  
 OS DADOS DO REGISTRO INDUSTRIAL DE 1966

	SUDENE Cr\$1.000 *	REGISTRO INDUSTRIAL 1966 Cr\$1.000 CORRENTES
BENS DE CAPITAL	<u>4.012.506</u>	
MINERAIS NÃO MET.	791.536	1.987
METALURGICA	2.472.163	647
MECANICA	219.516	323
MAT. ELETRICO	203.143	-
MAT. TRANSPORTE	89.696	871
MINERAIS	236.452	1.470
BENS INTERMEDIÁRIOS	<u>5.211.945</u>	
MADEIRA	157.864	871
PAPEL E PAPELÃO	120.153	272
BORRACHA	260.860	250
COUROS E PELES	12.478	107
QUIMICA	4.658.825	2.071
PROD. FARMACEUTICOS	1.765	-
BENS DE CONSUMO	<u>669.350</u>	
MOBILIÁRIO	1.572	607
TEXTIL	129.101	4.313
VESTUÁRIO	72.640	220
PROD. ALIMENTARES	158.494	1.497
BEBIDAS	171.116	738
PROD. PERFUMARIA	19.809	191
PROD. MAT. PLASTICA	17.207	555
FUMO	20.721	669
EDITORIAL E GRAFICA	38.328	230
DIVERSOS	40.362	98
TOTAL	<u>9.893.801</u>	<u>33.954</u>

Fonte: SUDENE e Produção Industrial IBGE 1966

\* Preços constantes Janeiro 1974

Evidentemente que estas simples evidências estatísticas não podem ser tomadas como indicação definitivas do comportamento das forças econômicas do Estado. Porém elas podem ser mais uma indicação das tendências já apresentadas que configuram um amplo processo de expansão das forças produtivas em moldes capitalistas na Bahia desde os fins da II Guerra Mundial e que se intensificaram nos anos mais recentes.

A instrumentalização superestrutural deste processo foi favorecida pela existência dos incentivos fiscais, porém não se pode admitir que êles tenham desviado os rumos históricos que já se verificavam na economia baiana. Não se quer com estas afirmações definir-se nenhuma posição fatalista para o devenir da sociedade, no entanto, é preciso se destacar as determinações em última instancia da infraestrutura econômica sobre o comportamento das forças produtivas e a sociedade como um todo.

Escolhido o investimento como variável indicadora deve-se afirmar que êle é o mais sensível as variações conjunturais, assim como expressa as tendências das forças econômicas vivas, que empregam seus excedentes exatamente naqueles setores que apresentam melhores perspectivas de rentabilidade, assegurando desta forma a expansão do processo de reprodução e acumulação de capital.

Além do sistema 34/18 podem ser referidos outros mecanismos de estímulo aos investimentos no Nordeste como sejam a isenção de 50% do imposto de renda para todas as empresas industriais e agrícolas instaladas no Nordeste com validade até 1978, segundo o art. 1 do decreto nº64.214 de 18/3/69, independente da dedução dos 50% sobre a metade restante, para emprego em outras empresas no próprio nordeste, de forma que as empresas nordestinas seriam obrigadas a pagar apenas 25% do imposto de renda devido.

De acordo com o art. 2º do mesmo decreto os empreendimentos instalados no Nordeste depois de 12/7/63 e até 31/12/71 gozam de isenção total do imposto de renda pelo período de 10 anos, representando mais um incentivo para os empreendimentos localizados na região, assim como existem outros que beneficiam as pessoas físicas, permitindo o abatimento da renda bruta do valor das

ações compradas de empresas do Nordeste, apesar de não poder superar 50% da renda bruta para efeito de imposto de renda (art. 14 da lei 4.357/64).

Também no âmbito estadual existem incentivos fiscais para a instalação de empresas no Nordeste como a isenção de 60% do Imposto de Circulação de Mercadorias que são recolhidos ao Desenbanco, podendo ser mobilizados para projetos de ampliação e modernização do capital fixo e em alguns casos para capital de giro das empresas beneficiadas.

Na esfera estadual deve-se referir também a outros incentivos para a localização industrial, especialmente a determinação de áreas de concentração com economia externas de infraestrutura básica e as vantagens de economia de aglomeração como o Centro Industrial de Aratu e outros centros industriais no Interior.

Estas áreas desempenham um importante papel na atração das novas atividades industriais devido as vantagens que oferecem para os empresários, em consequência dos pré investimentos realizados pelo setor público na área de transportes, energia, água, comunicações e terrenos.

Deve-se referir também que o processo de intensificação expansão industrial baiana encontrou ambiente político regional favorável com o início de um sistema estadual de planejamento. Já em 1935 Juracy Magalhães determinava um programa de ação de apoio ao cacau, fumo e à pecuária constituindo o núcleo inicial do que seria mais tarde o Banco do Estado da Bahia (BANEB).

Em 1958, Inácio Tosta Filho dirige para Otávio Mangabeira estudos e pesquisas reunidos em um Plano de Ação Econômica para o Estado da Bahia e no governo de Antonio Balbino é criada a Comissão de Planejamento Econômico, que formula o "Programa de Recuperação Econômica da Bahia" identificando como causas da instabilidade da economia baiana:

- a. flutuação nas safras agrícolas
- b. flutuações dos preços no exterior
- c. inadequação regional da política monetária federal
- d. falta de capitais e mão de obra qualificada.

Para superar estes problemas propunha medidas destinadas a ampliar os investimentos publicos estaduais no setor de infraestrutura básica, especialmente em transportes e comunicações.

Novamente com Juracy Magalhães se elabora um Plano de Desenvolvimento da Bahia (Plandeb) que visava a elevação da renda per capita de 3% ao ano, com investimentos da ordem de 71 bilhões de cruzeiros correntes, com a participação estadual da ordem de 20%.

No governo de Lomanto Junior foram realizados vários trabalhos de análise da economia baiana, mas a ênfase foi a Reforma Administrativa do Estado, sendo que o governo de Antonio Carlos Magalhães intensificou claramente as tendencias industrialistas, já prevalecentes com a consolidação do Centro Industrial de Aratu e início da implantação do Polo Petroquímico de Camaçari. (13)

Evidentemente que este arcabouço superestrutural que se montou ao longo dos ultimos 20 anos serviu para instrumentalizar ainda mais o processo de expansão das forças produtivas na Bahia, ainda que se possa destacar que, o Plandeb por exemplo, não conseguiu mobilizar as forças econômicas do Estado, fato que se reflete em seu pequeno debate legislativo, o que pode ser considerado como uma das causas de seu fracasso.

Destaca-se assim de um lado a inviabilidade de planejamento sem participação política das forças sociais interessadas, assim como por outro lado indica mais uma vez a grande integração nacional da economia baiana, uma vez que apesar da pequena participação de determinados grupos de interesses regionais, o processo de expansão da economia no Centro Sul foi capaz de estimular e intensificar as mudanças na economia baiana.

No entanto ressalta o fato de que acoplado as mudanças institucionais que permitiram a intensificação da industrialização no Estado existiu a formação de grupos de tecnicos, políticos e empresários que assumiram a liderança do processo na Bahia, mesmo admitindo-se que em última instancia êles estariam apenas atendendo as necessidades estruturais de expansão capitalista no Brasil.

Aparentemente existe uma controversia entre os "interesses" das industrias do Centro Sul com as nordestinas, mas todo êste tra-

balho tem procurado demonstrar que, no mínimo, o que existe é uma complementação orgânica, não admitindo-se desta forma as formulações que referem-se a "exploração" do Nordeste pelo Sul, assim como são inadmissíveis as concepções que procuram caracterizar um "beneficiamento desigual" para o Nordeste por parte do Govêrno Federal.

O que se verifica é o sistema capitalista dilatando suas dimensões como necessidade para sua própria sobrevivência e desta maneira incorporando as novas áreas ao seu modo de produção, visando a maximização dos lucros e de acordo com as características históricas próprias do Brasil, tentando homogeneizar o espaço econômico no mercado oligopolista já predominante nas regiões mais capitalizadas do país.

Não há nisso nenhum objetivo perverso ou explorador. Há uma tendência histórica bem determinada, que persistirá enquanto existirem condições para a expansão das forças produtivas, sob o regime da propriedade privada e da primazia das leis do mercado, e neste rumo necessariamente algumas atividades serão prejudicadas e os conflitos entre classes se intensificarão, mesmo que em determinados momentos, possam aparentar configurações regionais.

Neste esquema geral de incentivos para a localização no Nordeste e mais especificamente na Bahia observa-se que existem alguns indícios de preocupação com a intensificação das exportações regionais para o exterior. As isenções totais de imposto de renda para as novas empresas instaladas no Nordeste podem sofrer restrições se os produtos forem considerados pela SUDENE como não essenciais para o desenvolvimento regional, a não ser que se destinem a exportação.

Também no sistema de pontos da avaliação dos projetos da SUDENE as empresas que destinem mais de 40% de sua produção para o exterior são privilegiadas de forma que pode-se admitir que não existe uma incompatibilidade aberta entre os incentivos as exportações e os incentivos para a localização no Nordeste.

No entanto, analisando-se o sistema de incentivos a exportação de âmbito nacional verifica-se que a necessidade de expansão do capitalismo brasileiro para outras áreas se manifestou também!



no que se refere as suas relações com o exterior.

Adotando uma perspectiva de profunda integração com o sistema capitalista internacional, com estímulos ao capital estrangeiro, com uma política de crescentes déficits na balança de pagamentos em conta corrente, e com uma estrutura de importações onde os produtos de alta elasticidade renda são bastante relevantes, a economia brasileira necessitava também estruturalmente ampliar suas exportações, para evitar que a política de endividamento externo viesse a se constituir rapidamente em um entrave a expansão do sistema.

Foram criados então uma série de mecanismos destinados a estimular as exportações, favorecendo principalmente os produtos manufaturados, que eram por seu turno os mais intensivos em capital e eram produzidos em grande parte por corporações internacionais.

Entre estes mecanismos de incentivo às exportações podem ser referidos a lei 4.502 de novembro de 1964, a lei 4.663 de junho de 1965, o decreto lei nº 37 de novembro de 1966, a Constituição de 1967 e outros ordenamentos legais.

De acordo com a lei 4502/64 os produtos exportados estão isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, enquanto a lei 5663/5 estabelece que as empresas podem deduzir do seu lucro tributável, para efeito de imposto de renda, o percentual equivalente ao de suas exportações em relação às vendas totais.

O decreto lei nº 37/66 permite a devolução dos impostos de importações incidentes sobre as matérias primas e produtos intermediários utilizados para a produção de bens exportáveis e a Constituição de 1967 isenta do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) os produtos manufaturados exportados.

Além destes diplomas legais pode ainda ser considerado como importante incentivo as exportações o decreto lei 491/69 que estabelece o crédito fiscal sobre o IPI. Assim a firma exportadora pode creditar-se de até 15% do valor das vendas como se tivesse pago o IPI e utilizar este crédito fiscal para outros tributos federais relativos ao mercado interno, compensação de exercícios seguintes, podendo ainda ser transferido para outros estabelecimentos da mesma empresa.

Dentro do mesmo espírito estabeleceu-se o crédito fiscal de ICM equivalendo portanto a duplicação dos benefícios fiscais: de um lado a empresa é isenta de ICM e IPI e de outro utiliza o valor que pagaria de tributos para ressarcir-se de outras opera - ções tributáveis.

Para estimular a produção interna de bens para a exportação o decreto lei 1.189/71 permite que as empresas produtoras destes bens manufaturados adquiram no exterior máquinas e equipamentos' isentos do imposto de importação e IPI independente da existen - cia de similar nacional até o limite de 10% do incremento de ' suas exportações em relação ao ano anterior.

Também com o mesmo objetivo, o decreto lei 1.236/72 permite a importação, desde que ouvidos os Ministros da Fazenda e Indús - tria e Comércio e aprovado pelo Presidente da Republica, de con - juntos industriais completos desde que se destinem essencialmen - te a exportação.

Com esta apresentação sumária do sistema de incentivos fis - cais para as exportações verifica-se claramente a tendencia de ' beneficiar mais intensamente os produtos manufaturados, numa ten - tativa de diversificação da pauta de exportações do país, redu - zindo portanto a participação relativa dos produtos primários, cu - ja situação no mercado internacional tende a se deteriorar, ape - sar das melhorias conjunturais observadas para alguns produtos. ' durante algum tempo.

Também os incentivos creditícios (Finex, Resolução 71, etc) tendem a privilegiar as exportações de manufaturados, consideran - do-se que elas se constituem em elementos altamente dinamicos , permitindo minorar os problemas de balança de pagamentos do Bra - sil, que de um lado aumenta enormemente sua dívida externa, one - rando as transações correntes com elevado serviço da dívida e por outro busca minorar estes efeitos sobre as divisas com a ex - pansão das exportações.

A política de "mini-desvalorizações" é um outro instrumento de incentivo para as exportações, uma vez que garante uma relati - va estabilidade da renda real dos exportadores e desestimula a especulação dom desvalorizações repetidas em pequenos e desigua - is intervalos de tempo a taxastambém reduzidas, de forma que a

desvalorização média anual equivale ao excesso da inflação interna sobre a externa.

Do ponto de vista nacional este sistema foi altamente eficiente elevando as exportações brasileiras de manufaturados de 41 milhões de dólares em 1963 para 2.838,3 milhões de dólares em 1974, indicando uma elevação média anual da ordem de 47%, enquanto as exportações totais aumentavam de 17% médios anuais passando de 1.406,5 milhões de dólares para 7.967,7 milhões no mesmo período. (13)

Porém se do ponto de vista nacional o sistema teve êxito, a pauta de exportações da Bahia não sofreu grandes mudanças no período em consideração, no que se refere as suas relações com o exterior, apesar da grande intensificação do comércio interregional. A participação dos produtos manufaturados nas exportações baianas passa de 0,2% das exportações totais em 1963 para 2,5% em 1973 conforme se pode ver a seguir:

EXPORTAÇÕES INTERNACIONAIS POR CLASSES DE MERCADORIAS % SOBRE O VALOR  
US\$ BAHIA 1963/1973

ANOS	TOTAL	PRIMÁRIOS (1)	MANUFATURADOS (2)	OUTROS (3)
1963.	100,0	99,7	0,2	0,1
1964	100,0	99,7	0,2	0,1
1965	100,0	96,6	0,3	0,1
1966	100,0	99,5	0,3	0,2
1967	100,0	99,5	0,2	0,3
1968	100,0	99,3	0,4	0,3
1969	100,0	98,2	0,6	1,2
1970	100,0	97,5	1,6	0,9
1971	100,0	97,0	2,6	0,4
1972	100,0	95,8	4,0	0,2
1973	100,0	97,1	2,5	0,4
MÉDIA		98,45	1,17	0,38
DESVIO PADRÃO		1,389	1,314	0,354
VARIÂNCIA		1,9293	1,7266	0,1253
SOMATÓRIO		1082,9	12,7	4,4
COEFICIENTE DE VARIÂÇÃO		0,0141	1,1231	0,9316

Fontes: DGE/CPE

- Notas: 1)- Primários - Classes I, II, e IV da N.B.M.  
2)- Manufaturados: Classes V, VI, VII, VIII da N.B.M.  
3)- Outros: Classes IX da N.B. M.

Considerando os coeficientes de variação para as três distribuições no entanto verifica-se que enquanto os produtos primários mantiveram sua participação praticamente inalterada com uma variação de 1,41% no período os manufaturados ampliaram muito mais sua proporção das exportações, dando uma dispersão de 112,31%, ao passo que os outros produtos ampliaram sua variação de 93,16%.

Ritz também já havia concluído sobre o pouco dinamismo das exportações internacionais baianas, apresentando um "índice de dinamismo"(14) pela composição dos coeficientes de regressão sobre o tempo e o coeficiente de determinação das quantidades exportadas e preços médios, separando os produtos mais ou menos dinâmicos e os estagnados ou em decadência como se segue:

## DINAMISMO DOS PRODUTOS EXPORTADOS - 1950/69

	Preço		Quantidade		Índice Composto(1)
	$b_p$	$r^2_p$	$b_q$	$r^2_q$	
I- Dinâmicos					
Sisal	-4,39	,21	6,52	,92	+ 5,07
Minérios	-3,39	,24	5,31	,79	+ 3,38
Madeiras	6,98	,22	4,53	,32	+ 2,98
Couros e Peles	1,43	,036	6,63	,38	+ 2,56
Mamona	2,9	,51	2,35	,47	+ 1,88
Mant.Cacau	0,42	,057	3,52	,54	+ 1,88
II-Estagnados					
Fumo	-2,28	,47	2,05	,21	- 0,64
Cacau em Amend.	-2,89	,25	-1,88	,096	- 0,90
Piaçava	-1,13	,12	-2,35	,45	- 1,19
Café	-3,12	,39	-1,36	,014	- 1,25
Torta de Cacau	-9,47	,26	-0,95	,002	- 2,44
Ceras Vegetais	-4,19	,35	-18,25	,53	-11,14

Fonte: Dados da amostra (1950/69)DEE

Notas:  $I_c = b_p r^2_p + b_q r^2_q$

$b =$  coeficiente de regressão

$r^2 =$  " " de determinação

Ainda segundo Ritz, a categoria dos produtos menos dinâmicos é mais significativa, agrupando produtos responsáveis por mais de 65% do total das exportações internacionais da Bahia, inclusive os dois produtos de maior peso como o cacau em amendoas e o fumo, levando-o portanto a concluir pelo pouco dinamismo das exportações baianas.

Entre as causas deste pequeno incremento, Ritz apresenta a política comercial brasileira, a conjuntura internacional e a própria pauta das exportações que como já vimos não se altera significativamente ao longo do tempo, já que pode-se afirmar que as proporções relativas dos produtos primários, manufaturados e outros mantêm-se relativamente estáveis.

O que é importante considerar no âmbito deste trabalho é se o sistema de incentivos as exportações está conseguindo dirigir a economia do estado para os produtos industrializados que podem ser beneficiados com eles ou se o sistema de incentivos para a localização no Nordeste traz como um sub produto o incremento das exportações.

A indústria baiana fundamentalmente volta-se para as vendas interregionais, sendo pequena a parcela das vendas destinadas ao exterior, principalmente nos setores ditos dinâmicos da indústria, com exceção dos setores produtores de algumas matérias primas (ferro silício, ferro maganês, etc...), ramo moderno de produtos alimentares (sucos de frutas p.ex.), química e o tradicional setor de fumo.

Tomando-se os dados do Registro Industrial do IBGE que indicam o comportamento dos estabelecimentos responsáveis por 90% do valor da produção industrial do estado no que se refere ao destino das vendas verifica-se que o setor extrativo mineral apresenta um grande coeficiente de exportações, assim como o setor químico e fumo, sendo seguidos pelo ramo de madeiras como se vê a seguir:

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS VENDAS PARA O EXTERIOR SOBRE  
AS VENDAS TOTAIS, BAHIA- REGISTRO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL  
1966/1969 - SETORES QUE REGISTRARAM EXPORTAÇÕES

	1966	1967	1968	1969
TOTAL GERAL	11,91	13,13	15,41	14,12
EXTRATIVA MINERAL	23,66	17,34	2,50	11,11
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	11,46	12,98	15,81	14,21
METALURGICA	0,06	0,13	0,12	2,30
MADEIRA	12,19	3,14	8,92	1,08
BORRACHA	-	-	0,10	0,43
COUROSE PELES	0,75	1,13	0,34	1,35
QUIMICA	16,47	22,81	27,09	25,42
PROD. PERFUMARIA	-	-	0,16	-
TEXTIL	9,11	6,99	8,03	1,17
PROD. ALIMENTARES	0,78	1,54	3,38	0,77
FUMO	16,59	15,32	13,55	7,52

Fonte: Produção Industrial IBGE

Nota: Os dados correspondem a estabelecimentos responsáveis por 90% do valor da produção industrial da Bahia.

Não se pode admitir com muito realismo que o grande coeficiente de exportações dos setores químico e de fumo por exemplo sejam resultantes do sistema de incentivos as exportações, uma vez que apresentam este tipo de comportamento antes da vigência dos incentivos.

No setor extrativo mineral pelas próprias características do produto e pelos padrões locacionais que o setor assume, com uma grande importância pela proximidade de ocorrências naturais dos minerais, também não se pode destacar os incentivos fiscais como elementos determinantes da localização na Bahia deste tipo de atividades.

Desta forma, parece não existir indícios claros de que o sistema de incentivos para as exportações venha surtindo efeitos relevantes na Bahia, podendo-se chegar a afirmativa de que a expansão que se observa nas exportações de manufaturados do estado pode ser mais um subproduto da industrialização acelerada do estado, que por seu turno segue os rumos de expansão capitalista do país, estimulado pelas condições superestruturais criadas pelos incentivos fiscais para a localização no Nordeste.

Analisando-se os dois sistemas superestruturais não se encontram também indícios de elementos excludentes, havendo muito mais uma complementariedade entre os dois, de forma que parece que os padrões de localização não são essencialmente determinados pelos incentivos, mas seguem padrões infraestruturais como a disponibilidade de matérias primas para alguns produtos, a proximidade dos mercados consumidores para outros e as interligações setoriais para ainda outros tipos de atividades industriais.

Como já destacado, os sistemas de incentivos tem por objetivo a maximização da taxa de lucros, visando redinamizar a economia, reduzindo o custo do capital no caso da SUDENE e aumentando o valor do excedente no caso do sistema de incentivo das exportações, pelo subsídio real ao preço de venda.

Neste sentido é bastante difícil uma comparação quantitativa para os benefícios dos dois sistemas. Enquanto o 3418 destina-se fundamentalmente a estimular os investimentos, subsidiando o capital ao lado de outros mecanismos que facilitam a implantação de novas unidades Nordeste, o sistema de incentivos para a exportação beneficia as empresas em outro estágio de produção, redu

zindo o custo real com grandes subsídios aos preços de vendas, resultantes de empresas já em operação.

Se há aditividade entre os dois sistemas, ou pelo menos eles não são excludentes como parece indicar a legislação e o próprio comportamento das forças econômicas, cabe ainda investigar as razões que não impulsionam fortemente a produção manufatureira de produtos destinados à exportação, como seria de esperar.

No entanto, mais uma vez pode-se chegar a admitir que o sistema de incentivos, tanto pela localização no Nordeste como para a promoção das exportações, parecem não ser as razões fundamentais para a determinação dos investimentos. Talvez a análise das outras determinações para a localização dos empreendimentos industriais possa explicar os motivos da industrialização baiana não ser fortemente voltada para a exportação de bens de consumo industrializados, que seriam duplamente beneficiados pelos sistemas de incentivos. Porém isto foge aos objetivos e possibilidades deste trabalho, sendo portanto um campo de estudos aberto para as futuras pesquisas.



NOTAS

- 1) Goodman, D.E. e Albuquerque, R.C. op.cit.p.156
- 2) ..."estabeleceu-se uma diferença constante entre a taxa média ' das importações e a taxa efetivamente recebida pelos exportadores. É essa diferença que se chama "confisco cambial", porque na realidade nada mais representa do que um imposto suplementar pago pelos ' exportadores ao governo federal. No caso da Bahia, comparando a ta xa efetivamente recebida por seus exportadores com a taxa média ' das importações nacionais, observa-se que esse imposto "extra" che gou a representar, nos anos 54/61, quase 20% do valor das exporta ções internacionais do estado ou 3,5% de sua renda interna". Ritz, Armin op.cit.p.66
- 3) Castro, Antonio Barros de op.cit.p.227
- 4) Oliveira, Francisco de e Reichstul, H.P. op.cit.p.158
- 5) Oliveira, Francisco e Reichstul, H.P op.cit.p.156
- 6) "As principais características do sistema de pontos adotado pe la SUDENE na avaliação para efeito de financiamento de projetos in dustriais são as seguintes (aplicáveis para projetos novos ou de mo dernização e ampliação):
  1. Projetos de infraestrutura (geração, transmissão e distribui ção de energia, eletrificação rural e sistemas de telecomu nicação) 25 pontos
  2. Projetos localizados nos estados de:
    - Maranhão e Piauí 25 pontos
    - Rio Grande do Norte e Sergipe 20 pontos
    - Ceará, Paraíba, Alagoas e Minas Gerais 15 pontos
    - Pernambuco e Bahia 10 pontos
  3. Projetos da indústria de transformação:
    - bens de capital ou intermediários básicos 20 pontos
    - outros bens intermediários 15 pontos
    - bens de consumo durável e têxteis 10 pontos

4. Projetos que envolvam substituição de importações do exterior ou que exportem para mercados internacionais pelo menos 40% de sua produção 10 pontos

5. Projetos que adquiram na região pelo menos 80% das matérias primas ou bens intermediários adquiridos ou proporção situada entre 50 e 80% 15 e 10 pontos respectivamente.

6. Projetos que elevem a produtividade de indústria estabelecidas, ainda não beneficiadas com o sistema 34/18 5 pontos

7. Projetos de empresas de capital aberto, conforme definidos pelo Conselho Monetário e pelo Banco Central 5 pontos

8. Projetos que determinem uma participação do trabalho nos lucros tributáveis de 10% ou mais 5 pontos

9. Projetos em que a participação dos salários e encargos sociais excede 25% do valor agregado 3 pontos

10. Projetos que absorvam significativamente mão de obra (desde que utilizam tecnologia adequada o número de pontos (que não poderá exceder 25) é calculado pela fórmula:

$$P = \frac{1}{D_s} 250 + 0,25 E$$

onde  $D_s$  é a razão entre investimento total por pessoa empregada e o valor do mais alto salário mínimo prevalecente no país e  $E$  = número de empregos diretos no projeto.

Além do mais, considerando outros aspectos de essencialidade do projeto, particularmente o tipo de bem a produzir, os fatores locais e a disponibilidade de recursos do 34/18 a SUDENE pode adicionar 10 ou subtrair 15 pontos ao total obtido por cada projeto. De outra parte, os projetos localizados em Salvador e Recife (ou municípios vizinhos) situam-se, na melhor das hipóteses na categoria B podendo portanto receber até 60% de recursos 34/18 (contra 75% para a categoria A). Mencionem-se ainda que os projetos com controle acionário estrangeiro somente podem receber recursos do 34/18 no máximo equivalentes ao total de recursos próprios aportados ao projeto e que a SUDENE pode autorizar a projetos de alta prioridade para o desenvolvimento regional do 34/18 sem referência ao sistema de pontos referido". Goodman, D.E. e Albuquerque, R.C op. cit. p.200

7) Ver especialmente Goodman, D.E., Sena, J.F. e Albuquerque, R.C. Os incentivos financeiros a Industrialização do Nordeste e a escolha de tecnologias in Pesquisa e Planejamento vol.1 nº2 dez.1971' pp.339/341 que mostram a indefinição da fórmula de avaliação de pontos para projetos no que se refere a intensidade de mão de obra.

8) Ver o clássico trabalho de Hirschman, A.O. Desenvolvimento Industrial do NE brasileiro e o mecanismo do crédito fiscal do art. 34/18 in Revista Brasileira de Economia, Dez.1967

9) A taxa média do projeto de 22% é uma média ponderada dos diversos setores tendo como peso os respectivos valores dos investimentos. Estas taxas são de projeto e geralmente são superiores às taxas de retorno "ex-post" calculadas com dados de balanços. Na metodologia adotada para o cálculo desta taxa está incluída entre os custos uma "remuneração do investimento" calculado na base de 12% ao ano sobre o investimento inicial. As estimativas de Langoni para as Sociedades Anônimas são feitas dividindo-se os lucros líquidos das SA pelo valor do ativo imobilizado, sendo consideradas pelo autor como medida da "produtividade marginal do capital". As estimativas de taxa de retorno aqui apresentados são "privadas" livres dos impostos indiretos pagos.

10) Castro, Antonio Barros de op.cit.p.229

11) Oliveira, Francisco de e Reishstul,H.P. op.cit p.158

12) Para o cálculo do coeficiente de Spearman( $r_s$ ) ordenaram-se as duas séries em ordem crescente, calculando-se então as diferenças de "rank" em cada setor. Se elas fossem exatamente da mesma ordenação, os seus desvios seriam iguais a zero fazendo o  $r_s$  ser igual a um, indicando perfeita correlação entre as ordenações das duas distribuições. Elevando-se os desvios ao quadrado para ampliar as diferenças e evitar que a soma algébrica dos desvios se anulassem  $r_s$  foi calculado segundo a fórmula

$$r_s = 1 - \frac{6 \sum di^2}{N^3 - N} = 1 - \frac{6 \cdot 558,75}{8000 - 20} = .5799$$

Para testar a significância deste coeficiente usa-se a estatística "t"

$$t = r_s \sqrt{\frac{N-2}{1-r_s^2}} = 0,5799 \sqrt{\frac{18}{1-0,3363}} = 3,020$$

Para  $N - 2 = 18$  graus de liberdade há 99% de probabilidade de  $t = 2,878$ . Como  $t = 3,020 > 2,878$  pode-se afirmar com o risco de 1% de erro que o  $r_s$  é significativamente diferente de zero, indicando portanto correlação na ordenação das duas séries. Como  $r_s > 0$  pode-se também afirmar que a correlação é direta indicando a mesma ordenação para os investimentos registrados em 1966 e os indicados pelos projetos da SUDENE. Os dados utilizados para os cálculos foram os seguintes, segundo metodologia indicada em Siegel, Sidney Non Parametric Statistics for the Behavioral Sciences International Student Edition, McGraw Hill Book Ce, Tokyo pp.202/212.

ORDENAÇÃO PARA CÁLCULO DO COEFICIENTE DE SPEARMAN

	X	Y	di	di <sup>2</sup>
	1966	SUDENE		
MINERAIS NÃO MET.	19	18	1	1
METALÚRGICA	11	19	-8	64
MECÂNICA	8	15	-7	49
MAT. TRANSPORTE	14,5	9	5,5	30,25
MINERAIS	17	16	1	1
MADREIRA	14,5	12	2,5	12,5
PAPEL E PAPELÃO	7	10	-3	9
BORRACHA	6	17	-11	121
COUROS E PELES	2	2	0	0
QUÍMICA	20	20	0	0
MOBILIÁRIO	10	1	9	81
TEXTIL	16	11	5	25
VESTUÁRIO	4	8	-4	16
PRODUTOS ALIMENTARES	18	13	5	25
BEBIDAS	13	14	-1	1
PRODUTOS PERFUMARIA	3	4	-1	1
PRODUTOS MATERIA PLÁSTICA	9	3	6	36
FUMO	12	5	7	49
EDITORIAL E GRÁFICA	5	6	-1	1
DIVERSOS	1	7	-6	36
TOTAL				558,75

13) Sobre a descrição do sistema de planejamento na Bahia ver Boaventura, Edivaldo . O planejamento na Bahia de 1954/64 in Universitas nº 5 jan/abril 1970, Salvador.

14) Segundo dados do Banco Central publicados nos seus boletins ' de março de 1965 e março de 1975.

15) "No caso ideal um produto seria dinâmico quando preço e volume mostram uma tendência duradoura para o aumento. O coeficiente de regressão da linha de regressão sobre o tempo dá uma aproximação da taxa de crescimento, enquanto o coeficiente de regressão ' ( $r^2$ ) representa uma medida relativa de sua constância no tempo . Quando se multiplicam esses dois parâmetros, adicionando o resultado da coluna dos preços ao da coluna do volume chega-se a um índice composto que permite ordenar cada produto segundo o grau relativo de seu dinamismo". Ritz, Armin, op.cit.p.70

16)As fontes foram:

1)Pesquisa original IPEA/INPES/SUDENE

2)LANGONI,Carlos A Study in Economic Growth:The Brazilian Case.  
Dissertação doutoral inédita Univ.Chicago,1970.

Ambos os dados são citados in Bacha,E.L. et alii Análise Governamental de Projetos de Investimento no Brasil.Procedimentos e Recomendações.IPEA,Coleção Relatórios de Pesquisa nº1,PJ.29Ed.1972,p.86 e p.89.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

B I B L I O G R A F I A C O M E N T A D A

ALMEIDA, Romulo. A experiência da SUDENE no Decenio, Problemas atuais e soluções, comunicação mimeografada para o seminário promovido pela CNI a 08/07/71.

Analisando o processo de crescimento industrial do NE o autor faz uma importante diferença entre o processo de substituição de importações no Brasil e aquele que ocorre no NE, destacando que este processo conta com muito menos "proteção" que aquele. Dá diversas sugestões para "melhorar" o sistema 34/18 inclusive propondo uma nova legislação.

ALMEIDA, Romulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. Revista de Economia e Finanças Salvador, Instituto de ..., 4 (4): 1952

Neste artigo Romulo de Almeida analisa a história econômica da Bahia enfatizando os problemas decorrentes da especialização em produtos voltados para o exterior, com ênfase na participação das elites regionais no processo de crescimento e a debilidade da economia que não consegue se complexificar de forma a permitir um crescimento contínuo, além dos problemas referentes a transferências de recursos para o sul.

ANTUNES, Antonio Cerqueira. La politica de industrializacion del Nordeste Brasileiro. SUDENE Boletim Economico. Recife, SUDENE, 3(1) : 45-104, jan/mar. 1967.

Uma análise "cepalina" da política de desenvolvimento do Nordeste, enfatizando o papel do planejamento e relatando o processo de formação da política federal para a região.

AVILA, Aloisio. Incentivos fiscais e imposto de renda. Revista de Finanças Públicas. Guanabara, Ministério da Fazenda, 30(299): set. 1970

AZEVEDO, Thales de & LINS, E.Q.Vieira. História do Banco da Bahia; 1858/958. Rio de Janeiro, José Olimpyo, 1969

Descrição detalhada da história do Banco da Bahia, com abundante

dantes informações sobre a economia na qual o Banco atuava. Especialmente interessante é o capítulo sobre a economia baiana por volta de 1850.

BACHA, E.L. et alii. Análise governamental de projetos de investimento no Brasil; procedimentos e recomendações. 2a. ed. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972. (Relatório de Pesquisa nº 1)

Os autores descrevem os critérios de avaliação de projetos dos diversos bancos de desenvolvimento do país e as principais instituições responsáveis por incentivos fiscais e creditícios propondo a aplicação de critérios macro sociais na análise dos projetos. Estimam com base em uma metodologia neo-clássica o custo social do capital, do trabalho, das divisas e propõem metodologias específicas para avaliação de projetos ligados ao comércio exterior e petroquímica.

BAHIA. SEPLANTEC. CPE. Análise Global da Economia Baiana; diagnóstico. /Salvador/, 1974.

Um grande volume de dados sobre a Economia baiana. Na parte referente a Indústria, apesar da abundância de informações, a análise é extremamente superficial. Permite inferências sobre a estrutura industrial, assim como dispõe de dados referentes a comércio, agricultura, recursos minerais, etc. Uma boa tentativa de síntese das informações sobre o Estado da Bahia.

BAHIA. SEPLANTEC. Proposição de estratégia de desenvolvimento para o estado da Bahia. Salvador, CLAN, 1975. Anexo: A evolução da economia baiana - Algumas características histórico estruturais.

A tese fundamental é de que a economia baiana é uma sucessão de ciclos primários exportadores que não permitiu o desenvolvimento de uma teia de relações econômicas capazes de garantir o crescimento regional. Modernamente a industrialização provocada pela PETROBRAS, SUDENE, e mais recentemente pelo Polo Petroquímico estaria mudando este perfil de desenvolvimento. É a estratégia definida a partir da "Análise Global da Economia Baiana".



9. BAHIA. SEPLANTEC. CPE. Programa de recuperação econômica da Bahia; Salvador/, 1958. (Edições da CPE).

Um dos primeiros documentos do planejamento baiano, justificando programas para a modernização da economia do Estado.

10. BAHIA. SEPLANTEC. CONDER. CEBRAP. Estudos sobre o abastecimento alimentar da região metropolitana de Salvador. /Salvador/, 1974. (Estudo do consumo de alimentos-Salvador). t 1.

O trabalho orientado por Paul Singer analisa: a população da RMS (Região Metropolitana de Salvador), estima a Renda Interna da RMS, projeta a renda pessoal na RMS, discute sua distribuição e analisa o consumo alimentar na RMS.

11. BAHIA. Secretaria de Minas e Energia. COPEC. 1a. etapa de implantação da infra-estrutura projeto de financiamento BNDE/MINIPLAN. /Salvador/, 1973.

Projeto para financiamento apresentando algumas informações sobre investimentos na área do Polo Petroquímico.

12. BAHIA. Secretaria de Minas e Energia. Polo Petroquímico da Bahia. Situação das empresas. /Salvador/, 1974.

13. BARROS, José Roberto Mendonça de. Sistema fiscal e incentivos às exportações. /Belo Horizonte/, CEDEPLAR/UFMG, 1973. I Encontro Anual da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, realizado no IPE/USP, em outubro de 1973.

Depois de uma análise teórica das taxas de Bruno para determinar o custo social das divisas, Barros tenta avaliar quantitativamente os efeitos dos incentivos às exportações sobre o custo do dolar no ano de 1971. Considera para efeito de análise empírica as isenções de IPI e ICM que representam de 70/80% dos incentivos, determinando assim o valor de Cr\$ 1,67 por dolar bruto o custo do incentivo total no ano de 1971.

14. BID. Desenvolvimento integrado do Reconcavo. In: Bahia. Governo do estado. Estudos e Projetos. Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1970. vol. I

A missão do BID analisa de um ponto de vista "cepalino estruturalista" a economia do Recôncavo propondo medidas para o crescimento regional em 1967.

15. BNB. ETENE. Consumo de produtos industriais; cidade de Salvador. Fortaleza, 1967.

Uma pesquisa de mercado destinada a estimular investimentos na área através de divulgação de informações estatísticas sobre o consumo de alguns produtos industriais.

16. BOAVENTURA, Edvaldo. O planejamento na Bahia de 1954/1964. Universitas. Salvador, UFBA., (5): 113-129, jun/abr. 1970.

Analisa a experiência de planejamento nos governos de Antonio Balbino, Juracy Magalhães e Lomanto Junior, destacando as relações institucionais para a implantação de um sistema de planejamento. Analisa também, de uma maneira descritiva e superficial a posição dos deputados e do setor privado frente aos planos elaborados.

17. BRASIL. Camara dos Deputados. Plano de valorização do Vale do São Francisco. s.l.p., s.c.p., 1963. vol. 1. (Documentos Parlamentares, 113).

Discussões legislativas no período de fundação da CHESF permitindo uma visão dos diversos interesses sociais em disputa, refletindo-se na discussão legislativa.

18. BRASIL. CAPES. Estudos de desenvolvimento regional (Bahia). Rio de Janeiro, 1958. (Levantamentos e Análises, 5).

Bastante interessante como tentativa de quantificação da economia baiana, especialmente um esboço de balanço de pagamentos do Estado.

19. BRASIL. SUDENE. Assessoria Técnica. Evolução do setor exportador do Nordeste. SUDENE Boletim Economico. Recife, SUDENE, 4 (1): 41-99 out/dez. 1968.
- Primeira parte de um trabalho mais amplo analisa o setor exportador do nordeste no que se refere aos seus principais produtos, indicando problemas específicos e perspectivas de mercado além de analisar os diversos mercados importadores do nordeste, referindo-se as variações de suas posições relativas. Analisa também o papel do setor exportador para a economia regional.
20. BRASIL. SUDENE. Evolução da economia nordestina: aspectos macro-economicos. SUDENE Boletim Economico. Recife, SUDENE, 2 (2): 61-99, jan/mar. 1966.
21. BRASIL. SUDENE. MINTER. Diagnóstico e programa de industrialização subsídios para elaboração do plano de desenvolvimento. Recife, 1972.
22. BRASIL. SUDENE. MINTER. Resultados do programa de industrialização até 1968. Recife, 1972.  
Relatório de Pesquisa.
23. BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil Geral e Regional. São Paulo, Cultrix, 1967. vol. 3  
História descritiva da Bahia de 1494 a 1930 com poucas referências a situação econômica posterior a esta data. Contem diversas gravuras sobre a Bahia antiga.
24. CALMON, F. M. de Góes. Ensaio de retrospecto sobre o comércio e a vida econômica e comercial na Bahia de 1823 a 1900. Diário Oficial do Estado da Bahia. /Salvador/, 2 jul. 1923.
25. CALMON, Miguel. Aspectos da economia baiana. Revista de Economia e Finanças.  
Salvador, /Instituto de Economia e Finanças da Bahia/4(4): 1952.

Neste trabalho Miguel Calmon cita várias informações estatísticas sobre a mão de obra industrial na Bahia por setores, com base em um relatório de um ex-presidente do Instituto dos industriários permitindo uma quantificação da força de trabalho industrial nos fins da década de 40, onde destacam-se os setores chamados "tradicionais".

26. CARVALHO, Maria Moreira de. Operários e sociedade industrial na Bahia. Estudos Baianos. Salvador, UFBA., (4): 1971.

Resultados de uma pesquisa sobre mão de obra industrial na Bahia procurando analisar as atitudes e comportamentos dos operários, caracterizados como submissos e inconscientes de sua situação de classe, devido a formação histórica regional e sua integração com o sistema capitalista brasileiro. Há uma breve revisão da literatura sobre as relações entre trabalho e desenvolvimento no Brasil, com forte influência cepalina.

27. CASTRO, Antonio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. 1a. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1971. 2 vols.

Especialmente os artigos sobre "A industrialização Descentralizada no Brasil" e "Desenvolvimento Recente do Nordeste", que apresentam uma análise inicial do processo de crescimento regional dentro de uma perspectiva de expansão nacional.

28. FALCÃO, Theophilo Borges. Vida econômica, e regime fiscal. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador, 2 jul. 1973. Edição comemorativa do Centenário da Independência.

Apresenta alguns dados sobre a exportação baiana especialmente no período 1917/22

29. FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. SENAI. Departamento Regional da Bahia. Matriz ocupacional no estado da Bahia. Salvador, 1972

30. FURTADO Celso. Formação Econômica do Brasil 6a. ed. Rio de

Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

Uma excelente resenha historica da evoluçãõ da econo-  
mia brasileira especialmente no períoõo colonial com  
predominio do açucar. Apresenta também boas análi-  
ses da macrodinamica do sistema no períoõo do café.

31. GOODMAN, David Edwin & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Incentivos e industrialização e desenvolvimento do Nordeste. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974. (Relatório de Pesquisa ' nº 20).

Como a maioria dos trabalhos do IPEA é profusamente  
ilustrado com bons dados e apresenta algumas informa-  
ções interessantes sobre a economia nordestina, ain-  
da que se possa detectar as influencias do pensamento  
do GTDN sobre as analises a respeito dos problemas  
regionais.

32. GOODMAN, D. et alii. Os incentivos financeiros à industriali-  
zação do Nordeste e a escolha de tecnologia. Pesquisa e  
Planejamento Economico. Rio de Janeiro, IPEA, 1 (2): 329-  
365 dez. 1971.

Uma resenha do livro anteriormente citado, que apre-  
senta também algumas criticas a sistemática de ava-  
liação de projetos da SUDENE acusada de pouco penali-  
zar os projetos intensivos em capital.

33. GUIMARÃES, Leonardo. Considerações sobre a evoluçãõ do setor  
externo nordestino 1956/1963. SUDENE Boletim Econômico:Re-  
cife, 2(2):139-155, jan/mar.1966

Descrevendo as relações "funcionais" entre diversos,  
indicadores do comércio externo, Guimarães demonstra  
os prejuizos do "comercio triangular" que transferiu  
em termos reais para o Centro Sul 102 milhões de do-  
lares de 56/63. De 1961/63 os ganhos obtidos pelo  
exportador nordestino foram estimados em quase 11 bi-  
lhões de cruzeiros a preços correntes. Analisa ain-  
da o comportamento dos principais produtos de expor-  
tação do Nordeste.

34. HIRSCHMAN, A.O. Desenvolvimento industrial do NE brasileiro e o mecanismo de crédito fiscal do art. 34/18. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, ( ): , dez. 1967.

Texto "classico" sobre o sistema 34/18 analisando os efeitos deste mecanismo sobre a economia regional e destacando a importancia do sistema 34/18 para redução do custo do capital.

35. HOLANDA, A. Nilson Craveiro de. Mecanismos de orientação do setor privado. SUDENE Boletim Economico. Recife, SUDENE, 3 (1): 23-44, jan/mar. 1967.

Analisa as diversas formas de incentivos ao setor privado criticando a perspectiva da concorrência entre os Estados afirmando a maior relevância dos incentivos federais.

36. IANNI, Octávio. Estado e planejamento economico no Brasil(1930-1970). Rio de Janeiro, Civilização, 1971.

37. IORIO, Oswaldo. Dos instrumentos de avaliação da distribuição da renda. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro, IBGE/SBE, 34 (133): 3-30, jan/mar. 1973.

Apresenta a sistemática de cálculo das principais medidas de concentração de renda como índice de Gini, curva de Lorentz, etc.

38. MASCARENHAS, José de Freitas. A industrialização da Bahia. Salvador, Secret. Minas Energia, mimeo/1974.

39. MARIANI, Clemente. Analise do Problema Economico Baiano In Observador Econômico e Financeiro maio de 1958 ano XXIII nº 267.

Conferencia pronunciada na Escola Superior de Guerra, onde se explicita a posição das ditas "classes produtoras" da Bahia no período anterior a 1958.

40. OLIVEIRA, Francisco de & REICHSTOL, Henri-Philippe. Mudanças na divisão interregional do trabalho no Brasil. Estudos CEBRAP. São Paulo, Editora Brasileira de Ciência, (4):131-143, abr/jun. 1973.

Neste texto depois de uma análise quantitativa do comportamento da renda interna das diversas regiões, os autores buscam uma interpretação das relações Nordeste/Centro-Sul enfocando o problema de uma perspectiva da dinâmica global do sistema capitalista nacional.

41. RIOS, Alvaro da Cruz, CUNHA, Daniel Quintino da & BRAGA, Ivo. Industrialização do cacau na Bahia. Revista de Economia e Finanças. Salvador, Instituto de Economia e Finanças, 4(4): ,1952

42. RITZ, Armin. As exportações internacionais e interregionais no desenvolvimento baiano; 1950/69. Salvador, FCE/UFBa., Programa de Estudos e Pesquisas Economicas, 1972. 144 f. mimeog.

Tese apresentada ao Instituto de Scienze Social da Universidade Gregoriana de Roma para a obtenção do título de doutorado em Economia.

43. RITZ, Armin. Exportação e desenvolvimento regional - o caso da Bahia. Universitas. Salvador, UFBa. (11): 59-31, jan/ago. 1971.

Um artigo onde analisa o comportamento do comercio exterior de 50/69 destacando a maior participação do comercio interregional em relação ao comercio internacional e que indicaria uma maior integração da economia baiana com o sistema econômico nacional.

44. SAMPAIO, Fernando Talma. Aspectos da regionalização do desenvolvimento industrial: o caso baiano. Salvador, UFBa., 1974.

Tese de concurso p/ o Departamento de Teoria Econômica da UFBa. Análise descritiva do comportamento da economia baiana nos últimos anos, destacando-se

o papel do Estado e Petrobras. Caracteriza a industrialização regional como um segmento da expansão da economia do Centro Sul e discute a validade de algumas teorias de desenvolvimento regional.

45. SIEGEL, Sidney. Non Parametric Statistics for the Behavioral Sciences. New York, Mc Graw-Hill Book, 1956.

Apresenta diversos testes estatísticos não paramétricos para atributos nominais, ordinais e intervalos, os mais encontrados nas ciências sociais. Descreve os supostos teóricos de cada teste, apresenta as fórmulas de cálculo, executa alguns exemplos e apresenta as tabelas necessárias.

46. SIMAS, Filho Américo. Planejamento para utilização de energia hidro-elétrica no estado da Bahia (Ensaio). Salvador, Imprensa Triunfo, 1952.

Depois de fazer um levantamento da história da energia no mundo, o A. analisa a situação brasileira. Há um exaustivo levantamento descritivo dos programas de aproveitamento hidroelétrico da Bahia especialmente a Chesf e Bananeiras. Há também um estudo comparativo de alguns dados econômicos entre a Bahia e o Brasil em 1950.

47. SIMONSEN, Mario Henrique. O sistema brasileiro de incentivos fiscais. /Rio de Janeiro/, FGV/EPGE, 1974. 18 f. mimeog. (Ensaio Econômico da EPGE nº 12).

Descrição sumária do sistema de incentivos classificados em 3 grupos:

1. Localização regional e setorial.
2. Mercado de capitais.
3. Exportações.

48. SUZIGAN, Wilson et alii. Crescimento industrial no Brasil; incentivos e desempenho recente. Rio de Janeiro, IPEA/INPES 1971. (Relatório de Pesquisa nº 26).



Na primeira parte analisa as "políticas" de desenvolvimento adotadas, para depois investigar empiricamente o comportamento industrial apresentando uma série de dados bastante interessantes sobre a Economia brasileira pós-64 especialmente dados de investimento, emprego e produtividade.

49. SYLOS-LABINI, Paolo. Oligopolio y progresso técnico. Barcelona, Oikos-Tau, 1965.

Um texto teórico da melhor qualidade sobre o oligopolio e a expansão da produção via progresso técnico.

50. TAVARES, Luiz Henrique Dias. O problema da involução industrial da Bahia. Salvador, UFBA., 1966.

Comparação de alguns dados sobre a indústria na Bahia em 1930 com dados relativos ao começo do século.

51. TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP não publicada. 1974.

Tenta uma revisão crítica da análise cepalina do desenvolvimento industrial especialmente a fase chamada "substituição de importações" dentro de um enfoque teórico Kaleckiano com 3 setores: produção de "wage goods", bens de luxo e bens de capital dentro de um modelo de expansão oligopólica. Tenta também uma análise empírica do desenvolvimento brasileiro sob este novo marco teórico.

52. TYLER, William G. Política econômica e promoção de exportações industrializadas no Brasil. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 26(1): 141-157, jan/mar. 1972.

Um modelo de análise do setor externo e algumas informações sobre os incentivos às exportações no Brasil.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

"ESTIMATIVA DA RENDA INTERNA DA BAHIA" - 1950/1969

( Cr\$1.000,00 )

ANOS	AGRICULTURA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS		RENDA INTERNA	
	PREÇOS CONSTANTES	VARIAÇÃO PERCENTUAL 1950=100	PREÇOS CONSTANTES	VARIAÇÃO PERCENTUAL 1950=100	PREÇOS CONSTANTES	VARIAÇÃO PERCENTUAL 1950=100	PREÇOS CONSTANTES	VARIAÇÃO PERCENTUAL 1950=100
1950	307.396,8	100,0	76.841,6	100,0	434.486,3	100,00	907.456,8	100,0
1951	270.417,2	88,0	69.341,7	90,2	418.663,9	96,4	831.722,7	91,6
1952	258.653,2	84,1	94.775,2	123,3	454.679,1	104,6	879.850,7	97,0
1953	316.520,4	103,0	92.214,7	120,0	457.406,4	105,3	946.296,8	104,3
1954	390.322,8	127,0	93.500,0	121,7	495.471,5	114,0	1.104.124,4	121,7
1955	367.165,5	119,4	127.959,4	166,5	538.909,1	124,0	1.113.290,0	122,7
1956	371.310,0	120,8	145.688,4	189,6	567.768,7	130,7	1.145.601,4	126,2
1957	441.108,0	143,5	150.277,3	195,6	641.770,9	147,7	1.250.340,6	137,8
1958	447.005,2	145,4	177.910,3	231,5	677.807,6	156,0	1.329.349,6	146,5
1959	504.122,8	164,0	174.711,4	227,4	625.408,0	143,9	1.296.485,8	142,9
1960	543.410,4	176,8	174.980,6	227,7	673.148,8	154,9	1.389.579,5	154,2
1961	452.289,7	147,1	154.928,9	201,6	716.729,4	165,0	1.313.954,7	144,8
1962	539.460,1	175,5	127.886,3	166,4	738.752,0	170,0	1.425.831,5	157,1
1963	500.382,2	162,8	136.458,3	177,6	733.764,6	168,9	1.361.224,1	150,0
1964	602.192,5	196,0	141.142,1	183,7	835.534,3	192,3	1.629.267,0	179,5
1965	699.917,9	227,7	149.026,6	193,9	908.120,9	209,0	1.767.491,1	194,8
1966	657.593,5	214,0	162.395,1	211,3	925.807,4	213,1	1.749.895,0	192,8
1967	744.915,6	242,3	150.615,6	196,0	1.036.766,1	238,6	1.922.947,6	211,9
1968	811.449,2	264,0	178.711,2	232,6	1.153.924,0	265,6	2.109.566,4	232,5
1969	840.962,6	275,5	216.528,3	281,8	1.272.255,0	292,8	2.318.991,8	255,6

Fonte: Centro de contas nacionais - IBGE - FGV.

Deflatores: Agricultura - Coluna 17; Indústria - Coluna 18; Serviços - Coluna 19

Conjuntura Econômica vol. 23 nº 12 e vol. 24 nº 2.

COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA  
 QUANTIDADE DAS EXPORTAÇÕES - IMPORTAÇÕES  
 SEGUNDO AS GRANDES CLASSES DE MERCADORIAS  
 ( TONELADAS )

ANOS	ANIMAIS VIVOS		MATERIAS PRIMAS EM BRUTO E PREPARADAS		GÊNEROS ALIMENT. E BEBIDAS	
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES
1960	-	-	806.933	78.019	174.170	138.284
1961	-	-	1.314.361	54.193	129.524	142.621
1962	-	-	557.534	35.664	77.041	15.760
1963	-	-	527.553	33.179	89.588	115.357
1964	-	-	238.820	28.161	93.647	116.653
1965	-	-	308.757	25.106	106.691	86.219
1966	-	-	306.243	55.786	136.839	119.686
1967	-	-	245.674	120.456	145.298	130.267
1968	-	-	258.942	184.022	99.051	120.238
1969	-	35	392.640	135.758	142.452	106.478
1970	7	-	437.622	187.616	150.114	114.580
1971	-	-	513.373	-	157.778	-
1972	-	0	922.676	217.852	153.342	115.582
1973	-	0	968.595	246.310	139.707	89.290
* 1974	-	-	754.007	328.949	155.544	18.975

\* Dados do Período JAN/OUT

Fonte: DEE

COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA

( TONELADAS )

-147-

ANOS	PRODUTOS QUÍMICOS FARMAC. E SEMELHANTES		MAQUINARIAS E VEÍCULOS SEUS PERTENCES E ACESSÓRIOS		MANUFATURADOS CLASSIFICADOS PRINCIP. SEGUNDO A M. PRIMA	
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES
1960	240	6.119	-	2.465	0	20.196
1961	0	5.698	-	4.498	3	8.422
1962	100	6.347	-	2.267	-	14.228
1963	200	6.202	-	2.905	-	14.624
1964	0	5.939	-	4.317	14	26.147
1965	0	7.545	-	2.640	136	6.302
1966	2	8.609	-	4.750	63	15.525
1967	0	5.147	-	2.566	133	7.803
1968	1	11.087	-	8.337	422	26.752
1969	213	30.098	4.313	6.851	1.594	57.259
1970	1.426	36.546	591	7.417	7.262	25.694
1971	1	...	33	...	14.125	...
1972	1	112.219	567	32.155	34.751	41.342
1973	102	101.909	273	25.656	39.896	38.738
* 1974	27	62.070	425	23.080	36.091	27.450

\* Período de JAN/OUT.

Fonte: DEE

COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA  
( TONELADAS )

-148-

ANOS	ARTIGOS MANUFATURADOS DIVERSOS		OURO, MOEDAS TRANSAÇÕES ESPECIAIS	
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES
1960	19	25	172	16
1961	26	20	166	10
1962	36	29	182	6
1963	39	65	183	7
1964	51	36	147	5
1965	204	29	164	32
1966	86	46	164	25
1967	56	46	225	16
1968	132	54	199	24
1969	117	42	1.828	10
1970	96	73	2.886	22
1971	261	..	5.832	..
1972	259	170	2.123	104
1973	224	303	15.018	1
* 1974	213	1.204	5.858	0

\* Período de JAN/OUT

Fonte: DEE

COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA  
 VALOR DAS EXPORTAÇÕES - IMPORTAÇÕES INTERNACIONAIS  
 SEGUNDO AS GRANDES SEÇÕES DE MERCADORIAS  
 ( 1.000 US\$ )

ANOS	ANIMAIS VIVOS		MATERIAS PRIMAS EM BRUTO E SEMELHANTES		GÊNEROS ALIMENT. E BEBIDAS	
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES
1960	-	-	45.684	2.216	99.875	10.043
1961	-	-	70.374	1.716	60.767	10.387
1962	-	-	43.944	1.629	41.435	9.700
1963	-	-	47.167	983	50.783	6.319
1964	-	-	44.773	1.474	46.925	10.289
1965	-	-	48.895	1.204	39.435	6.758
1966	-	-	50.377	1.964	71.246	10.773
1967	-	-	42.112	2.459	85.705	12.905
1968	-	-	41.936	3.668	70.331	11.657
1969	-	46	58.649	2.179	134.133	9.449
1970	7	-	54.759	4.149	104.927	11.605
1971	-	-	60.528	-	87.730	-
1972	-	0	82.618	7.321	96.245	12.178
1973	-	0	144.552	11.460	148.960	12.873
* 1974	-	-	163.336	35.771	256.793	7.097

\* Período de Jan/Out.

Fonte: DEE

VALOR DAS EXPORTAÇÕES - IMPORTAÇÕES  
( 1.000 US\$ )

-150-

ANOS	PRODUTOS QUIMICOS E FARMAC. E SEMELHANTES		MAQUINARIAS E VEICULOS SEUS PERTENCENTES E ACESSORIOS		MANUFATURADOS CLASSIFICADOS PRINCIP. SEGUNDO A M. PRIMA	
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES
1960	10	458	-	4.431	1	3.402
1961	1	386	-	9.226	3	1.841
1962	5	435	-	6.347	-	3.184
1963	9	384	-	2.956	-	2.340
1964	1	972	-	8.502	5	5.651
1965	2	1.077	-	5.345	56	1.638
1966	2	1.721	-	10.521	14	4.187
1967	4	736	-	6.043	30	2.254
1968	10	1.880	-	16.761	83	4.743
1969	59	2.733	188	13.898	535	5.587
1970	88	4.334	311	19.900	1.846	8.934
1971	16	..	68	..	2.859	..
1972	17	11.431	1.099	57.851	5.409	10.047
1973	80	13.734	227	67.174	6.267	12.293
*1974	261	25.850	647	63.160	18.536	15.109

\* Período de JAN/OUT.  
Fonte: DEE



## VALOR DAS EXPORTAÇÕES - IMPORTAÇÕES

( 1.000 US\$ )

-151-

ANOS	ARTIGOS MANUFATURADOS DIVERSOS		OURO, MOEDAS TRANSAÇÕES ESPECIAIS	
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES
1960	64	132	504	17
1961	96	116	522	10
1962	133	222	218	9
1963	168	276	65	4
1964	197	301	78	1
1965	188	193	62	8
1966	305	564	271	14
1967	213	418	343	14
1968	333	686	406	34
1969	323	550	2.410	98
1970	355	1.043	1.558	121
1971	1.025	..	551	..
1972	885	2.068	309	270
1973	960	2.186	1.068	2
*1974	780	2.025	943	0

\* Período de JAN/OUT.

Fonte: DDE

ANNO	VOLUME (t)	VALOR COMMERCE (\$)	VALOR (US\$)
1950	227.754	2.200.240	112.512.820
1951	174.655	1.913.019	102.191.185
1952	145.609	1.762.134	94.131.089
1953	205.126	2.466.746	117.576.000
1954	226.325	5.295.232	174.715.953
1955	239.674	5.456.743	132.559.357
1956	241.867	5.046.630	109.830.487
1957	238.677	5.633.105	119.166.359
1958	1.451.667	9.041.004	164.632.191
1959	1.761.461	12.471.497	133.350.160
1960	931.514	16.119.635	146.137.746
1961	1.444.030	26.450.693	131.763.279
1962	634.893	29.071.136	85.732.004
1963	617.563	54.219.647	98.191.665
1964	332.679	98.579.162	91.978.747
1965	419.952	157.507.890	83.637.738
1966	443.397	264.645.632	122.215.385
1967	621.306	327.276.439	123.406.605
1968	358.747	362.168.672	113.099.340
1969	543.157	781.666.116	196.247.180

Fonte: DED/DEB, DE AR-EX 2144

TABLE 100, 00 TONNES (20)

TABLE 100, 00 TONNES (20)

958.594	95.484.977
+	+
1.207.261	96.684.840
1.620.128	111.448.901
2.195.533	107.170.320
2.601.734	111.624.427
3.669.808	120.618.760
4.504.767	137.914.840
5.272.325	133.354.393
6.536.756	131.710.648
13.359.520	131.117.132
28.091.188	137.869.032
38.359.715	261.102.758
56.867.734	218.677.293
127.434.258	272.393.384
270.226.495	353.463.3089
332.288.442	327.213.096
323.057.266	257.1126.469
	253.513.377



12-0021-0028

2445

ANO	VALOR (R)
1950	103.242
1951	
1952	172.347
1953	243.202
1954	276.419
1955	282.022
1956	426.666
1957	1.167.121
1958	1.120.651
1959	1.388.256
1960	2.573.751
1961	3.488.247
1962	3.409.247
1963	4.108.410
1964	4.616.386
1965	4.670.555
1966	4.556.230
1969	5.414.311

Fonte: DEE / FEDE DE AR IN TITL.  
( + ) Não há dígitos

